



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO LABORAL: OS TRABALHADORES COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS-AM**

CLAUDENILSON PEREIRA BATISTA

MANAUS - AM

2019

CLAUDENILSON PEREIRA BATISTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO LABORAL: OS TRABALHADORES COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS-AM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Faculdade de Educação – FACED, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa 2: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos

MANAUS - AM

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B333p Batista, Claudenilson Pereira
Políticas públicas de inclusão laboral: os trabalhadores com
deficiência visual no polo industrial de Manaus-AM / Claudenilson
Pereira Batista . 2019
202 f.: 31 cm.

Orientadora: Maria Almerinda de Souza Matos
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Políticas públicas. 2. Educação inclusiva. 3. Inclusão laboral. 4.
Trabalhadores com deficiência visual. I. Matos, Maria Almerinda de
Souza. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CLAUDENILSON PEREIRA BATISTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO LABORAL: OS TRABALHADORES COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS-AM**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA:

Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

COMPONENTES DA BANCA:

Profa. Dra. Valdelúcia Alves da Costa

Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Vanderlei Balbino da Costa

Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí – UFG

Profa. Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

MANAUS – AM

2019

A todos os meus familiares,
especialmente aos meus pais, Raimundo
do Espírito Santo Batista e a Noeme
Pereira Batista (*in memoriam*). A todos
trabalhadores com deficiência visual do
município de Manaus.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos

Por ter valorizado meu projeto de pesquisa e por ter-me elegido seu orientando, bem como pela firmeza nas orientações, sem, contudo, perder a ternura nos momentos de dificuldades;

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD

E a todos os seus voluntários, pelo apoio e colaboração;

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Por me oportunizar um curso de doutorado em educação;

Aos Professores Doutores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/FACED/UFAM

Pelas discussões riquíssimas no decorrer do curso, que contribuíram de forma grandiosa para a construção deste trabalho;

Às agências de financiamento CAPES e FAPEAM

Por apoiar o Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFAM;

A todos os meus colegas da Linha de Pesquisa 2

Pelo apoio, incentivo, e pelos importantes momentos de descontração, que tanto serviram para fortalecer nossos vínculos de amizade e incentivo mútuo;

Às músicas de Frank Sinatra

Que me fizeram companhia nas noites em claro, especialmente a música “*My Way*”
(Do meu jeito);

Ao Hunter

Meu cão, pelas brincadeiras afetivas nos meus momentos de cansaço mental.

A todos, o meu muito obrigado!

RESUMO

Essa prospecção acadêmico-científica teve como foco a atuação de trabalhadores com deficiência visual no setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus. Para descortinar essa realidade, este trabalho, no contexto da linha de pesquisa 2: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/FACED/UFAM), teve como objetivo geral analisar o processo de inserção dos trabalhadores com deficiência visual em empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus - PIM, ao lume da legislação de amparo e incentivo ao emprego formal, na contextura da inclusão, tendo a educação como suporte. Em cumprimento a este, privilegiamos os seguintes objetivos específicos: Investigar o surgimento e o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, e o seu Polo Industrial; Verificar a contribuição das Políticas Públicas Educacionais inclusivas, para o acesso de pessoas com deficiência visual às indústrias do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus; Averiguar os processos de seleção, recrutamento e encaminhamento de trabalhadores com deficiência visual ao Polo Industrial de Manaus, analisando a realidade empregatícia, de acordo com os próprios sujeitos, nas indústrias do setor eletroeletrônico. A pesquisa, que em sua integralidade teve como fundamento teórico o pensamento de Marx (1974-1988-1996) e Engels (1983-1984), apresenta-se com abordagem qualitativa, na perspectiva dialética. O estudo se desenvolveu por meio de uma pesquisa bibliográfica, visando a apropriação do conhecimento acerca da Zona Franca de Manaus e os primeiros contatos das pessoas com deficiência visual com o polo fabril. Prestaram colaboração com seus estudos: Salazar (1992), Botelho (2006), Loureiro (2009), Bueno (2012), Mendonça (2013); um estudo documental, fazendo leitura de documentos oficiais que ora balizam nossa educação: Brasil (1988; 1989; 1991; 1999). Os principais autores de apoio foram: Harvey (1992), Saviani (1997), Behring (2011), Pacheco (2013), Vygotsky (2004); pesquisa de campo, que elucidam o acesso e atuação dos trabalhadores com deficiência visual ao Polo Industrial de Manaus, validada cientificamente por autores como: Borges (1992), Oliveira (2000-2013), Batista (2015), Brito (2016). Para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, buscando evidenciar as contradições no cenário em estudo, com autores colaboradores como: Oliveira (2013), Pastore (2000), Costa (2001), Saviani (2007). A Zona Franca de Manaus, ao completar 50 anos de criação em 2017, julgamos oportuno uma pesquisa que evidenciasse a relação de seu Polo fabril, com os trabalhadores com deficiência visual, considerando os novos tempos, em que muito se propaga a equiparação de oportunidades. A tese que o setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, ao lume da legislação de amparo e incentivo ao emprego formal das pessoas com deficiência, não está contribuindo para o processo de inclusão dos trabalhadores com deficiência visual, foi confirmada. A investigação evidenciou que os referidos sujeitos ainda se encontram no estágio da integração, ou seja, os trabalhadores é que precisam se adaptar aos postos de trabalho, ao invés das empresas se mobilizarem, no sentido de responder de forma adequada às suas necessidades, estando, portanto, em desacordo com o conceito de inclusão.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Educação inclusiva. Inclusão laboral. Trabalhadores com deficiência visual.

ABSTRACT

This academic-scientific prospecting focused on the work of visually impaired workers in the electronics sector of the Manaus Industrial Pole. To unveil this reality, this work, in the context of research line 2: Education, Public Policies and Regional Development, of the Graduate Program in Education at the Federal University of Amazonas (PPGE/FACED/UFAM), had the general objective of analyzing the process of inserting visually impaired workers in companies in the electro-electronic sector of the Industrial Pole of Manaus - PIM, in the light of the protection legislation and encouraging formal employment, in the context of inclusion, with education as a support. In compliance with this, we privilege the following specific objectives: Investigate the emergence and development of the Manaus Free Trade Zone, and its Industrial Pole; Verify the contribution of inclusive Educational Public Policies, for the access of people with visual impairment to the industries of the electro-electronic sector of the Industrial Pole of Manaus; To investigate the processes of selection, recruitment and referral of visually impaired workers to the Industrial Pole of Manaus, analyzing the employment reality, according to the subjects themselves, in the industries of the electronics sector. The research, which in its entirety was theoretically based on the thought of Marx (1974-1988-1996) and Engels (1983-1984), presents itself with a qualitative approach, from a dialectical perspective. The study was developed by means of a bibliographic research, aiming at the appropriation of knowledge about the Manaus Free Trade Zone and the first contacts of people with visual impairments with the manufacturing pole. They collaborated with their studies: Salazar (1992), Botelho (2006), Loureiro (2009), Bueno (2012), Mendonça (2013); a documentary study, reading official documents that now guide our education: Brazil (1988; 1989; 1991; 1999). The main supporting authors were: Harvey (1992), Saviani (1997), Behring (2011), Pacheco (2013), Vygotsky (2004); field research, which elucidate the access and performance of visually impaired workers to the Manaus Industrial Pole, scientifically validated by authors such as: Borges (1992), Oliveira (2000-2013), Batista (2015), Brito (2016). For data collection, semi-structured interviews were used, seeking to highlight the contradictions in the scenario under study, with collaborating authors such as: Oliveira (2013), Pastore (2000), Costa (2001), Saviani (2007). The Manaus Free Trade Zone, upon completing 50 years of creation in 2017, we deem it opportune to carry out a research that evidenced the relationship of its manufacturing hub, with visually impaired workers, considering the new times, when the equalization of opportunities is very propagated. The thesis that the electro-electronic sector of the Industrial Pole of Manaus, in the light of the protection and incentive legislation for the formal employment of people with disabilities, is not contributing to the process of inclusion of visually impaired workers, has been confirmed. The investigation showed that these subjects are still at the stage of integration, that is, workers are the ones who need to adapt to jobs, instead of companies mobilizing themselves, in order to respond adequately to their needs, being, therefore, at odds with the concept of inclusion.

Keywords: Public policies. Inclusive education. Labor inclusion. Visually impaired workers.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Panorama Geopolítico e econômico do Estado do Amazonas.....	50
Quadro 2 – Definição de Políticas Públicas.....	64
Quadro 3 – As palavras da ADVAM - 1.....	106
Quadro 4 – As palavras da ADVAM - 2.....	107
Quadro 5 – As palavras da ADVAM - 3.....	107
Quadro 6 – A fala dos Sujeitos da pesquisa: Sujeito 1.....	123
Quadro 7 – Sujeito 2.....	124
Quadro 8 – Sujeito 3.....	125
Quadro 9 – Sujeito 4.....	126
Quadro 10 – Sujeito 5.....	127
Quadro 11 – Sujeito 6.....	127
Quadro 12 – Sujeito 7.....	128
Quadro 13 – com a palavra, a ADVAM	133
Quadro 14 – a palavra da presidente da ADVAM - 1.....	133
Quadro 15 – a palavra da presidente da ADVAM - 2.....	134
Quadro 16 – a palavra da presidente da ADVAM - 3.....	135
Quadro 17 – a palavra da presidente da ADVAM - 4.....	135
Quadro 18 – a palavra da presidente da ADVAM - 5.....	136
Quadro 19 – a palavra da presidente da ADVAM - 6.....	136
Quadro 20 – a palavra da presidente da ADVAM - 7.....	137
Quadro 21 – a palavra da presidente da ADVAM - 8.....	137
Quadro 22 – a palavra da presidente da ADVAM - 9.....	138
Quadro 23 – a palavra da presidente da ADVAM - 10.....	139
Quadro 24 – a palavra da presidente da ADVAM - 11.....	139
Quadro 24 – a palavra da presidente da ADVAM - 12.....	140

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Escolarização dos trabalhadores com Deficiência Visual no Polo Industrial de Manaus.....	90
Tabela 2 – Trabalhadores encaminhados e admitidos no Polo Industrial de Manaus (Quatro anos)	106
Tabela 3 – Trabalhadores com carteira de trabalho assinada.....	111
Tabela 4 – Trabalhadores encaminhados ao PIM em quatro anos.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADVAM	Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ALEAM	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
BASA	Banco da Amazônia S. A.
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAS	Conselho de Administração da Suframa
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CLPs	Controladores Lógicos Programáveis
CMEE	Complexo Municipal de Educação Especial
CODEAM	Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
CT–PIM	Centro de Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus
DOT	Doença Ocupacional do Trabalho
DVs	Deficientes Visuais
FEBEC	Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos
IBC	Instituto Benjamin Constant
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFAM	Instituto Federal e Tecnológico do Amazonas
INMETRO Industrial	Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
NAPNEs Específicas	Núcleos de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PDI	Polo de Desenvolvimento Industrial
PEC	Projeto de Emenda Constitucional

PIM	Polo Industrial de Manaus
PIN	Plano de Integração Nacional
PPB	Processo Produtivo Básico
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMDHJ	Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos
SEMMASDH	Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos
SETEC	Secretaria de Educação Tecnológica
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TEC NEP	Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ULAC	União Latina Americana de Cegos
UPIAS	Union of The Physically Impaired Against Segregation
ZFM	Zona Franca de Manaus
ZLPs	Zonas de Livre Produção

SUMÁRIO

AUTOBIOGRAFIA.....	12
INTRODUÇÃO	13
1 O PROJETO ZONA FRANCA DE MANAUS: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO	24
1.1 A chegada do capitalismo na Amazônia	24
1.2 A criação da Zona Franca de Manaus na contextura da política de integração nacional.....	34
1.3 O Polo Fabril da Zona Franca de Manaus	42
1.4 Os Impactos da Zona Franca de Manaus no Amazonas	48
1.5 O Polo Industrial de Manaus e os trabalhadores com deficiência visual: primeiros contatos.....	55
2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO: NINGUÉM SERÁ DEIXADO PARA TRAZ	63
2.1 Políticas Públicas: gênese e evolução	63
2.2 Políticas Públicas Educacionais Inclusivas	69
2.3 A pessoa com deficiência visual e a educação para o trabalho no contexto capitalista	73
2.4 A educação profissional da pessoa com deficiência visual em Manaus	79
2.5 A contribuição da educação para a inclusão laboral do deficiente visual no Polo Industrial de Manaus.....	86
3 OS TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS: A SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA	96
3.1 As pessoas com deficiência visual rumo ao mercado de trabalho em Manaus .	96
3.2 Aspectos Éticos.....	103
3.3 Seleção, Recrutamento e Encaminhamento	104
3.4 Empresas do Polo Industrial de Manaus: o impedimento à realização da pesquisa	115

3. 5 Os primeiros trabalhadores com deficiência visual no polo industrial de Manaus	122
3. 6 Tratamento das Entrevistas	129
3.6.1 A Presidente da ADVAM: a fala da entidade.....	133
3.7 Os trabalhadores com deficiência visual nas fábricas do setor eletroeletrônico do PIM: por eles mesmos.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS.....	176
APÊNDICES	193
APÊNDICE 1: Roteiro de entrevista com o(a) presidente da ADVAM.....	193
APÊNDICE 2: Roteiro de entrevista com os trabalhadores.....	194
APÊNDICE 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	195
ANEXOS	197
ANEXO 1: Parecer Consubstanciado do CEP	197
ANEXO 2: Termo de Anuência da Instituição Coparticipante	198
ANEXO 3: Fotos das Carteiras de Trabalho dos Sujeitos Participantes da Pesquisa	199

AUTOBIOGRAFIA

Nasci em 11 de dezembro de 1963, no município de Novo Aripuanã, na calha do Rio Madeira, interior do estado do Amazonas. De família muito humilde, sou o mais novo de um grupo de seis irmãos, dos quais apenas um não perdeu a visão em função de retinose (degeneração da retina). Filho de mãe doméstica e pai pescador, ambos analfabetos. Estudei no município de origem até o terceiro ano do ensino fundamental. Aos 11 anos de idade, transferi-me para Manaus, onde concluí os ensinos fundamental e médio.

Aos 18 anos, fui trabalhar como operário no Polo Industrial de Manaus. Aos 19 anos, ingressei via concurso público na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, onde prestei serviço por 10 anos, até me aposentar por “invalidez”, em função da deficiência visual.

Em 2000, após ter ficado cego, fui aprovado no vestibular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), para o curso de Filosofia. Após a conclusão da graduação, em 2004, fui aprovado no concurso público para professor de ensino religioso, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Manaus). Fui prestar serviço na Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM), onde cheguei a exercer os cargos de vice-presidente e presidente.

Em 2009, iniciei minhas atividades profissionais no Complexo Municipal de Educação Especial – CMEE (Gerência de Educação Especial), na função de assessor pedagógico da rede municipal de ensino, na área da deficiência visual, onde permaneço até o momento.

Em 2010, para ampliar meu universo acadêmico, cursei uma especialização em Educação Inclusiva, pela UFAM, e em 2011, fiz especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR).

Em 2013, fui exitoso no processo de seleção do curso de mestrado em educação da Universidade Federal do Amazonas, concluído em novembro de 2015. No mês de fevereiro de 2016, fui aprovado no processo de seleção do curso de doutorado, na Faculdade de Educação da UFAM.

INTRODUÇÃO

*“Os filhos deles, meu amor, têm tudo,
 Bonecas, joias e brinquedos finos,
 Envolvidos na seda e no linho,
 São belos, intangíveis e divinos.
 E tu meu filho, assim quase desnudo,
 Exposto ao leu, à força do destino,
 Não tens ao menos um sapato roído.
 Para os teus pés descalços e franzinos.
 Dorme, filho, neste rude braço,
 Cheio de rugas e de cicatrizes,
 Mas que nunca vergou-se de cansaço.
 Espera filho, espera um pouco mais
 Todos os lares hão de ser felizes.
 Todos os berços hão de ser iguais”.*

Sonhador

Clarice Lispector tem razão, quando diz que “não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas, e voam faíscas e lascas de aços espelhados”. Trabalho árduo, mas gratificante. Fadiga, mas apraz.

Esta pesquisa, aqui demonstrada, adquire uma grande carga de responsabilidade, quando se propõe traduzir por meio de palavras, grafadas, um fenômeno a ser descortinado, oculto em uma certa realidade, orientado por teoria e métodos fundamentados em substratos científicos. O ato torna-se mais desafiador, quando tecemos uma rede constituída de fibras que representam as pessoas com deficiência visual, o Polo Industrial de Manaus, como epicentro de estudo, a educação intervindo com seu poder de despertar no ser humano, ações espontâneas de gestos contributivos e construtivos, mormente em um cenário tão particular quando a Amazônia.

A região Amazônica está localizada no Norte do Brasil, estendendo-se sentido oeste/leste, da cordilheira dos Andes até o oceano atlântico. De Norte a Sul, parte das Guianas até a região de planalto do centro do país. Por apresentar características tão peculiares, resultado de um processo evolutivo geológico, detém 50% de toda a biodiversidade do globo terrestre.

A maior bacia hidrográfica de água doce do planeta, também se faz presente na região. As estações do ano são apenas duas: as estações seca e a chuvosa. O regime dos rios, em um contínuo movimento de subida e descida das águas, influência direta e indiretamente o modo de vida de sua gente poliétnica e multicultural, formada basilamente por uma população mestiça.

O estado do Amazonas, por sua vez, ostenta orgulhosamente, 98% de sua floresta de pé. Com imensa riqueza zoológica e fitogenética, atrai milhares de olhares cobiçantes. O interesse de corsários pela Amazônia, não é prática do presente, pois, desde o período colonial, a pilhagem já era praticada no norte do país. Forasteiros se embrenhavam na selva. Alguns em busca do “eldorado perdido”, outros, interessados nas chamadas “drogas do Sertão”.

A população amazônica, está distribuída de forma irregular pelo território, com grandes núcleos populacionais, como a cidade de Manaus, por exemplo, que já acusa um quantitativo superior a 2 milhões de habitantes, de acordo com dados oficiais do governo federal (Anuário IBGE, 2015).

A cidade de Manaus, que nascera do Forte de São José do Rio Negro e, que outrora já fora um porto de lenha, experienciou o luxo, a riqueza e o requinte cultural, registrou em sua história, o apogeu e o declínio do ciclo econômico da borracha. Na década de 1970, o “progresso aportou”, como diz a letra da música Codajás, do cantor Pereira. O Projeto Zona Franca, faz Manaus alinhar-se com o eixo de polos fabris, com incentivos fiscais, a exemplo de outros polos ao redor do mundo.

A capital amazonense, foi arrastada pela força do banzeiro do capitalismo, tornando-se uma ilha metropolitana, ou seja, um monte de prédios modernos, cercada de palafitas pela orla circundante do rio negro. A implementação de políticas públicas, especialmente no campo da educação, lentamente vai ultrapassando as barreiras naturais da geografia regional.

Uma das barreiras mais importantes, é o isolamento amazônico, em relação aos grandes centros populacionais mais desenvolvidos, comprometendo as vias comunicacionais e comerciais. Assim, a informação irradiada dos principais centros produtores e difusores de conhecimentos não nos alcança da mesma forma que é socializada em outros centros. Temos que considerar ainda, nossa identidade cultural e, nossa visão de mundo e sobre nós mesmos, em um contexto globalizante e de proporção planetária.

É nesse contexto, que as pessoas com deficiência visual, labutam no sentido de tornarem-se partícipes e artífices da construção, em todas as dimensões, de uma sociedade, que aos poucos vai mitigando um débito social, historicamente cultivado.

Nos estertores do século XX, emergiram com muita intensidade os ideais de equiparação de oportunidades por parte das demandas reprimidas da sociedade, através dos denominados movimentos sociais. As pessoas com deficiência visual, fazem parte das minorias excluídas, que se mobilizaram no sentido de terem sua cidadania reconhecida pelo Estado brasileiro.

Ao observarmos as profundas transformações que o mundo vem apresentando, estas não passam despercebidas e merecem ser consideradas. “Desemprego estrutural, desenvolvimento desigual e exclusão, são algumas das contingências cada vez mais presentes na vida do cidadão e das nações” (MATOS, 2008, p. 12).

Entre vários direitos sociais, o trabalho e a educação, são os mais reivindicados pelas pessoas com deficiência. Nossas experiências de luta no segmento dos deficientes visuais no Amazonas, nos permitem afirmar que segue essa ordem de prioridade aqui exposta, o trabalho vem em primeiro lugar. Existe, portanto, um interesse muito maior em ingressar no mercado de trabalho, que avançar na escolarização, alargando os horizontes no campo do conhecimento universal.

Acerca da educação, é fácil observar que o interesse pela educação formal, se justifica pelo fato de somente esta credenciá-los ao mercado de trabalho, ou seja, a educação neste sentido, adquire o objetivo basilar de viabilizar a aquisição de emprego. Estaria a educação exclusivamente a serviço do capital?

Ainda temos muitos problemas em nossas escolas, que se propõem abarcar a todos os alunos, sob uma perspectiva inclusiva. Ainda temos problemas de acessibilidade e todo tipo de barreiras, inclusive atitudinais. “Mas por que isso ainda está presente no interior das escolas em todos os níveis? Na concepção estes problemas que não são novos ainda estão sendo vividos a anos nas escolas nos dias atuais” (COSTA; RODRIGUES, 2018, p.3).

Nesse sentido, este trabalho propõe-se lançar luzes sobre a participação das pessoas com deficiência visual, no setor produtivo do Polo Industrial de Manaus - PIM, mais delimitadamente no setor eletroeletrônico.

Estamos experienciando a era dos direitos, onde a sociedade se move, no sentido de se reconfigurar, em numa tentativa de mitigar um débito social para com as pessoas com deficiência, mantidas à margem dos direitos comuns às demais, por séculos, tais como: educação, saúde, esporte, lazer e direito ao trabalho¹.

O novo paradigma que se apresenta, convida Estado e sociedade, para a efetivação de equiparação de oportunidades entre todos os segmentos.

Apesar de a legislação prever a mais de duas décadas o direito ao trabalho por parte das pessoas com deficiência, na prática observamos que essa política ainda não está consolidada. Faz-se mister, portanto, monitorarmos e elucidarmos como esse processo está se desenvolvendo.

Batista (2015) assevera que a boniteza de uma lei, não consiste na sua existência pura e simplesmente, e sim, em sua corporificação, elevando a qualidade de vida do povo. Assim, uma lei só adquire relevância, a partir do momento que é exercida pela sociedade.

Desvelar os pormenores da inserção das pessoas com deficiência visual em empresas do PIM, considerando o enredo amazônico, é o grande desafio dessa pesquisa.

Considerando que o pano de fundo de nosso estudo é a Amazônia, portanto, multicultural e poliétnica, mas com forte expressão indígena, não

¹ Etimologicamente, a palavra trabalho, tem várias origens: em quase todas as línguas europeias, o verbo trabalhar, tem mais de uma significação. Em grego, existe um significado para fabricação e outro para esforço, que é oposto a ócio. Também apresenta “pena”, que é relativo à fadiga; em francês, faz-se a distinção entre *travailler* e *ouvrer*, ou *oeuvrer*, ainda restando a expressão *tâch*, equivalente à tarefa; *trabajar* e *obrar* em espanhol; no inglês, distingue-se *labour* e *work*; em alemão, sentidos diferentes para *arbeit* e *werk*, com referência à ativa criação (Albarnoz, 2002, p. 08)

Supõe-se que o verbete trabalho, de origem latina, é equivalente a *tripalium*, formada por duas palavras: *tri* (= três) e *paliu* (= paus), que consistia em um instrumento formado por três paus, utilizados para prender cavalos e bois que apresentavam resistência para serem ferrados, ou ainda, para torturar escravos revoltos, pois, do latim vulgar, temos *tripaliare*, que significa tortura. Na cultura indígena, o trabalho apresenta algumas características:

- Voltado basicamente para a cultura de subsistência;
- As terras, bem como tudo que é produzido, é de uso coletivo, exceto os materiais de trabalho;
- O trabalho dos indígenas não tem a finalidade de acumular riqueza. Não havendo interesse em produzir riqueza, não existe competição nas atividades laborativas. (Disponível em: <http://www.portalkaingang.org>. O trabalho na perspectiva indígena)

poderíamos nos esquivar de fazermos referências à aproximação entre o pensamento marxista e o pensamento dos povos nativos regionais.

Mas... Marx²? Uma América indígena e a sociedade europeia moderna em que Marx viveu, existe congruência? Sim. Em certo momento, o indígena Kopenawa³ e Marx dialogam entre si, com suas ideias anticapitalistas, à medida que o capitalismo norteia a vida dos homens, causando enormes prejuízos tanto para o meio ambiente quanto à vida coletiva. O líder yanomami faz uma crítica tanto social quando de caráter ecológico. A crítica ainda pesa sobre a cultura dos brancos, estando esta, extremamente vinculada à mercadoria. Vejamos o que ele diz, replicando a fala dos brancos:

“Somos os únicos a nos mostrar tão engenhosos! Somos realmente o povo da mercadoria! Poderíamos ser cada vez mais numerosos sem jamais passar necessidade!” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 432). “[...] os antigos brancos desenharam o que eles chamam suas leis nas peles de papel, mas são

² Socialista alemão, filósofo e sociólogo. Nasceu em Trierem na região da Prússia, em 5 de maio de 1818, e faleceu em 14 de março de 1883, na cidade de Londres na Inglaterra.

Marx estudou na Universidade de Berlim, dedicando-se aos estudos da filosofia de Hegel.

Em 1841, apresenta sua tese sobre as diferenças da filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro.

Ao longo de sua vida escreveu vários livros. Destaque para “O capital” e “O manifesto comunista”. Em 1843, vai morar em Paris, onde fez várias publicações e conheceu Friedrich Engels, o qual tornou-se seu grande amigo e colaborador filosófico.

Algumas frases famosas de Marx:

- “Na manufatura e no artesanato, o trabalhador utiliza a ferramenta, na fábrica, ele é um servo da máquina”.

- “A história da sociedade até os nossos dias, é a história da luta de classes”.

- “Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Estilhaçou sem piedade os valiegos laços feudais que subordinavam o homem aos seus superiores naturais, e deixou subsistir entre os homens outro laço senão interesse nu e cru, senão o frio dinheiro vivo.” Fonte: Sobre Karl Marx – Sabedoria política. (Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/produtos/marx/karl>).

³ Davi Kopenawa nasceu em meados de 1956, em Marakana, localizado na floresta tropical de piemonte do alto rio Toototobi, no limite norte do Amazonas (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Em contato com os brancos, aprendeu língua portuguesa, e observou a obsessão predatória dos que ele chama de “Povo da Mercadoria”, e da ameaça que ela representa para a permanência da floresta e a sobrevivência de seu povo. Posteriormente, serviu-lhe de alicerce para desenvolver uma reflexão cosmológica original a respeito do fetichismo da mercadoria, da destruição da floresta amazônica e das mudanças climáticas.

Em 1989, a ong Survival International o convidou a receber em seu nome o prêmio Right Livelihood, considerado o prêmio Nobel alternativo, por atrair a atenção internacional sobre a situação dramática dos Yanomami no Brasil; Em dezembro de 2008, recebeu uma menção de honra especial do prestigioso prêmio Bartolomé de Las Casas, concedido pelo governo espanhol pela defesa dos direitos dos povos autóctones das Américas (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 44 - 46).

mentiras para eles! Eles só prestam atenção nas palavras da mercadoria” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 465).

Nas citações anteriores, o pensamento de Kopenawa se alinha com o de Marx (1844) em sua crítica à constituição da propriedade privada, quando este diz que o primeiro direito humano é a igualdade ante à exploração.

É fácil identificarmos que algumas empresas ainda são refratárias em admitir pessoas com deficiência para o seu quadro de funcionários e, que o preconceito e a ignorância acerca das potencialidades dos sujeitos em questão, levam à insegurança para a contratação. O agravante no problema, se evidencia, quando há uma exigência dos expertises desses trabalhadores, que só recentemente, tiveram amparo legal para serem admitidos. Se o capitalismo⁴ adota a lógica do máximo de produção, alguns empregadores entendem que as pessoas com deficiência estão alheias ao contexto. A falta de fiscalização por parte do Ministério Público, torna o processo de inclusão⁵ no mercado de trabalho, mais leniente e a burla não é rara.

Assim, conhecendo os problemas viscerais do segmento dos deficientes visuais de Manaus, e lançando luzes sobre a participação desses sujeitos no setor produtivo do Polo Industrial de Manaus (PIM), é pertinente perguntarmos: em tempos de inclusão, estaria a legislação referente ao tema, favorecendo as pessoas com deficiência visual? A escolarização estaria credenciando os indivíduos com deficiência visual, a ocuparem postos de trabalho condizente com sua formação? As empresas estariam contratando esses atores sociais por reconhecer sua capacidade laborativa, ou apenas em atenção ao cumprimento da lei de cotas de emprego?

⁴ O capitalismo é um modo de organizar a economia, ou seja, o modo de produção e a troca de serviços e mercadorias.

Segundo a interpretação de Marx, o capitalismo é essencialmente causado por condições da economia e da história.

De um modo geral, capitalismo é denominação do modo de produção em que o capital, sob diferentes formas, é o principal meio de produção. Tom Bottomoré (1988).

⁵ A inclusão não tem terminalidade. Não está restrita meramente à inserção de pessoas com deficiência a um mundo do qual elas têm sido privadas. Inclusão é um processo que está fundamentado em princípios democráticos e de participação social plena, e que não se limita a alguns setores da vida humana, a educação por exemplo. Ela é uma incessante busca pela presença de espaço e participação do indivíduo em todas as áreas da seara social, no cumprir de direitos e deveres (SANTOS, 2003).

“[...] o acesso à inclusão não tem um fim em si mesmo. Ela é na sua essência, mais um processo que um destino” (MITTLER, 2003, p. 16).

A pergunta central de nosso estudo é: Como estão sendo implementadas as políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência visual, no meio produtivo do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus?

Tais questionamentos subsidiaram nossas inquietações para elaborar as questões norteadoras de nossa pesquisa, que expomos a seguir:

- Como se deu a criação do projeto Zona Franca de Manaus - ZFM, considerando a contextura política e econômica brasileira prevaiente na época?
- Qual a contribuição das Políticas Públicas Educacionais de Inclusão para o acesso das pessoas com deficiência visual ao campo produtivo do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus?
- Quais os processos de seleção, recrutamento e encaminhamento para as empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus - PIM?

As questões norteadoras definidas para nosso estudo foram fundamentais para alcançarmos nossos objetivos. Neste sentido, nosso objetivo geral foi analisar o processo de inserção dos trabalhadores com deficiência visual, em empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus (PIM), ao lume da legislação de amparo e incentivo ao emprego formal, na contextura da inclusão, tendo a educação como suporte. Para viabilizar o estudo acerca da temática, desmembramos este objetivo geral em três objetivos específicos, a saber:

- Investigar o surgimento e o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, e o seu Polo Industrial;
- Verificar a contribuição das Políticas Públicas Educacionais inclusivas, para o acesso de pessoas com deficiência visual às indústrias do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus;
- Averiguar os processos de seleção, recrutamento e encaminhamento de trabalhadores com deficiência visual ao Polo Industrial de Manaus, analisando a realidade empregatícia, de acordo com os próprios sujeitos, nas indústrias do setor eletroeletrônico.

Diante da problemática apresentada, e por extensão, dos caminhos definidos para alcançarmos os resultados de nossa pesquisa, nossa tese assim ficou definida:

O setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, ao lume da legislação de amparo e incentivo ao emprego formal às pessoas com deficiência, não está contribuindo para a consolidação da inclusão laboral dos trabalhadores com deficiência visual.

Considerando que o Polo Industrial de Manaus, apresenta um cenário de contradições sociais históricas e políticas, entendemos que a aproximação com a dialética marxista, nos parece inevitável. Apresenta todos os elementos, sobre os quais Marx e seus colaboradores se debruçaram para compreender, dentro de um contexto capitalista.

O materialismo dialético é o método de investigação desenvolvido pelo pensador Karl Marx (1818-1883), ampliado por Lênin, durante aproximadamente quinze anos de pesquisas (NETTO, 2011). Marx e Friedrich Engels (1820-1895), seu principal colaborador, utilizaram a lógica dialética materialista para pesquisar a sociedade, mais especificamente a estrutura e a dinâmica da sociedade capitalista. De acordo com Martins (2011, p.13) “o materialismo histórico” (como teoria da história e, portanto, como instrumento lógico de interpretação da realidade) contém em sua essência a lógica dialética.

Para respondermos às questões norteadoras, alcançarmos nossos objetivos, para conclusivamente, confirmarmos ou refutarmos nossa tese, nosso estudo apresenta três momentos, a saber:

No primeiro capítulo, intitulado: O Projeto Zona Franca de Manaus: Origem e desenvolvimento. Entendemos que para compreendermos nosso momento atual, precisamos olhar pelo retrovisor da história, não para mostrarmos talvez, como deveríamos ter feito nossa trajetória, ou escolhas mais acertadas em nossa escalada civilizatória, mas para sabermos como o nosso presente social foi construído. Durkheim (1989) deixa dito que para compreensão de qualquer fenômeno humano complexo, faz-se mister, reconstruir suas formas mais primitivas e simples, e acompanhar seu desenvolvimento até o estágio presente estudando sua história.

Em cumprimento ao primeiro capítulo, fizemos uma pesquisa bibliográfica, através da qual evidenciamos a chegada do capitalismo na Amazônia, desde o

período colonial, para posteriormente verificarmos a criação e desenvolvimento da ZFM, observando os contextos sociais, político, econômico e histórico, nas dimensões internacionais, nacionais e regionais, bem como as primeiras participações das pessoas com deficiência visual no setor produtivo do Polo Industrial de Manaus. A investigação foi subsidiada por autores como: Salazar (1992), Botelho (2006), Loureiro (2009), Bueno (2012), Mendonça (2013), entre outros. Os dados informativos foram coletados em fontes como: livros, teses, dissertações e nos anais da Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas-ADVAM.

Em um segundo momento, o segundo capítulo, é uma pesquisa documental, através da qual fizemos um estudo sobre as políticas públicas de inclusão, com ênfase para a educação inclusiva e a legislação que preceituam a participação das pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho, bem como, a educação profissional no Amazonas e, por extensão, a qualificação profissional dos sujeitos-alvo de nossa pesquisa.

Os autores de debate foram: Harvey (1992), Saviani (1997), Vygotsky (2004), Behring (2011), Pacheco (2013). Fonte de consulta: livros, teses, sites nacionais e internacionais de reconhecida confiabilidade, periódicos com Qualis entre A1 e A4, documentos de fontes primária e secundária, entre outras.

No terceiro capítulo, apresentamos um estudo sobre o processo de seleção, recrutamento e encaminhamento de trabalhadores com deficiência visual, às empresas do PIM, buscando descortinar a realidade empregatícia das pessoas com deficiência visual neste setor, procurando verificar como está ocorrendo esse processo; com que dignidade esses sujeitos estão exercendo suas atividades; se a participação desses trabalhadores está em consonância com o conceito de inclusão.

Ainda no terceiro capítulo, analisamos as entrevistas com os sujeitos definidos: a presidente da Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM), e os trabalhadores com deficiência visual de 3 (três) diferentes fábricas, por meio das quais, pudemos observar as relações trabalhador/empresa.

Na fala dos atores sociais, foi possível visualizar as contradições inerentes às correlações de força envolvendo quem compra a força de trabalho, e quem a vende

Alguns autores que contribuíram com nosso terceiro capítulo, foram: Borges (1992), Pastore (2000), Oliveira (2013), Brito (2016), entre outros. Fonte de consulta: Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM) e Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos (SEMDHJ).

Por fim, nas considerações finais, uma reflexão acerca da totalidade alcançada, buscando apontar novos rumos para humanizar a relação empregado/empregador, e que o sacrifício do trabalhador fabril com deficiência visual, não o consuma por completo, bem como alguns aspectos da legislação em voga referente ao tema em discussão, e tentar contribuir para novos e possíveis rumos da política de amparo ao emprego formal das pessoas com deficiência. De Mase (2001) foi autor que emprestou seu pensamento para nossas considerações concludentes.

Salientamos que em nove anos de serviços prestados na ADVAM, tomamos conhecimento sobre os principais problemas que dificultam a inclusão social das pessoas com deficiência visual. Um dos problemas que mais se evidenciava, era a participação dos associados no mercado de trabalho.

Apesar da pouca escolaridade da maioria, demonstravam grande interesse em conquistar um emprego formal. Outro fato interessante, é a respeito das mulheres. Apesar de apresentarem maior nível de escolaridade que os homens, enfrentavam maior dificuldade para serem inseridas nas empresas.

Ressaltamos ainda, nossas experiências pessoais, não muito diferentes dos demais. Como militante do segmento, buscamos contribuir ativamente e diretamente da luta da entidade. Participamos de todas as diretorias, além de vice-presidente e presidente, o que só fortaleceu nosso engajamento.

A partir do momento que surgiram as oportunidades de fazer pesquisas científicas relacionadas à participação social dos deficientes visuais, entendemos que podemos contribuir de alguma forma para a melhoria da vida dessas pessoas, ainda que essa contribuição seja, metaforicamente, uma gota d'água no Rio Amazonas.

Socialmente, nossa pesquisa poderá demonstrar aos deficientes visuais, o cenário instalado no Polo Industrial de Manaus. De posse de informações obtidas *in loco*, poderão mobilizar-se no sentido de reforçar as experiências exitosas e, tentar reverter os fatos não condizentes com o exercício da cidadania.

Para o campo acadêmico, nossa pesquisa pode se revestir de relevância por seu ineditismo. Ainda poderá inspirar outros pesquisadores a retomar o estudo, alargando o campo de conhecimento acerca do tema. Afinal, ninguém está proibido a fazer melhor que eu, lembrando Martinho Lutero.

Politicamente, a pesquisa poderá servir como termômetro para os setores governamentais, avaliarem a aplicabilidade das leis, mensurando a efetivação das políticas públicas para o setor.

1 O PROJETO ZONA FRANCA DE MANAUS: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

“Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar” (Antologia poética de Bertolt Brecht).

1.1 A chegada do capitalismo na Amazônia

Para compreendermos a contratação de trabalhadores com deficiência visual pelo Polo Industrial de Manaus, nos dias atuais, é de fundamental importância a contextualização do epicentro de nosso estudo. A realidade que se apresenta no momento, nada mais é que a resultante ou consequência de um processo histórico, social e político, tanto no contexto brasileiro, quanto internacional.

Quando falamos em Amazônia brasileira, ainda hoje, tanto no Brasil, quanto a nível mundial, os temas estão sempre relacionados com os conflitos agrários, em função da expansão das fronteiras produtivas agrícolas; questões ambientais, tanto pela preocupação da preservação da reserva de água doce, quanto ao problema do desmatamento, principalmente pelo fato de sua consequência, ser de proporção planetária; territorialização de etnias nativas da região⁶, especialmente por demarcações de terras indígenas ainda não muito bem definidas.

Todos os problemas citados anteriormente, estão relacionados com a expansão capitalista, desde o seu estágio primitivo, até o chamado capitalismo moderno.

Acerca do desenvolvimento capitalista no Amazonas, especificamente, Salazar (1992), estabelece três etapas no processo:

⁶ É uma das categorias da geografia, referente à certa unidade espacial ou de parte dela. O conceito por nós aqui adotado, é o de Oliveira (1977, p.27), este assevera que se trata de um conceito fundamentado “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, nas estruturas de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de lutas de classes e do conflito social em escala mais geral”.

- Capitalismo mercantilista de exportação e mercado colonial (coleta das drogas do sertão⁷);
- Capitalismo mercantilista de exportação e comércio de matéria-prima (economia da borracha);
- Capitalismo industrial financeiro (implantação da Zona Franca de Manaus).

Salazar resume os desdobramentos econômicos no Amazonas, se reportando desde o primeiro evassamento, no período colonial, quando os europeus invadiram a região, em cumprimento ao objetivo de alargar suas fronteiras comerciais ao redor do mundo, especialmente em territórios ainda não explorados e, considerados desocupados.

Marx (1988) chamou essa prática de acúmulo de riquezas, em um estágio anterior ao capitalismo propriamente dito, de acumulação primitiva⁸. De acordo com o autor:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e enfurnamento do povo nativo nas minas, o começo da conquista e a pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um verdadeiro cercado para caça comercial, as peles negras, marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (p. 275).

De acordo com Marx (1988), o processo de acumulação primitiva se deu por meio de extrema violência. A afirmação do autor, baseada na historiografia mundial, também se confirmou na Amazônia portuguesa (parte da Amazônia ocupada pelos portugueses no período colonial). O choque cultural entre nativos e europeus, foi inevitável e, de certo que na luta do arco e flecha contra o arcabuz, os nativos, mais fragilizados, literalmente caíram de joelhos diante da cruz e da espada.

⁷ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, de Moraes e Silva, 1789, droga significa: todo gênero de especiaria aromática (tintas, óleos, raízes). A literatura histórica, tornou conhecida a expressão “droga do sertão”, para designar um conjunto de produtos nativos ou aclimatados na Amazônia do período colonial.

⁸ Uma vez que as relações de produção pré-capitalista são predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses dos principais meios de produção, como a terra, logo, o capitalismo só pode se afirmar, esbulhando os camponeses de sua terra. Acumulação primitiva, portanto, é o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (Marx, 1988, V. II).

A floresta transformou-se em um campo de batalha, e mais uma vez o imperialismo europeu trinfou sobre as nações menos desenvolvidas. O território amazônico dominado pelos portugueses no período colonial, enveredou por razões naturais, por um caminho econômico diferente do restante da colônia, pois, os cultivos da cana de açúcar e do algodão, não prosperaram. Assim, não despertou muito interesse da Coroa Portuguesa para desenvolvê-la. As características da região, também contribuíram para o fato. Dessa forma, o isolamento amazônico lusitano consolidou-se e, em alguns aspectos, que persistem até nossos dias.

Certamente que profundas transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais foram provocadas. No entanto, as políticas governamentais para a região, ainda não foram capazes de erradicar a pobreza da população local, ou melhor, equiparar a distribuição de riquezas aqui produzidas.

As profundas transformações étnicas, demográficas e culturais, provocadas pela expansão mercantil europeia, refletiram nos ciclos econômicos na região, posteriormente. Neste sentido, Silva (1996) nos diz que as resistências dispersas do século XVII, as resistências mais organizadas do século XVIII, foram sequencialmente submergindo na desarticulação tribal, na expropriação territorial, na desigualdade econômica, que passa a ser representada política e demograficamente pela população regional. Indiferenciadas, miscigenadas, transformando-se em tapuias, caboclos, camponeses, sem terras, trabalhadores urbanos e trabalhadores agrícolas, ou isolados, com limitada possibilidade de expansão e sobrevivência.

Obs.: É pertinente fazermos um esclarecimento acerca do verbete “caboclo”. Alguns autores consideram a palavra “caboclo”, um termo depreciativo, construído historicamente. Outros, a relativizam.

De acordo com Lima (1999), é um termo de exclusão, sugerindo que o outro é inferior ao locutor ou locutora. Por sua vez, Nugent (2002), em seus estudos em Santarém, no estado do Pará, afirma que o termo pode ter uma conotação positiva: “Sou um caboclo e vivo na pérola do tapajós”.

O sentido do termo referenciado anteriormente, varia de acordo com as circunstâncias, não havendo, portanto, um consenso entre os autores. Conservamos a palavra “caboclo” nas citações ao longo do texto, em respeito ao contexto em que foi escrita pelo(a) autor(a).

Em meados do século XVII, a zona norte da América portuguesa era descrita como uma imensa extensão de terras, com grande cobertura florestal, povoada com indígenas hostis.

Segundo Bueno (2012):

Alia-se a esse cenário, uma árvore de lindas e delicadas flores, que no território amazônico, se distribui de forma bastante esparsa, apenas três ou quatro em um hectare, que esconde por traz de sua casca um líquido precioso, cuja forma de extração, ao menos em meados do século XIX, exigia de um ser humano uma capacidade quase incomensurável de resistência física e psicológica para sobreviver em meio à floresta (p. 15).

Em 1743, quando o naturalista francês Charles Marie de La Condaminé, vindo do Equador pelo rio Amazonas, conheceu uma grande árvore, com longos galhos e flores delicadas, chamada *Hevea Brasiliensis*, da qual os indígenas extraíam uma seiva branca e viscosa (látex). Os nativos da região já utilizavam o látex para fabricação de alguns objetos.

O uso do produto originário da Amazônia passou a ser amplamente utilizado na Europa, que permitiu a região exportar 31 toneladas em 1827, e 156 toneladas em 1830.

Araújo (1985) nos lembra que a borracha incorpora a Amazônia ao capitalismo industrial internacional, durante o apogeu da segunda revolução industrial, em meados de 1850, que apresentava uma nova divisão internacional do trabalho, e novas características, oriundas do desenvolvimento na época.

O Brasil, na metade do século XIX, consolidava uma classe burguesa eminentemente agrária, mas não participava efetivamente da circulação comercial na Europa e nos Estados Unidos.

Araújo (1985), ainda nos diz, que

O exclusivo comercial da colônia, agora é substituído pelos lucros da intermediação comercial dos produtos de exportação, primeiramente com a Inglaterra, em seguida com os Estados Unidos, que por meio de sua intermediação financeira, financiavam a comercialização interna e externa dos produtos de exportação (p.78).

De acordo com a fala do autor anterior, o Brasil alterava seu comércio exterior. Segundo Carvalho (2012), a dominação e a expropriação humana

caracterizavam o modo de produção no interior dos seringais. Assim, a partir dessas relações, o sistema capitalista chega indiretamente na Amazônia.

Para aumentar a produção de borracha natural, havia a necessidade de ampliar a área de exploração das propriedades, haja vista, que as árvores de seringueiras, ficavam distantes uma das outras, o que dificultava a coleta do látex.

A partir da década de 1877, nordestinos, expulsos de sua região em função de uma grande seca, chegaram à Amazônia para trabalhar na produção da borracha (HALL, 1991; MOOG, 1936; ARAÚJO, 1985; SALAZAR, 1992).

Sobre o ambiente amazônico, no período áureo da borracha, Bueno (2012) assim se reporta:

Imagine que alguém teve a ideia de construir na região uma ferrovia, talvez desconhecendo tal inóspito cenário, cortado por rios e corredeiras, onde doenças das mais variadas e pequenos insetos, disputam ainda hoje, o privilégio de aniquilar a saúde de qualquer ser humano que por ali permaneça por mais de três meses. [...] imagine a quantidade de estrangeiros e de brasileiros, que aqui chegaram para trabalhar nessa obra insana, os quais perderam a vida em meio à febres torturantes, chuvas torrenciais e índios hostis, enquanto os dormentes eram assentados (p.18).

No apogeu do ciclo da borracha, o capital estrangeiro, principalmente estadunidense, invade a selva amazônica. O governo brasileiro tinha o objetivo de evidenciar as fronteiras do Brasil com a Bolívia e, facilitar o escoamento da produção de borracha natural da Amazônia boliviana e da região oriental da Amazônia brasileira. O empreendedor estadunidense Percival Farquhar, aceitou o desafio de construir uma ferrovia, que interligasse a cidade Guajará-Mirim, no interior de Rondônia, a Porto Velho, que posteriormente viria a ser a capital do estado. A obra ficou conhecida como ferrovia Madeira/Mamoré⁹.

⁹ Obra construída entre 1907 a 1912, com a extensão de 366 Km, em plena selva amazônica. É considerada a maior ferrovia fora do território estadunidense, depois da construção do canal do Panamá (na época em construção).

O responsável pela construção da ferrovia, foi o empreendedor estadunidense Percival Farquhar, que criou a Madeira/Mamoré Railway Company, e que teria dito: "Vai ser o meu cartão de visitas". Entre 20 a 30 mil pessoas, das mais variadas nacionalidades, principalmente gregos, antilhanos, espanhóis, indianos, franceses, além dos brasileiros, embrenharam-se na floresta em busca de riqueza proporcionada pelo "ouro branco".

A estrada de ferro ficou conhecida como a "ferrovia do diabo", pois, aproximadamente 6 mil pessoas morreram de doenças tropicais próprias da região, durante sua construção.

Sonhos de riqueza, todos tinham: seringueiros, seringalistas, atravessadores (regatões).

A riqueza produzida pelos seringais, serviu para atender ao grande capital estrangeiro. O Brasil exportava commodities e importava produto industrializado; enriqueceu os donos dos seringais, intermediários e subsidiou a urbanização da cidade de Belém e de Manaus, ficando esta última, conhecida como a “Paris das Selvas”, bem como embelezamento da cidade do Rio de Janeiro.

Os seringueiros padeceram com aquilo que restou de pior do capitalismo, que foi a exploração do trabalhador. Muitos, inclusive, trabalhavam em condições análoga à escravidão. Praticava-se o sistema de aviamento¹⁰. Os trabalhadores já chegavam nos seringais endividados. Equipamentos de trabalho e outros suprimentos necessários para sua subsistência e execução do trabalho, eram financiados pelos recrutadores de mão de obra, ou pelos próprios patrões. A produção dos seringueiros, nunca superava o débito contraído com o aviador, se constituindo em uma dívida impagável, gerando problemas de relacionamento entre eles.

Essa relação entre quem produz e quem financia a produção, é muito próprio do capitalismo.

Segundo Guareschi (2009) no sistema capitalista de produção, é o trabalho humano que gera todo o valor e por extensão, gerando riqueza. Assim, todo o lucro, vai para a mão do dono do capital. A partir dessa prática, o dono do capital, sem trabalhar, ou trabalhando apenas um pouco, se apropria da maior parte do lucro, o que é conhecida como expropriação, ou seja, uma relação pela qual um tira uma coisa do outro.

Sobre a guerra de forças entre patrão e empregado, Marx e Engels (1986), afirmaram que a história de todas as sociedades que até hoje existiram, tem se caracterizado pela história da luta de classes, onde opressores e oprimidos vivem em constante oposição.

¹⁰ É a capacidade de uma determinada instituição comercial de gerar lucro. Dito de uma outra forma, estabelecimento comercial, é um conjunto de bens e valores, necessários ao desenvolvimento da produção econômica.

O aviamento é uma forma comercial, assentada sobre o pressuposto de um sistema de crediário informal, somente possível através de um outro sistema de crédito bancário (SALAZAR, 1992, p. 60).

Apesar da quantidade de seringueiros alcançar dezenas de milhares, não havia uma organização de classe para lutarem por melhores condições de produção.

“A relação conflituosa entre seringueiros e seringalistas, na maioria das vezes, era ilustrada de extrema violência. De uma forma geral, com ou sem violência, a exploração da força de trabalho, indubitavelmente fazia parte das engrenagens do sistema” (TEIXEIRA, 1980).

A presença do Estado por meio de seu aparelho jurídico, era incipiente, assim, patrões e empregados, agiam livremente, e a Amazônia podia ser considerada terra de ninguém ou terra sem lei. Os estudos de Leal (2013) nos remetem ao cenário descrito anteriormente:

O jornal Rio Madeira, de 8 de abril de 1917, deu o seguinte informe: constam-nos que foram assassinados, por pessoal da Aensi & Cia, no rio Machado, 6 indivíduos que tentavam fugir do lugar Tabajara de propriedade daquela firma. Entre as pessoas que compunham a diligência saiu ferido um comboeiro. Os fugitivos eram em número de 9, apareceram somente 3, sendo 2 em terras de propriedade do Sr. Acácio Ferreira Vale e uma moça que encontra-se nos “maruins” (O rio Madeira, Manicoré, 8 de abril de 1917).

Muitas vezes, os atos de violência não eram justificados. No entanto, “considerar tais atitudes, gestos casuais, despolitiza e desqualifica as relações sociais e desqualifica as dimensões que podem tomar as resistências elaboradas pelos agentes” (THOMPSON, 1999, p. 150).

A vingança nos mais variados níveis de brutalidade, praticada pelos seringueiros, era a única forma encontrada por eles, para espoliar os donos dos seringais. Era a insurreição dos oprimidos contra a exploração capitalista e contra os opressores.

Nem todos os autores atribuem à ganância do lucro, os conflitos nos seringais. De acordo com o pensamento de Reis (1997), os seringalistas não poderiam ser responsabilizados pelas atrocidades cometidas, pois, essas eram frutos da ambiência e das estruturas que sufocavam os agentes sociais.

Na fala de Reis (1997), os seringalistas não poderiam ser culpabilizados pelos conflitos nos seringais, pois eram as circunstâncias que induziam aos gestos de violência.

Vejamos o que o autor ainda nos diz:

Tais relações, no entanto, podem ser compreendidas pela barbárie do meio natureza e do meio sociedade informação, porque se o aviador e seringalista explora o seringueiro, este não se comporta melhor. Por meio das armas de que dispõe, de acordo com o primarismo de sua inteligência, das coisas e dos homens, comete vingança. Assim é que negocia a produção de sua safra, lesando o seringalista, entrega-se à madraçaria, diminuindo a produção ou extraíndo o látex por meio de processo proibido para aumentar a purgação a dispor de safra maior a lhe garantir saldo-credor (REIS, 1997, p. 178).

Na primeira década do século XX, a Inglaterra contrabandeou a semente da seringueira, levando para a Malásia, onde o cultivo prosperou. Santos (2002) nos leciona: muitos não sabem que o valor comercial do látex da seringueira, despencou por causa da biopirataria, realizada por Henry Wickham, que levou para a Índia e vários países da Ásia, a semente rajada em forma de ovo, de manipulação delicadíssima, que rendeu muito dinheiro para esses países e muito abandono e miséria para a Amazônia.

Em 1912, a Inglaterra entra no mercado internacional de borracha, forçando a derrocada do ciclo do produto brasileiro.

Várias tentativas foram implementadas pelo governo do Brasil, para salvar a produção do chamado “ouro branco”. O presidente Hermes da Fonseca, lança em 1912, um plano para incentivar o cultivo da seringueira, da mangabeira, do caucho e da maniçoba; incentivo à criação de infraestrutura para escoamento da produção; incentivos fiscais.

Mediante a situação, Costa (1986) afirma que:

O Estado do Amazonas, próspero e com um futuro brilhante na primeira década do século, rapidamente tornou-se isolado, atrasado e sem esperança no futuro. As condições sanitárias, pioram no interior pela falta de medicamentos, pareciam um problema sem solução. Abandonados e isolados, os seringueiros migraram para Manaus, capital do Estado, que viveu uma profunda crise social. Os comerciantes sem dinheiro circulante fecharam suas portas e muitos deixaram a cidade, falidos ou desanimados. A população rural abandonou a extração da borracha e passou a morar na cidade. Os navios da Europa para Manaus eram raros. O Governo do Estado não tinha recursos financeiros, as utilidades públicas foram abandonadas e as escolas fechadas por falta de professores. A situação do Amazonas era compreensível, pois a produção da borracha era a única matriz econômica (p.51).

Costa (1986) ainda nos diz:

Com uma população que havia crescido de 363.166 para 438.000 (20,6%) em uma década, sem geração de novos recursos para seu sustento, os problemas sociais exigiam o investimento de recursos financeiros que o Governo do Estado não dispunha. Esse quadro era mais grave ainda porque o êxodo rural no mesmo período de 1920 a 1930 tinha sido de 40, 55 %. O interior do Estado, portanto, estava abandonado e Manaus crescia face às massas humanas que fugiam dos Municípios, além da vinda de contingentes de fora do Estado. Como se tudo isso não bastasse, Manaus ainda possuía 3.941 estrangeiros e 219 naturalizados, em 1940, quando a população total era de 106.399 pessoas (p.55).

O crescimento populacional da capital amazonense, comentado por Costa, na citação anterior, é justificável. Na dinâmica das populações, as pessoas sempre buscam as cidades ou regiões mais desenvolvidas, que ofereçam maiores oportunidades e condições de vida mais favoráveis. Neste sentido, podemos compreender o fluxo migratório de pessoas do interior do Amazonas para a capital Manaus.

Com o advento da segunda guerra mundial, na metade do século XX, a Ásia deixa de fornecer borracha para os Estados Unidos, e a Amazônia tornou-se estrategicamente, o maior fornecedor de borracha natural. Vários acordos são celebrados entre Brasil e Estados Unidos, os quais ficaram conhecidos como “os acordos de Washington”.

A entrada do Brasil na segunda guerra mundial (1938 -1945) faria o Estado Novo intervir na Amazônia e torná-la também, a principal fornecedora de borracha para os aliados. Para tanto, o governo brasileiro incentiva migração, principalmente nordestina, para os seringais amazônicos. Essa política de recrutamento ficou conhecida como “a batalha da borracha”. Assim foi cunhado o termo “soldados da borracha”, para os trabalhadores dos seringais, produtores da mercadoria. O plano tinha como estratégia, formar mão de obra para as empresas seringalistas na Amazônia, e a ocupação permanente do oeste brasileiro (BUENO, 2012).

O presidente Getúlio Vargas, utilizou como argumento para o marketing de incentivo à migração para o norte do Brasil, o nacionalismo. A propaganda buscava despertar o espírito de brasilidade, ajudando o país na guerra, ainda que de forma indireta, mas de forma fundamental.

O período da segunda guerra mundial, também foi o segundo momento do ciclo da borracha, que durou enquanto existiu o conflito. Mendes (2004) afirma que a história da borracha, encerra um registro de fadigas, aventuras, injustiças sociais, crueldades e avidez, iguais somente a dos metais e gemas preciosas.

Os símbolos arquitetônicos deixados pelo ciclo da borracha podem muito bem ser representados pelo teatro da paz, em Belém, e “o teatro Amazonas, o prédio da alfândega e o palácio da justiça” (SALAZAR, 1992, p. 18).

Estes últimos na cidade de Manaus, que simbolizam o luxo e a riqueza da burguesia da época, bem como a memória de um período fausto, que fazia com que a capital amazonense se comparasse às mais importantes capitais europeias, chegando a lhe render o nome de “Paris das selvas”.

Com o término da guerra, a Amazônia é isolada do restante do país. O mundo se reorganiza, a industrialização acelera, e o Brasil tenta acompanhar esse processo.

O presidente Getúlio Vargas, no começo da década de 1950, cria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVA). Este órgão tinha objetivo, identificar a potencialidade de espaços econômicos, e criar polos de desenvolvimento na região.

[...] seu formato é também lembrado como um fator inibidor do bom desempenho, por tratar-se, ao mesmo tempo, de um órgão com funções de planejamento e execução. Essa característica submetia a SPVEA a pressões variadas que limitavam sua autonomia e sua isenção técnico-administrativa. A abrangência das metas, a amplitude da região, a falta de integração entre os setores e o desconhecimento científico sobre a área e sua população interferiram nesse quadro explicativo de desacertos (D'ARAÚJO, 1992, p.52).

Observamos que a atenção do governo brasileiro para com o norte do país parece ser sazonal. Ora se aproxima, ora se afasta da região.

Somente com a globalização, quando o grande capital elimina as fronteiras territoriais, a Amazônia brasileira, ou melhor, o estado do Amazonas, especificamente, retoma o seu desenvolvimento, com a implantação da Zona Franca de Manaus.

1.2 A criação da Zona Franca de Manaus na contextura da política de integração nacional

Até hoje, a Amazônia é considerada uma região periférica, pobre e sem atrativos ao capital, embora o mundo inteiro identifique as grandes potencialidades e possibilidades do território.

Os registros históricos, mantém viva a memória de uma região que viveu um período glorioso do ciclo da borracha e ainda tem até hoje o extrativismo como uma grande fatia no bolo da economia, principalmente no interior dos Estados. Assim, para compreendermos em que contexto ocorreu a criação da Zona Franca de Manaus, não podemos nos furtar de analisar os cenários sociopolítico e econômico nacionais, bem como, as circunstâncias econômicas globais.

Após o término da segunda guerra mundial, a Amazônia entra em um isolamento nacional e cenário de pauperização. Economicamente, a região não acompanhava o processo de industrialização ascendente no sul do país.

A burguesia local não conseguiu desenvolver novos nichos de mercado para alavancar a economia, considerando os novos tempos bem peculiares do período pós-guerra, voltados mormente para o setor industrial.

Em meados da década de 1960, o setor industrial brasileiro avança consideravelmente, com destaque para os setores automobilísticos e linha branca (eletrodomésticos), subsidiados por empresas multinacionais.

Nos grandes centros financeiros, representados pelos países mais industrializados, detinham e retinham a produção de bens de capital, baseados na tecnologia.

A história tem nos ensinado que o capital não sobrevive por muito tempo, altamente desenvolvido isoladamente. Há, portanto, a necessidade de expansão para outros países. Assim aconteceu. O Brasil voltou-se para o capital estrangeiro, pois vislumbrava nessa ação, todas as possibilidades de desenvolvimento para o país. Destarte, a partir da década de 1964, o governo militar desencadeia ações no sentido de aproximar-se do capital internacional (BANDEIRA, 1975; VIEIRA, 1987).

Ao observarmos com profundidade a criação da ZFM, fica fácil compreender que não se deu apenas por uma questão de política interna. No

período pós-guerra, o capitalismo entra em uma nova configuração. Desencadeia um processo de desterritorialização e busca mão de obra barata e incentivos fiscais.

No final do século XX, Sassen (1988) opina e nos diz que a sociedade contemporânea se caracteriza pelo deslocamento espacial, temporal e intermitente do capital e de trabalhadores distintos quanto à qualificação em diferentes graus que estão em constante movimento.

Esse fenômeno de mobilidade, no pensamento de Urry (2000 [1990]), a especificidade de um conhecimento, uma sociologia dessas mobilidades que possibilita compreender o caráter transitório, móvel e flexível das relações sociais, os deslocamentos são contínuos e nada se estabelece em definitivo. As fábricas podem ser montadas e desmontadas em pouco tempo, como se fosse um circo, e seguem os incentivos recebidos. Os trabalhadores, por sua vez, também se deslocam entre cidades, regiões e países através do globo, sejam estes qualificados ou não, em busca de novas possibilidades de ocupação remunerada.

O mundo experiência o processo de internacionalização e transnacionalização da economia. Acerca desse fenômeno, Hobsbawm (1995) consiste em uma nova divisão do trabalho e pela elevação do fomento externo (offshore¹¹). Sob essa perspectiva, a Zona Franca de Manaus está inserida no espaço da globalização, articulado com a política governamental militar de integração e ocupação da Amazônia.

Algumas décadas após o declínio do ciclo da borracha, a Zona Franca de Manaus começou a ser idealizada. Foi inicialmente esboçada pelo político, jornalista e advogado, do estado de Alagoas Tavares Bastos, sob a inspiração da criação de um porto franco em Manaus. Mourão (2006), ao debruçar estudos sobre a Zona Franca de Manaus, afirma que esta foi a resposta que o Estado brasileiro apresentou ao problema do atraso socioeconômico da região, uma vez que o espraiamento capitalista no Brasil se concentrava na região sudeste, ao passo que o norte do país se isolava.

¹¹ A expressão "offshore encontrou no vernáculo civil, em meados de 1960, para descrever a prática de registrar a central de uma empresa de forma legal, em um território fiscal benevolente, geralmente pequeno, e que beneficiasse o investidor com redução de impostos. Na década de 1960, era regra os países criarem proteção de mercado interno e rigoroso controle fiscal, sob o interesse do povo (HOBSBAWM, 1995, p. 272).

O Deputado Francisco Pereira da Silva¹², foi o primeiro idealizador da proposta do projeto Zona Franca de Manaus, apresentada em 1951. O porto livre foi criado pela Lei 3173, de 06 de junho de 1957, ainda sem incentivos capazes de atrair investidores para Manaus.

Anciães (1980), em seus estudos, salienta que em 1965 essas Zonas de Livre Produção (ZLPs), foram muito difundidas ao redor do mundo, cuja expansão em 1975, já existiam 118 Zonas em funcionamento. Neste período, a distribuição se apresentava com 15 na África, 68 no continente Asiático e 35 na América Latina.

Certamente que havia uma prospecção das melhores regiões para a implantação do projeto das Zonas de livre comércio. Para que uma determinada região recebesse o projeto comercial, deveria atender a determinadas condições.

Na verdade, o pressuposto histórico para a implantação de uma Zona Franca, tem a ver com a congruência de dois fatores fundamentais e basilares: de um lado, a possibilidade das empresas dos países industrializados de descentralizarem seus processos produtivos, e de outro, a existência em outros países de condições jurídicas, econômicas e políticas, que garantissem a redução dos custos de produção e a ampliação dos mercados consumidores de determinadas mercadorias a serem consumidas produtivas ou improdutivamente (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005, p. 103).

A cidade de Manaus oferecia boas condições para a implantação do projeto ZF, revelam um estudo apresentado pela Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAM), em junho de 1966, portanto, alguns meses antes da criação da ZFM. De acordo com esse estudo, nesse período, Manaus

¹² Francisco Pereira da Silva nasceu em 7 de setembro de 1890, no vilarejo de Guamaré, município de Macau, no estado do Rio Grande do Norte. Mudou-se para a Amazônia com a família, ainda criança.

Iniciou sua carreira pública no Acre, quando ainda era território federal. Exerceu os cargos de fiscal de renda federal, no alto Juruá; diretor do jornal Oficial da Prefeitura Federal de Cruzeiro do Sul; Promotor público interino e prefeito do município de Tarauacá (1911-1921).

Em 1924, Pereira da Silva chega ao Amazonas, onde assumiu o Secretariado da Chefatura da Polícia.

No ano de 1930, foi aclamado membro da Junta Governativa Revolucionária do Amazonas. Após a extinção da Junta, assumiu o Secretariado Geral do Estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde passou a exercer a advocacia. Foi deputado federal por dois mandatos, e foi o idealizador do projeto Zona Franca de Manaus.

Em 10 de setembro de 1973, morre Pereira da Silva, aos 83 anos de idade, na cidade de Manaus (disponível em: www.suframa.gov.br/suframa_publicacoes_s).

apresentava as seguintes características econômicas, sociais, Culturais e populacionais:

A população da cidade de Manaus, estimava em torno de 226. 410 habitantes, na zona urbana, com uma taxa de expansão demográfica de 5%. 443,5 % da população tinha menos que 14 anos e população jovem. Em alguns bairros esse percentual alcança 56,9 %, a exemplo do bairro de Santo Antônio; a força de trabalho representava um recorte de 54,2 % do total da população; o percentual de emprego era 72,7%, tendo, portanto, 27,3% de desempregados.

Esses números eram considerados insatisfatórios; o nível de escolarização da população era muito baixo. O percentual de analfabetos, alfabetizados e com primário incompleto, correspondia a 56,9%, na realidade estavam na condição de semianalfabetos. Dos quase 60% da população, somente 2,9%, 4,4% e 1%, possuíam 19 ciclo, 0,29 ciclo e o 39 ciclo, superior completo, respectivamente.

O projeto ZFM foi idealizado como um projeto geopolítico do governo brasileiro para a região amazônica. Neste sentido, o principal alibi do governo federal para a criação da ZFM, foi a ocupação da região. Além de aumentar a densidade demográfica, era necessário criar infraestrutura e condições de vida, capaz de atrair mão de obra e a atenção do capital, tanto nacional quanto internacional, pois só assim, seria possível dinamizar as forças produtivas locais, e criar condições de vida econômica.

No início do governo militar, mais precisamente no exercício presidencial do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), é lançado o Plano “Integrar para não Entregar”. O referido plano posteriormente, desmembrou-se em outros como o “Batalhões da Fronteira” e o Projeto Calha Norte”. O objetivo era implementar uma política governamental para o desenvolvimento da região amazônica. Essa política valoriza o capital estrangeiro como alternativa para os objetivos do governo. Em 1966, uma comissão governamental apresenta um conjunto de propostas, o qual foi denominada de “Operação Amazônia” (MAHAR, 1978; D’ALMEIDA, 1982; HALL, 1991; ARAÚJO, 1985; BENCHIMOL, 1996).

Uma importante lei das normativas dos objetivos da política para a região amazônica, foi a Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966. Em seu Artigo 4º estabelecia que a política orientava para: estabelecer polos de desenvolvimento

e grupos de população estáveis e autossuficientes, mormente nas regiões fronteiriças; incentivar a imigração; oferecer incentivos ao capital privado; desenvolver a área de infraestrutura, bem como identificar o potencial de recursos naturais (MAHAR, 1978, p. 23).

A legislação supracitada, criou Instituições para oferecer suporte gerencial e financeiro, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S. A. (BASA).

No contexto da reocupação da Amazônia, com o intuito de preservação da soberania nacional, o governo brasileiro, em pleno período militar, cria o Plano de Integração Nacional (PIN), em 16 de julho de 1970, assinado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, de caráter geopolítico. Circunstancialmente, o governo militar valeu-se da grande seca no Nordeste, nos anos de 1969 e 1970, para incentivar os nordestinos para o norte do Brasil.

De acordo com Velho (1975), o governo teve a competência necessária de mobilizar o sentimento nacionalista, neutralizando a esquerda nacionalista, ao mesmo tempo que permanecia cosmopolita em seu caráter, e essa colonização da Amazônia implicaria em uma intensa participação estrangeira.

Para a efetivação do plano de colonização da região, era imprescindível a criação de estradas. Assim, várias rodovias foram construídas, cortando a Amazônia de norte a sul e de leste a oeste.

O PIN previa que 100 Km em cada lado das estradas a serem construídas, deveriam ser destinados à colonização, por cerca de 500 mil pessoas para assentamento. A rodovia transamazônica foi a principal estrada escolhida para a colonização (VELHO, 1975; VALVERDE, 1982).

Atualmente, a estrada transamazônica atende em parte à população da região, mas não cumpriu o propósito de integrar o território amazônico entre si, nem este ao restante do Brasil. A cidade de Manaus, por exemplo, continua isolada do restante do país. Por via terrestre, a única via de saída para outras regiões é através da BR-319, que interliga Manaus à cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

Por falta de vontade política e de visão de futuro, os governantes tanto da esfera estadual quanto da esfera federal, não tomaram a decisão de torná-la trafegável, e esta encontra-se em precárias condições. O trecho mais crítico da

estrada, que se recuperado, já tornaria a estrada transitável é de apenas 400 Km.

Podemos observar claramente, que a criação e o desenvolvimento da ZFM, sempre caminharam em consonância com as circunstâncias políticas e econômicas regionais, nacionais e internacionais. “mundialmente a guerra fria forçava a opção nacional a conservar-se na área de influência norte americana ou encaminhar-se para a soviética. Além disso, avançava o processo de descentralização industrial” (SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M., 2005, p.1).

Uma década após a criação da Zona Franca de Manaus, o governo federal, por meio do Decreto Lei 288, de 28 de fevereiro, de 1967, altera a legislação ampliando-a. Reformulou o projeto, concedendo incentivos fiscais por 30 anos, com a proposta de criação de um Polo Industrial, comercial e agropecuário na região amazônica. Dessa forma surge o atual modelo de desenvolvimento, ocupando uma extensão territorial de 10.000 Km, sediado em Manaus, subsidiado por incentivos fiscais e extrafiscais.

Arelado ao plano desenvolvimentista do governo federal militar, sob a supervisão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)¹³, a ZFM foi criada com o intuito de atrair interesses financeiros para desenvolver o interior da Amazônia, o que segundo a concepção de seus idealizadores, alavancaria o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental (SANTOS, 1994).

As Instituições reguladoras das ZFs, segue as orientações de exopolíticas. A Suframa foi criada sob a égide da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)¹⁴. Ela se apresenta na região, como uma Instituição dotada de poder e autonomia, e por isso, não é raro entrar em conflito com os poderes locais (SILVA, 1997; MELLO, 1993; FREITAS PINTO, 1986; NICÁCIO, 1982).

Ainda no ano de 1967, o governo federal por meio do Decreto Lei n. 291, oficializa o espaço territorial da Amazônia Ocidental, constituído pelos estados

¹³ “Autarquia responsável pelo controle dos incentivos fiscais, promoção de financiamentos, além de identificar atividades econômicas e atrair investimentos que proporcionem a criação de emprego e renda” (FREIRE, 2015, p. 103).

¹⁴ “De um modo geral, as áreas com facilidades aduaneiras reconhecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) são classificadas em quatro grupos: Entrepasto Aduaneiro, Entrepastos Industriais, Zonas Francas e Zonas de Trânsito Livre. As Zonas Francas, por sua vez, subdividem-se em vários aspectos: a Zona Franca, propriamente dita, os Portos Livres, os Perímetros Livres e os Depósitos Francos” (NICÁCIO, 1982, p. 25).

do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia. Essa medida, viabilizou que o governo federal, através do Decreto Lei n. 356, de 15 de agosto de 1968, ampliasse os incentivos da ZFM a toda a Amazônia Ocidental.

No Artigo 1º, lê-se: A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais, estabelecido com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

Apenas sobre este artigo, podemos fazer três inferências:

1. O projeto ZFM é um projeto inconcluso;
2. Que o parque agropecuário nunca saiu do papel, o que poderia se constituir em uma outra matriz econômica, concomitante à comercial e industrial, gerando emprego, alimento e divisas para o Estado do Amazonas;
3. Em função das condições regionais e da distância dos grandes centros consumidores, os governantes, principalmente locais, deveriam atentar para os setores de suporte para o desenvolvimento da ZFM, como logística, desembaraço de mercadoria e setor aduaneiro, visando manter-se na faixa de competição nacional e internacional, para assim, torna-la viável e atraente aos investidores, mitigando a barreira geográfica dos centros de consumo de seus produtos.

Acerca do florescimento do capitalismo industrial no Amazonas, Salazar (1992), postula que o fato é, que por vias nada ortodoxas, o Amazonas adentrou na era do grande capital industrial, e o caboclo, ainda com aquele jeito de índio, encontra-se perante o grande mundo civilizado, porém, com apenas uma arma para lutar: vender sua própria força de trabalho.

A cidade de Manaus no período da criação da ZFM, apresentava as condições ideais para a expansão capitalista. A cidade possuía um grande exército de trabalhadores jovens e com baixa qualificação profissional, conseqüentemente, mão de obra barata. Como nos diz Salazar (1992), fazendo uso do linguajar do caboclo amazonense: “juntou a fome com a vontade de comer” (p. 25).

Em meados de 1990, a ZFM foi atingida por decisões do governo federal. Na época, o então presidente Fernando Collor de Melo, “O breve”, lembrando Chico Alencar, sanciona a Lei n. 8387, de 30 de dezembro de 1991, que libera a exportação para todos os Estados brasileiros, enfraquecendo o fluxo de turistas na cidade de Manaus. Consequentemente, a redução nas vendas foi inevitável, obrigando a ZFM se reestruturar para lidar com a nova realidade.

Silva (2013) nos diz que na tentativa de contornar essa crise, algumas medidas foram implementadas, a saber: eliminação dos limites máximos anuais de importação; adoção de redutor de 88 % do imposto de importação para a Zona Franca de Manaus, e adoção do Processo Produtivo Básico (PPB), para substituir o índice mínimo de nacionalização. Com o objetivo de alinhar-se com a nova política industrial, as fábricas do PIM, desencadeiam um processo de modernização e reestruturação.

Se por um lado a ZFM trouxe um certo desenvolvimento para a região, por outro lado, tornamo-nos reféns do referido modelo econômico, o qual tornou-se nossa maior matriz geradora de riqueza.

Apesar da Amazônia ser reconhecida como o maior banco genético do planeta, ainda assim, não consegue imantar-se para os grandes investimentos.

Neste sentido, faz-se necessário uma vigilância constante por parte de políticos e outras autoridades locais, para anular as contínuas investidas contra a ZFM. Aliás, essa vigilância tornou-se bandeira de luta de muitos políticos, comumente utilizadas em campanhas eleitorais.

Além do modelo ZFM ser nossa matriz econômica principal, existe uma temeridade pela perda industrial, quando observamos as fragilidades do projeto, que facilmente podem ser superadas por outros Estados, principalmente pelo fato destes estarem localizados nas regiões mais desenvolvidas do país, e no centro da maior população consumidora, o que se torna extremamente vantajoso em termos de custo de transporte.

Curiosamente, apesar de vários Estados brasileiros burlarem a lei, melhor dizendo, a Constituição Brasileira de 1988, e oferecerem várias vantagens fiscais nas regiões sul e sudeste, o Polo Industrial de Manaus resiste. Este fato merece um profundo estudo, o que não poderá ser feito nesta oportunidade, pelo fato de não compor o objeto de nosso estudo.

1.3 O Polo Fabril da Zona Franca de Manaus

Em 30 de setembro de 1968, é lançada a pedra fundamental do PIM. No local, no momento da cerimônia, havia uma faixa onde se podia ler: “Distrito Industrial: marco da redenção da Amazônia Ocidental. “A frase é emblemática das expectativas que as medidas adotadas pela ditadura militar na região, geraram em alguns segmentos da sociedade local” (SERÁFICO, J.; SERÁFICO, M., 2005, p. 21).

De acordo com os estudos de Salazar (1992, p. 20-21), o Polo Industrial de Manaus foi criado com indústrias com as seguintes características:

- a) São indústrias cujo processo de produção pode ser desmembrado em várias etapas, realizadas basicamente por mão de obra sem qualificação;
- b) São indústrias intensivas e importações de componentes, para montagem de produtos, que se destinam para outras regiões;
- c) As mercadorias possuem relação preço/ peso, cujos custos de logística, são compensados pelos incentivos fiscais, mão de obra de baixo custo {...}. Essas indústrias ainda são eminentemente tradicionais, de bebidas, têxteis, de alimentos e partes industriais intensivas;
- d) Destacam-se entre as indústrias de montagens, dos setores eletroeletrônico, relojoeiro, brinquedos, ótico etc., as quais são responsáveis pela grande maioria dos empregos.

A produção dos produtos da ZFM precisava ganhar visibilidade a nível nacional. O marketing veio entre outras coisas, através da marca “*Made in Zona Franca de Manaus*”, por determinação do superintendente Igrejas Lopes.

Dando continuidade à política de promoção das mercadorias no PIM, o Conselho de Administração da Suframa (CAS)¹⁵, aprovou a Resolução 400/84,

¹⁵ O CAS é um colegiado e superior, de caráter deliberativo, que compõe a estrutura organizacional da Suframa, com a finalidade a definição de projetos, planos, programas, diretrizes e ações a serem efetivados na área de ação da autarquia, caminhando em consonância com as metas do Plano Plurianual do governo federal.

O CAS possui a seguinte composição:

- Presidente: Ministro de Estado de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministro da Fazenda; Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministro das Comunicações; - Ministro de Minas e Energia; - Ministro dos Transportes;
- Ministro da Defesa;
- Ministro do Desenvolvimento Agrário;

que determinava toda empresa do Parque Industrial veicular em seus vídeos promocionais o slogan “Produzido na Zona Franca de Manaus”.

Outras Resoluções, as de 1994 e de 2003, substituí o “Produzido na Zona Franca de Manaus” por “Produzido no Polo Industrial de Manaus – Conheça o Amazonas”.

Em pleno momento de abertura comercial às importações em todo território nacional, o Polo Industrial de Manaus sentia a necessidade de se modernizar.

Em 25 de março de 1993, foi criado o Decreto 783, o qual determinava que as indústrias do PIM implantassem normas técnicas de qualidade, de conformidade com padrões de Entidades credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

Na fase de reestruturação do polo fabril da ZFM, suas fábricas avançaram no processo de automação, emprego de tecnologia competitiva e qualidade. O resultado foi imediato. No ano de 1996, o parque fabril atinge o faturamento recorde de \$ 2 bilhões.

A competitividade tecnológica das fábricas do PIM era a palavra de ordem. Neste sentido, para dar suporte ao processo de modernização produtiva, foi criado o Centro de Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT – PIM); baseado na ideia da criação de um Polo de Bioindústria na região amazônica, em 2002 é inaugurado o Centro de Biotecnologia da Amazônia.

No período da metade do decênio 1990/2000, um momento especial do Polo Industrial de Manaus. O Brasil nesse período entrava em consonância com o neoliberalismo¹⁶. O processo de privatização estava acelerado; a moeda brasileira se apresentava forte diante do dólar e outras importantes moedas mundiais. Assim, algumas consequências foram inevitáveis.

A economia nacional foi afetada de diferentes formas:

- Houve uma elevação do déficit comercial;

- Ministro da Integração Nacional; Governadores dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Roraima; Prefeitos dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Roraima; Superintendente da Suframa; Presidente do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Presidente do Banco da Amazônia S. A. – Basa; Representante dos trabalhadores; representante das classes produtoras. Fonte: Suframa.

¹⁶ “Neoliberalismo é o sistema que serve como uma fachada ao capitalismo voraz das grandes empresas. Sistema que no discurso deseja a aprovação da maioria e a crença de que esse modelo é a melhor saída e que dará solução para a vida de todos, mesmo que seja muito lentamente e a longuíssimo prazo, como defendem seus teóricos” (JUSTAMAND, 2017, p. 9).

- A industrial nacional sofreu um certo enfraquecimento;
- Os setores comerciais se beneficiaram, pela facilidade de importação de mercadorias considerando que o Real se apresentava como uma moeda competitiva;
- O fortalecimento de nossa moeda, afetou nossas exportações, pois estas tornaram-se mais caras, logo, as vendas decresceram.

Acerca do momento citado anteriormente, Filgueiras (2006) faz a seguinte observação:

Como decorrência, da etapa seguinte surgem e avolumam-se saldos negativos na balança comercial (exportação/importação de mercadorias) e na conta de transações correntes (soma da balança comercial, da balança de serviços e das transferências unilaterais), colocando esses países numa situação de vulnerabilidade e dependência com relação ao fluxo de capitais estrangeiros (p. 2).

A permanência das indústrias do parque Industrial de Manaus, certamente dependem das condições oferecidas pelo projeto ZFM. Ao longo de seus 50 anos, sua prorrogação foi efetivada várias vezes.

A primeira prorrogação ocorreu no ano de 1986. Foi concedido 10 anos de sobrevida para o modelo, ou seja, o prazo terminaria dia 28 de fevereiro de 1997. Uma batalha homérica foi travada no Congresso Nacional para ampliação desse prazo.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, cujo relator foi o senador Bernardo Cabral, houve uma prorrogação por 25 anos, com término previsto para 2013.

A terceira prorrogação dos incentivos fiscais, ocorreu em 2003, pela edição da Emenda Constitucional nº 42, estendendo os incentivos fiscais por mais 10 anos, cujo limite seria até 2023.

Talvez a mais intensa luta pela manutenção da ZFM, tenha sido pela sua quarta prorrogação. Na verdade, começou em 2011, quando a então presidente Dilma Rousseff, encaminhou Projeto de Emenda Constitucional (PEC), ao Congresso Nacional.

Em visita oficial à Manaus em 2011, a presidente Rousseff declarou:

Já tomamos a decisão política de prorrogar a Zona Franca por mais 50 anos, a contar do prazo de investimento. Não estávamos pensando em

definir prazos, mas do ponto de vista da questão tributária fica difícil. E para não ter essa questão, estamos pensando em torno de 50 anos, além de estender para as regiões vizinhas porque é importante a Amazônia ter uma alternativa que não tenha a ver com a destruição da floresta, mas sim com a preservação dela e de sua biodiversidade (MUNIZ, 2011).

O processo tramitou por aproximadamente 3 anos na Câmara dos Deputados. Em 19 de março de 2014, a Câmara Federal aprova a PEC 83/2014, prorrogando por mais 50 anos, ou seja, até 2073. A votação teve como resultado, 364 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções.

No dia 11 de março do mesmo ano, novamente foi aprovada com o seguinte resultado: 366 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções. No Senado, 37 senadores aprovaram a proposta.

A PEC aprovada, além de prorrogar a ZFM, altera seu nome para Polo de Desenvolvimento Industrial (PDI). A nova nomenclatura adotada, se justifica, pelo fato de a Zona Franca não ser uma base de exportação, muito menos um entreposto comercial, mas uma Zona Franca comercial, industrial e agropecuária

Recentemente, a ZFM foi desrespeitada por alguns Estados, e apesar desta ter sido prorrogada até 2073. **Esses fatos recorrentes conduzem-na a uma tendência ao esvaziamento de seu Polo Industrial, pelo menos segundo a lógica do capital contemporâneo, no plano teórico** [grifo nosso].

Na batalha fiscal interestadual no Brasil, o que não faltam são argumentos contra e a favor do projeto ZFM. Neste sentido, entre os que criticam os incentivos fiscais na região, Serra, assim se manifesta:

Basta lembrar as despesas de infraestrutura e até mesmo na área administrativa e de prevenção e repressão ao contrabando e outras práticas ilegais. Isto sem que, como contrapartida, gerem receita significativa de impostos, pois o modelo, como é lógico, implica amplas isenções, além de ter efeitos de pequeno encadeamento com a estrutura econômica local (SERRA, 1988 p. 95).

Silva, Olave e Souza (2010) apontam alguns problemas apresentados pela ZFM: a burocracia documental, ou seja, longa espera para o desembaraço de mercadorias; precariedade das estradas e em infraestrutura local; portos obsoletos; transportadoras ineficientes; falta de opções modais que possibilitem reduzir o custo logístico fabricados pelas fábricas do PIM.

Salazar (1992), já nessa época nos falava das desvantagens desse modelo fabril:

- A – Essas indústrias possuem grande mobilidade física, podendo deslocar-se repentinamente, em caso de cessarem os incentivos fiscais;
- B – Requerem grandes obras de infraestrutura industrial, construídas pelo poder público como aeroportos, estradas, portos, energia, água etc.;
- C – Não criam vínculos com a região, nem aproveitam os recursos naturais locais.

Na outra extremidade do cabo de forças, pela sua grande capacidade de se adequar às necessidades de mercado que se apresentam de quando em vez, o PIM “tem muito mais apoio e simpatia dos planejadores, investidores e mesmo de uma gama de pesquisadores” (MENDONÇA, 2013, p. 18), tais como: Correa (2002); Garcia (2004); Castello Branco (2009); Rivas, Freitas e Mourão (2008); Rivas Mota e Machado (1992); Loureiro (2009); Becker (2005).

Mendonça (2013) afirma que Loureiro demonstra uma visão muito positiva do parque fabril de Manaus e crítica aos processos de expansão da fronteira agrícola no sul da Amazônia e também aos grandes projetos de extração mineral, do setor energético, especialmente a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ao passo que enxerga no PIM um mecanismo de proteção ao meio ambiente, entendendo que a “conservação das florestas no Estado do Amazonas deve-se “ embora não exclusivamente“ à existência de uma zona franca que reteve a expansão agropecuária e concentrou a população na cidade de Manaus e arredores” (LOUREIRO, 2009, p. 183).

A visão de Loureiro (2009) sobre a ZFM destaca, entre outros aspectos desta política, o fato de ter-se originado a partir das concepções das teorias econômicas dos polos de desenvolvimento, que seriam capazes de irradiar desenvolvimento econômico às regiões de influência destes polos; cita como aspectos negativos do PIM a desvalorização dos recursos regionais; o fato de que os grandes conglomerados internacionais são beneficiários diretos; e que os salários pagos ali são baixos.

A política de tributação da ZFM continua diferenciada das outras regiões do Brasil. As indústrias aqui beneficiadas, recebem vários incentivos para comércio de importação e exportação de mercadorias. Recebem o benefício da redução de 88% no imposto de importação que incide sobre os insumos; na

declaração de Imposto de Renda, redução de 75% para pessoas jurídicas; isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Na tributação estadual, as empresas são restituídas total ou parcialmente os custos com Imposto sobre circulação de Mercadorias (ICMS).

Em relação ao Processo Produtivo Básico (PPB), é importante aclarar que para uma empresa instalar-se no polo fabril na ZFM, inicialmente o projeto necessita ser aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa – CAS. Complementarmente, o produto a ser produzido precisa ter o seu PPB, o qual deve ser aprovado pelo governo federal. Esta é a base legal para as empresas produzirem no PIM.

Podemos fazer duas observações acerca do PPB:

1. Positivamente: Pode ser considerado um excelente indutor de desenvolvimento, uma vez que é possível agregar a ele uma indução de investimento e mão-de-obra até absorção de tecnologia
2. Negativamente: Sua fixação é extremamente lenta, não sendo na maioria das vezes compatível com a necessidade das empresas. Assim, a amorosidade no desembaraço do processo, tem impedido que empresas, inclusive multinacionais, instalem certas linhas de produção na capital amazonense.

A lei 10176/ 2001 preceitua que o PPB deve ser definido em até 120 dias, no entanto, criou-se a possibilidade do indeferimento (o que não havia antes), além de haver casos de se ultrapassar essa data, inviabilizando a instalação da produção. Acrescenta-se ainda, o fato de muitas vezes ser criado um PPB impossível de ser cumprido, inviabilizando por completo a produção de determinados produtos em Manaus.

Apesar da ZFM ser a principal fonte de geração de riquezas para o Amazonas, o setor de infraestrutura não recebe atenção necessária. As ruas do Distrito Industrial apresentam graves problemas de pavimentação, afetando o transporte de mercadorias e de operários.

Atualmente o PIM apresenta três setores como destaque: em primeiro lugar, o setor eletroeletrônico, em segundo o setor de duas rodas, e em seguida o setor de concentrados. Este último, é o terceiro em faturamento e gerador de empregos na ZFM. De acordo com a Suframa, no ano de 2013 gerou 14 mil vagas de emprego, contribuindo com o total de 57 mil empregos diretos e

indiretos que constituem a cadeia produtiva local. A nível nacional, o a produção atende 95% do mercado de refrigerantes do Brasil, exportando para países como Paraguai, Venezuela e Colômbia. A principal empresa do setor, de porte multinacional, gera 60 mil empregos diretos e aproximadamente 600 mil indiretos.

1.4 Os Impactos da Zona Franca de Manaus no Amazonas

A presença humana nos espaços territoriais, inevitavelmente é razão de profundas alterações. No caso da Amazônia não poderia ser diferente. As características geográficas direcionam arbitrariamente os caminhos a serem seguidos. Naturalmente, a topografia regional se faz respeitar até certo ponto. Toda região, traz consigo algumas vocações, como comercial, cultural, social etc.

No caso da vocação comercial, é uma invenção humana. O homem se utiliza dos recursos da natureza, transformando-os para atender às suas necessidades. As transformações no Estado do Amazonas em função da criação da ZFM, podem ser observadas nos mais variados aspectos, como social, econômico, humano e ambiental.

O processo de industrialização do Amazonas, incidiu direta e indiretamente na vida da população local. Ora de forma positiva, ora de forma negativa. Se por um lado, o dinheiro circulante na região trouxe mais oportunidades de emprego por outro lado, arrastou consigo as mazelas sociais, fruto das desigualdades impostas pela distribuição não equânime da riqueza produzida, e dos benefícios que o Estado deve a todos os seus cidadãos.

Para Ribeiro (1998), a partir do processo de industrialização do Amazonas, ao longo dos tempos, essa atividade passa a impactar significativamente na paisagem local, tais como aumento expressivo da população da cidade de Manaus (considerado terceiro ciclo migratório) e o agravamento das questões sociais, bem como dos problemas ambientais.

Meirelles Filho (2012) assevera que os seus principais impactos são 3, a saber:

1. As barcaças que navegam no trecho Belém- Manaus, apesar do impacto de passarem ao lado de áreas de conservação e de terras indígenas, jamais tiveram seu licenciamento ambiental e monitoramento do rio-estrada de milhares de quilômetros. O maior prejuízo é social, ao se observar mulheres adolescentes se prostituírem por 1 litro de óleo ou 1 quilo de carne. Essas mulheres receberam a degradante alcunha de “balseiras”;
2. As dezenas de portos privados em Belém causam grande impacto na estrutura viária precária da cidade, aumentam a prática da prostituição em seu entorno, além de contribuírem pifiamente com impostos. Ademais, agravam a situação, ao passo que esses portos se encontram em áreas de várzea, manguezais etc.;
3. A ZFM pode agravar os problemas de infraestrutura já existente no país, em função do grande movimento de mercadorias.

A transformação do homem da região em proletário, causou profundas alterações socioculturais. O capitalismo não encontrou resistência à oferta da indústria cultural ao povo manauara. Principalmente por meio da televisão, mudaram o jeito de falar, de se divertir, de se alimentar e de se vestir. Salazar (1992) nos lembra que:

A veste tradicional do manauara era confeccionada com fazendas leves e claras, devido à inclemência do clima, linho-cambraia, tricoline, seda, tafetá, organza, foi drasticamente substituída pelos pesados conjuntos de ‘jeans’, pelas confecções de poliéster e tantas outras próprias dos climas amenos do sul e do sudeste [...]. [...] proliferaram as pizzarias, as churrascarias e os frangos assados, restaurantes em cujos cardápios, quando peixe, é bem superior aos demais (p. 140).

Concordando com Salazar, podemos inferir que o capitalismo não respeita religião, território ou cultura, tudo em nome de sua idiossincrasia que é o lucro.

No campo da economia, Cabral (1996) assim falou se referindo aos impactos da ZFM na economia amazonense:

1. Diretamente responsável por 60% dos impostos arrecadados no Estado, apesar dos incentivos fiscais que este concede. Acrescenta-se ainda, 10 a 15 pontos percentuais de imposto oriundos de atividades claramente derivadas: energia, telefonia e refino de petróleo etc.;

2. É responsável por aproximadamente 60 mil empregos, e pelo pagamento de uma massa assalariada de R\$ 30 milhões/ mês;
3. Responsável pela manutenção de centenas de micro, pequenas e médias empresas, que gravitam em torno de indústrias de grande porte, a partir do processo de terceirização;
4. Responsável pela contratação de grande volume de serviços de atividades meio, tais como: segurança, limpeza, transporte, saúde, aluguéis, bem como compra de materiais no comércio de Manaus.

A Zona Franca de Manaus no seu processo de impacto na região, foi responsável pelo o atual panorama geopolítico e econômico do estado do Amazonas, demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Panorama geopolítico e econômico do Estado do Amazonas

Extensão territorial: 1. 559. 159, 148 Km ²
Quant. De municípios: 62
Município com maior extensão territorial: Barcelos/ 122. 476 Km ²
Menor em extensão territorial: Iranduba/ 2. 215 Km ²
População/ 2016: 4.001. 667 hab.
Apenas dois de seus municípios possuem acima de 100 mil habitantes:
Manaus/ 2, 1 milhões/ hab.
Parintins/ 112 mil hab.
Densidade demográfica: 2,57 hab/Km ²
PIB/ 2014: R\$ 86. 866 bilhões
Expectativa de vida: 71,7 anos
Alfabetização/ 2010: 94,4 %
IDH/ 2010: 0, 674 (médio)

Fonte: <http://www.amazonas.am.gov.br/>

Diante dos indicadores, os números por si só demonstram os impactos positivos na geração de receita para o Estado do Amazonas, em especial para a cidade de Manaus.

É facilmente perceptível a influência econômica do modelo ZFM, em especial na formação de renda per capita de Manaus [...]. Isso tem efeito multiplicador no acesso nos direitos sociais, ainda que ancorado no modelo capitalista que não propicia que haja uma distribuição equitativa dos recursos circulantes na cidade (GOMES, 2009, p.109-110).

A polêmica acerca da positividade da ZFM para o Amazonas prossegue. Outro particular em questão é se o referido projeto foi capaz de promover desenvolvimento econômico para a região.

Gomes (2009) observa que o projeto ZF não dispõe de condições de auto sustentar-se para gerar desenvolvimento econômico para a Amazônia, pois isso só será real se for implantado um sistema de desenvolvimento econômico sem um lastro de incentivos fiscais.

Botelho (2006) assevera que isso não aconteceu e argumenta:

O que se pretende é pôr em xeque a afirmação em destaque quanto ao entendimento de que a Amazônia Ocidental via Zona Franca de Manaus, tivera alcançado o desenvolvimento. Afirmamos que não houve desenvolvimento econômico nessa nossa região, pois além do crescimento econômico, o desenvolvimento econômico deve trazer para a população alvo, ao longo do tempo, diminuição dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade e elevação das condições de saúde, nutrição, educação e moradia (p.61).

Em outras palavras, o autor esperava que a ZFM construísse vantagens competitivas dinâmicas no desenvolvimento da cidade de Manaus, e de empresas com capital e tecnologias com bases regionais. Bonfim e Botelho (2009) discordam e contra argumentam:

O imenso valor agregado de bens e serviços de procedência interna que as empresas realizam no processo produtivo levado a efeito no Polo Industrial constitui evidência clara de que a economia de ZFM está perfeitamente integrada à economia brasileira, diferente do enclave que alguns apregoam (p. 13).

Botelho (2006), rebate afirmando:

Industrialização só poderá ser sustentada quando houver o domínio de dois fatores de produção fundamentais: o capital e a tecnologia. O desenvolvimento econômico é desencadeado quando se detém a posse do capital que implementa os investimentos, e se detém a tecnologia que viabiliza a produção de mercadorias numa escala que possibilite a reprodução daquele mesmo capital (p. 73).

Botelho (2006) prossegue e faz um alerta que:

Somente com poupança e tecnologias próprias é que se alcança liberdade política e econômica dentro do contexto das nações. Isto é possível se o projeto ZFM encontrar uma solução econômica

independente via desenvolvimento tecnológico dos insumos e potencialidades regionais como a piscicultura, farmacologia, biotecnologia e ecoturismo com aplicabilidade industrial (p. 73).

No que tange às populações naturais da região, de conformidade com Loureiro (2009, p.182), os índios têm ficado mais resguardados no Amazonas, pois a relativa tranquilidade dos índios em seus territórios tem sido garantida, em grande parte, graças à concentração de atividades nas cidades, mormente em Manaus.

Discordamos em parte da autora anteriormente citada. Sua afirmação não é de todo veraz. Garantiu-se a territorialidade aos indígenas, mas não se garantiu a preservação de sua cultura, e por extensão da identidade do elemento humano amazônico. Ao contrário do que se pode pensar que os nativos da região não foram impactados, mais uma vez a ação da escola do capital é desastrosa.

Os estudos do Professor Dr. José Alcimar de Oliveira, numa perspectiva teórica crítica, nos dizem o quanto o elemento humano regional foi afetado:

A Amazônia do século 21, com a máxima anuência do Estado, compulsoriamente se ajoelha. A Amazônia hoje, desde a mais remota aldeia indígena do alto rio negro até a proximidade de sua degradada rede urbana de Manaus a Belém, integra-se de corpo e alma à pedagogia do capital. É difícil encontrar algum lugar na Amazônia a salvo ou imune à globalizada rede escolar do ethos capitalista (OLIVEIRA, 2015, p.235).

Sob os auspícios do discurso da sustentabilidade, a expansão mercantil na floresta é real. “Recobre vasto território da intervenção ambiental na Amazônia, outro destino não lhe caberá que o da anulação ontológica de seu modo de ser e de pensar”. (OLIVEIRA, 2015, p. 237)

Alheio à “agora” ontodialética de luta ante o capitalismo, certamente não haverá sustentabilidade na Amazônia.

A ampliação da rede empresarial fomentada pelo Estado, onde um dos reflexos dessa ação é a facilidade comunicacional (rádio, mas mormente televisão), impõe uma nova identidade, que se sobrepõe a já existente, finda por desencadear um sentido de “preconceito de si e para si”. “É como se sentisse medo de si mesmo” (BOGO, 2010, p. 103).

No que tange à ecologia regional, indubitavelmente, “os benefícios de ordem ambiental podem ser atribuídos ao modelo ZFM, mesmo que não tenha sido essa a intenção original do projeto que deu origem a ela, são inegáveis.

Esse aspecto não pode ser desconsiderado ou subestimado” (LOUREIRO, 2009, p. 182).

Podemos sim, discutir se realmente tais benefícios podem ser atribuídos ao parque fabril de Manaus. A hipótese apresentada por Becker (2009) é que foi o fato de não haver rodovias possibilitou a região amazônica Ocidental, especialmente o estado do Amazonas, manter uma parte considerável de sua cobertura florestal preservada, nos parece um argumento muito mais plausível. Além do mais, a imensa carência de serviços públicos da parte do Estado, grandes concentrações populacionais da Amazônia Ocidental e, mormente a disponibilidade de energia pode ser muito mais relevante que a criação do Polo Industrial de Manaus.

Na atualidade, o discurso governamental local que reverbera mundo afora, é que graças ao projeto ZFM, o Estado do Amazonas mantém 98% de sua cobertura florestal de pé.

O Brasil já foi alvo de questionamentos na Organização Mundial do Comércio (OMC), por conta de vários incentivos fiscais, que se constituiria em concorrência desleal no comércio internacional. Na oportunidade a Zona Franca de Manaus foi questionada, mas imediatamente retirada da pauta, por ter sido compreendida como um instrumento de preservação da floresta amazônica, recebendo apoio internacional. Assim, qualquer incentivo dispensado à ZFM, está isento de questionamento internacional, contribuindo para sua manutenção, o que não beneficia somente o Amazonas, mas o Brasil como o todo.

A floresta de pé a muito tempo já é defendida pelos povos tradicionais da floresta, como podemos observar nas palavras de Kopanawa (2015) ao dizer que “[...] se a floresta for completamente devastada, nunca mais vai nascer outra” (p. 64).

Para os povos indígenas, é uma questão de sobrevivência deles, embora saibamos que a destruição da selva amazônica, implicará em alteração climática em caráter planetário, podendo afetar de forma catastrófica vários países, principalmente do norte da Europa.

A nível nacional, o álibi da preservação florestal, serve para prorrogar o projeto ZFM. Outro argumento é o fato desse projeto, ser a única fonte de sustentabilidade econômica da região, justificando a metáfora, quando este é chamado de “a galinha dos ovos de ouro” do Amazonas.

Algumas políticas de governo já foram implementadas no interior do Amazonas, com o vislumbre de se constituir em uma nova matriz econômica para a região. No entanto, não conseguiram impactar economicamente e socialmente, de forma a causar profundas transformações na vida da população interiorana, muito menos ao ponto de se equiparar à Zona Franca de Manaus.

Em tempos de preservação ambiental, as economias de mercado seguem uma tendência, ou seja, conciliar os meios produtivos com o equilíbrio ecológico. Dessa forma, por exigência dos consumidores (chamados “consumidores verdes”), muitas empresas já demonstram a preocupação de oferecer produtos e serviços com certificação verde. Este certificado, emitido por Instituições credenciadas, tem valor agregado por ter sido produzido ou gerado sem agredir o meio ambiente.

Para madeiras oriundas da Amazônia entrarem em países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), deve apresentar certificação que é madeira produzida de áreas de manejo florestal, pois seus compradores se recusam adquirir madeiras “manchadas com sangue” dos povos tradicionais da floresta ou de áreas de preservação.

Podemos inferir, em função do exposto anteriormente, que o “consumidor verde” pode diretamente influenciar no faturamento das empresas.

D'Isep (2004) é da opinião que:

Produto ruim só se vende para consumidor ruim ou desinformado, o que tem o mesmo efeito. No entanto, é fato também que pretender a homogeneidade do nível dos consumidores, sobretudo com a globalização, é utopia. Certo, não se está aqui atribuindo ao consumidor o ônus da fiscalização da qualidade do produto, que deve ser feita em parceria com o Estado, mas tão somente cobrando o exercício da cidadania ambiental, esta sim um dever legal (p. 117).

Concordamos com D'Isep, por entendermos que se o Estado não media essa situação, que o cidadão comum o faça.

No site da Suframa, podemos encontrar facilmente os 4 argumentos em defesa da Zona Franca de Manaus:

- A ZFM ajuda a preservar a floresta amazônica;
- Gera riqueza;
- Gera receita;

- Contribui com o fortalecimento da indústria brasileira¹⁷.

No referido site, ainda é possível encontrarmos as marcas mais famosas produzidas na ZFM, que fazem parte da vida cotidiana do brasileiro.

No período auge da ZFM, O Polo Industrial de Manaus atingiu o pico de 100.000 trabalhadores contratados. Com todo esse volume de oferta de emprego, em algum momento, pessoas com deficiência iriam assumir algum posto de trabalho.

1.5 O Polo Industrial de Manaus e os trabalhadores com deficiência visual: primeiros contatos

O acervo legal que dispomos hoje em dia, de amparo e incentivo ao emprego formal¹⁸ das pessoas com deficiência, não são iniciativas nacionais. O Brasil, a exemplo de muitos países, segue as orientações de exopolíticas.

Para uma melhor compreensão do surgimento de leis e políticas públicas, para facilitar a absorção da força de trabalho das pessoas com deficiência, consideramos relevante fazermos uma ligeira abordagem acerca desse processo de caráter socioeconômico e político.

No período pós-guerra, ou seja, posteriormente à segunda guerra mundial, o saldo social, como de toda guerra, foi uma grande quantidade de seres humanos sequelados (homens, mulheres e crianças), com as mais variadas deficiências.

O Brasil não teve essa experiência, pois, sua participação na Segunda Guerra Mundial, foi apenas com soldados, em território europeu, não tendo sido alvo de intensos ataques.

Em particular, nos Estados Unidos, essas pessoas passaram a reivindicar reabilitação e habilitação para serem inseridos no meio social em todos os setores, como educação, lazer e mercado de trabalho. Essa luta por inserção

¹⁷ Fonte: www.suframa.org.com.br (Acesso em 21 jun 2017).

¹⁸ No Brasil, trabalho formal é aquele fornecido por uma empresa, no qual o trabalhador goza de todos os direitos trabalhistas, como jornada de trabalho regular, 13º. Salário, Fundo de Garantia por tempo de Serviço-FGTS, férias remuneradas e, contribuição para a previdência, com fins de aposentadoria. No setor privado, a lei que rege esses direitos é a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

social, ia de encontro às necessidades do mercado de produção. Faltava mão de obra nas indústrias e outros setores.

Uma das representações internacionais mais importantes reguladora da atividade laborativa é a Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁹. A OIT foi fundada em 1919, com a missão de promover a justiça social, e dessa forma, contribuir com a paz universal.

A OIT tem uma estrutura tripartite, única entre as agências das Nações Unidas, na qual representantes de empregadores e trabalhadores tem a mesma voz que os representantes governamentais. Ela se vale de convenções e recomendações internacionais, para lançar a seus países membros, sobre liberdade de associações, emprego, política social, previdência social, relações industriais, administração e condições de trabalho (SECRETARIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2006).

Em um dado momento, a OIT se volta para normatizar a participação das pessoas com deficiência no cenário laborativo, em função da demanda reprimida ao redor do mundo.

Para a Organização Internacional do Trabalho, pessoa com deficiência “[...] “é indivíduo cujas perspectivas de obter emprego adequado, reassumi-lo, mantê-lo e nele progredir são substancialmente reduzidas em virtude de deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla devidamente reconhecida agravadas pelas dificuldades locais de inclusão no mundo do trabalho” (SECRETARIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2006, p. 5).

O conceito de deficiência adotada pela OIT, enfatiza a dificuldade da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. Porém, atribui as dificuldades à deficiência e não às barreiras impostas pela sociedade.

Acerca do conceito firmado pela OIT, houve um avanço que consideramos relevante. No Artigo 1º da Declaração Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário, ratificada pelo Decreto Federal 6949, com força de emenda constitucional, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de qualquer natureza física,

¹⁹ A Organização Internacional do Trabalho-OIT, foi fundada em 1919, com a missão de promover a justiça social, e dessa forma, contribuir com a paz universal e permanente. tem uma estrutura tripartite, única entre as agências das Nações Unidas, na qual representantes de empregadores e trabalhadores tem a mesma voz que os representantes governamentais.

mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

O avanço do conceito da ONU em relação ao da OIT, está no fato da referida organização, reconhecer que as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, são entraves gerados pela sociedade.

A Convenção nº 111/1958 aborda a discriminação no emprego e na profissão. Esta se fundamenta na Declaração de Filadélfia (EUA), que preceitua "que todos os seres humanos, seja qual for a raça, credo ou sexo, têm o direito ao progresso material e desenvolvimento espiritual em liberdade e dignidade, segurança econômica e com oportunidades iguais", e nos direitos enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem que coíbem a discriminação (ONU, 1958).

As recomendações anteriores, de forma ampla, serviram para desdobramentos legais mais adequados à nossa realidade brasileira e atual.

Os documentos citados têm o objetivo de contribuir para mitigar as desigualdades em termos de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, entre as pessoas com e as sem deficiência.

Vale ressaltar que a condição de uma necessidade específica abrange a qualquer um que poderá, em alguma ocasião, pertencer. A existência de pessoas portadoras de deficiência reflete simplesmente uma consequência da fragilidade da vida humana (REIS, 2006, p.25).

A reflexão de Reis (2006) chama a atenção para termos ciência que qualquer pessoa está sujeita a adquirir uma deficiência, ou fazer parte da vida de uma pessoa com algum tipo de limitação. Essa alteridade deve compor nosso jeito de viver e conviver com os outros, independentemente de suas especificidades físicas ou sensoriais.

A autora ainda acrescenta: "Enfim, faz-se necessário rever nossos conceitos marcados por preconceitos e discriminação, pois, eliminar, segregar o outro diferente, nos faz repensar o quanto somos frágeis, e como seres humanos temos necessidades diversas e que precisam ser respeitadas, caso contrário, permaneceremos disseminando uma prática de exclusão: segregar incluindo" (idem).

No século XXI não cabe mais qualquer tipo de marginalização em função da cor da pele, orientação religiosa, de gênero ou deficiência. Tais práticas podem ser consideradas animalescas e primitivas.

Na década de 1970, na Europa, quando prevalecia o modelo biológico da deficiência, surge em oposição a este, um outro pensamento, isto é, o modelo social.

O modelo social da deficiência, surgiu na Europa, mais precisamente na Inglaterra, por Mike Olivier. O referido modelo foi amplamente divulgado por sociólogos fundadores da *Union of The Physically Impaired Against Segregation*²⁰ (UPIAS, p.21). A instituição era administrada exclusivamente por pessoas com deficiência.

Os sociólogos da UPIAS, buscavam a compreensão da deficiência, sob o prisma da sociologia, norteados pelos estudos de Karl Marx, Parsons, Goffman e Foucault, entre outros pensadores. Adotaram como fundamento teórico o materialismo histórico.

Em função de sua grande atuação social e política, mormente perante o parlamento inglês, “a UPIAS teve papel fundamental para expor a deficiência como uma relação de opressão, uma relação de poder e controle” (LARA, 2013, p.14).

Em sendo a exclusão, uma resultante das contradições inerentes à nossa sociedade capitalista, logo, a deficiência não pode ser entendida como um infortúnio pessoal, ou uma chacota do destino, mas, uma situação de ordem social. Assim sendo, a fonte do fenômeno da exclusão, está contida na sociedade, que não dispensa atenção às mais diversas necessidades de diferentes segmentos, impondo todo tipo de barreira.

Podemos citar algumas formas de barreiras, conforme esclarece Rieser (2002). Existem 6 (seis) tipos principais: barreiras físicas, de comunicação, institucionais, educacionais, atitudinais e sociais. As barreiras físicas consistem em obstáculos que limitam ou impedem a liberdade de movimento, como a falta de rampas em edifícios. As barreiras de comunicação são aquelas que dificultam a expressão ou o recebimento de mensagens, como placas sem escrita em

²⁰ Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação, fundada em 1972, na Inglaterra (DINIZ, 2012).

Braille. As barreiras institucionais referem-se às normas, e tomadas de decisão que dificultam o acesso a lugares e serviços.

De acordo com os sociólogos dessa corrente, isso ocorre pelo fato do meio social está organizado especificamente para servir a um único tipo de indivíduo, que seria um tipo ideal, por assim dizer.

Como contribuição, Amaral (1995) assevera que o tipo característico ideal de indivíduo, compreende uma pessoa jovem, do gênero masculino, branco, cristão, heterossexual, física e mentalmente perfeito, belo e produtivo. De um modo geral, entende-se que o tipo ideal está relacionado aos padrões socialmente estabelecidos.

Não comendo o grupo do indivíduo ocidental, ideal europeu, as pessoas com deficiência adentram o século XXI ainda enfrentando barreiras para que se efetive a inclusão no mercado de trabalho. Isso justifica **a historicidade de exclusão das pessoas com deficiência visual de Manaus, do setor produtivo do PIM, desde sua criação até nossos dias** [grifo nosso].

Nos anais da ADVAM, encontramos referências sobre os primeiros associados da Entidade que conseguiram uma colocação profissional em uma fábrica do PIM.

Em 1978, foi contratado o primeiro trabalhador com deficiência visual por uma empresa de aparelhos e componentes eletrônicos.

Perfil do trabalhador: Acuidade visual: cego; migrante nordestino, foi o trabalhador que mais tempo trabalhou no Polo Industrial de Manaus, concluindo 22 anos de empresa. Aposentou-se em função de problemas de coluna. Não foi possível identificar se o problema ortopédico foi adquirido em função das atividades laborativas ou outras razões. Não foi possível identificar também, a forma como o trabalhador foi contratado.

Certamente que é possível que algum outro trabalhador com a mesma deficiência tenha sido admitido, no entanto, não encontramos nenhum registro que comprovasse essa possibilidade.

A partir de 1978, outros trabalhadores conseguiram ser admitidos por empresas do Polo Industrial, o que será mais bem explorado no terceiro capítulo desse trabalho.

As contratações eram pontuais, e de quando em vez, as pessoas com deficiência visual eram aceitas. Normalmente, por sensibilidade de algum funcionário com cargo de chefia.

Nas décadas de 1970 e 1980, estamos falando do período do apogeu da Zona Franca de Manaus. A oferta de emprego era grande, e as exigências de qualificação quase não existiam. Esses fatores, de alguma forma, facilitavam uma inserção nas linhas de produção.

Nesse período no Amazonas, as pessoas com deficiência ainda não estavam organizadas em Associações, que se mobilizassem para firmação de direitos fundamentais. A Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM) só viria a ser fundada 8 (oito) anos após o primeiro deficiente visual ser admitido em uma empresa do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus.

No período entre 1978 e 1991, pouco se falava em inclusão de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho, por instrumentos legais. **O acesso desses sujeitos no setor produtivo, ocorria das mais variadas formas** [grifo nosso].

A mobilização por parte dos deficientes visuais, associados da ADVAM, era resultado da mudança de pensamento de alguns associados, que não se satisfaziam apenas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de 1 salário mínimo, para proventos de necessidades básicas com dignidade.

Verdadeiramente, ao longo da história, as pessoas com condições físicas limitantes, ainda que forma pontual, sempre buscaram uma atividade laboral por iniciativa própria.

De acordo com Sasaki (2006a), o deficiente, diferentemente do que acontecia no passado, apresenta-se com mais qualidade pessoal, com um perfil mais completo, como por exemplo:

- ✓ Mais escolarizados (inclusive com nível superior);
- ✓ Mais autônomos (com ou sem dispositivos tecnológicos);
- ✓ Mais independentes (pelo uso do poder pessoal de tomar decisões);
- ✓ Mais politizados (com consciência de seus direitos e deveres);
- ✓ Mais informados (sobre a vida social em geral);
- ✓ Mais preparados psicossocialmente (sobre relacionamentos no trabalho);

- ✓ Mais socializados (expostos às experiências de grupos formais e informais);
- ✓ Mais capacitados profissionalmente (em funções específicas);
- ✓ Portadores de deficiência de nível mais severo seja qual for o tipo de deficiência (física, mental, visual, auditiva ou múltipla).

O citado autor acrescenta: É oportuno registrar, que em todas as épocas, sempre houve também a prática da autocolocação, ou seja, a colocação conseguida pelo próprio portador de deficiência (idem).

Em entrevista ao site Em Foco, Sasaki (2006b) afirma que o processo de inclusão foi implantado com sucesso no Brasil, por ser irreversível, e o período pós 2010, será decisivo, pelo que já se caminhou.

Quanto ao entusiasmo manifestado pelo referido autor, concordamos, no sentido de que a partir da década de 1990, houve uma grande mobilização social, entretanto, a falta de cumprimento do previsto nas letras da lei, é um sério empecilho para avançarmos no processo, especialmente quando os sujeitos alvo, não são consultados. Sasaki (2006b), ainda nos diz:

[...] numa perspectiva histórica, as pessoas com deficiência passaram de nunca ouvidas para as vezes lembradas, mas não necessariamente ouvidas. Porém, [...] hoje está se tornando cada vez mais natural a atitude da sociedade, pelo menos de boa parte dela, em ouvir respeitosamente a opinião das pessoas com deficiência, quando o assunto é deficiência (p. 15 - 16).

No contexto em cena, o lema que melhor expressa a vontade dos sujeitos em foco é: “[...] nada sobre nós, sem nós” (SASSAKI, 2007, p. 16).

Em outras palavras, o que as pessoas com deficiência querem na verdade, é serem ouvidas e participar das decisões sociais e políticas quando os temas forem de interesse da categoria. Afinal, uma democracia só se justifica quando se pauta na a participação popular.

A democracia participativa, rigorosamente é construída quando o povo manifesta sua vontade direta ou indiretamente.

Por participação popular, devemos entender quando o povo tem voz e vez. Neste sentido, toda e qualquer política pública, só pode ser elaborada a partir da audiência do público alvo. Se assim não o for, estará fadada ao fracasso e não conseguirá responder às demandas do grupo ao qual se destina.

O lema “Nada sobre nós sem nós”, comumente utilizado pelas pessoas com deficiência, também serve muito bem para qualquer segmento social.

Indubitavelmente, estamos comprovando boas mudanças sociais positivas. Mantoan e Prieto (2006), afirmam que “a indiferença às diferenças está acabando, passando da moda (p. 22).

Nada mais desfocado da realidade atual do que ignorá-las. No entanto, as autoras fazem um alerta, faz-se necessário:

[...] acompanhar ações do poder público, cobrar compromissos firmados pelos governantes em suas campanhas eleitorais e em seus planos de governo, além de ampliar e sedimentar espaços de participação coletiva e juntar forças para resistir e avançar na construção de uma sociedade justa, cujos valores humanos predominem sobre os de mercado (PRIETO, 2006, p. 22).

Entendemos que a observância das autoras anteriores está correta. As diferencialidades humanas nunca estiveram tão em evidência quanto em nossos dias. Em um primeiro momento, a sociedade civil organizada, convida a todos para a consolidação de uma sociedade mais uniforme em termos de direitos e oportunidades. Em um segundo momento, é o Estado que fazendo uso da força da lei, tenta nortear uma nova ordem no modo coletivo de viver.

A inclusão está para além do mero gesto de oportunizar às pessoas com deficiência, acesso à educação e ao mercado de trabalho, é desenvolver o respeito e o reconhecimento do valor da riqueza da diversidade humana.

Na década de 1980, a Zona Franca de Manaus vivia o seu melhor momento em termos de produção. A oferta de vagas de emprego era abundante, mas nem por isso havia facilidade para o acesso de pessoas com deficiência visual ao mercado de trabalho do Polo Industrial de Manaus.

No capítulo a seguir, abordaremos as Políticas Públicas Educacionais de Inclusão, em uma dimensão que abarca a intenção legal de favorecer uma maior participação das pessoas com deficiência visual no contexto social.

A educação, desde o período pós-guerra, tornou-se o caminho mais recomendado pelas teorias econômicas, para que um indivíduo seja inserido no mercado de trabalho.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO: NINGUÉM SERÁ DEIXADO PARA TRAZ

2.1 Políticas Públicas: gênese e evolução

O homem é um ser essencialmente político. O que a sociedade tem feito ao longo da história, é oficializar essa condição, por não ser capaz de gerir a si próprio. Atualmente, convivemos com a figura do estado, da igreja e outros segmentos.

A sociedade compartimentada como a que fazemos parte, naturalmente em alguns aspectos se particularizam. Neste sentido, partindo do universal para o particular, podemos dizer que os interesses do Estado são diferentes dos interesses da Igreja, que se diferem dos interesses do setor empresarial, que por sua vez, são completamente diferentes dos movimentos sociais das pessoas com deficiência, que se diferenciam entre si, de acordo com as necessidades específicas da deficiência. São essas diferenças de interesses que dão à nossa sociedade um caráter contraditório ou dialético.

Para responder às demandas emergentes da sociedade dividida em classes ou segmentos, os governantes elaboram mecanismos que atualmente conhecemos como políticas públicas.

“Política” é uma palavra de origem grega, “*politikó*”, que faz referência à condição de liberdade do cidadão, de participar das decisões sobre o rumo da “*polis*” (cidade). O termo “pública”, tem origem latina “publica”, equivalente a povo ou do povo.

A política pública enquanto disciplina acadêmica, de acordo com as pesquisas de Souza (2006), nasce nos Estados Unidos, rompendo as tradições europeias de estudos acerca do tema, voltados principalmente para a produção do Estado sendo a produção dos governos, secundária. Evidenciou-se principalmente na época da “guerra fria”²¹.

Secchi (2010) elucida que os últimos 60 anos, consolidaram os estudos acerca das políticas públicas. Muito se deve às contribuições teóricas, produzidas principalmente a partir dos anos 50 do século passado. Teóricos

²¹ Corrida armamentista, entre União Soviética e Estados Unidos, provocando uma tensão bélica entre os dois países, no período após a segunda guerra mundial.

como David D. Truman, Daniel Lerner e Harold Lasswell, passaram a discutir a temática e as influências no contexto da administração pública, bem como o interesse em saber como são formuladas e avaliadas as políticas.

De caráter multidisciplinar, as políticas públicas adotam como andaime teórico a economia, a sociologia, o direito, a psicologia, a administração pública e as ciências políticas.

Deveras, parece não haver consenso quanto à definição da palavra. A grande maioria dos autores estudados, ressaltam essa dificuldade no processo de definição da temática. De acordo com Secchi, “qualquer definição de política pública é arbitrária” (2010, p. 2).

Souza (2006) elaborou um demonstrativo sobre políticas públicas, que apresentamos a seguir:

Quadro 2 – Definição de Políticas Públicas

Autor	Definição de Políticas Públicas	Ano da Obra
LASWELL	Responder as seguintes questões: quem ganha o que, por que, que diferença faz	1958
LYNN	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos	1980
DYE	O que o governo escolhe fazer	1984
PETERS	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos	1986
MEAD	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz das grandes políticas públicas	1995

Elaboração: o autor

Fonte: Souza, 2006

Com referência ao demonstrativo anterior, além da profundidade conceitual, existe uma vasta literatura acerca do assunto.

O que podemos observar na dinamicidade sociopolítica, é que algumas ações governamentais, nem sempre estão pautadas em princípios democráticos, voltadas para os menos favorecidos, dependendo inclusive dos interesses envolvidos.

Lowi (1964-1972); Azevedo e Trades (1991) nos lecionam que podemos dividir as políticas públicas, de forma objetiva e simplificada: Redistributiva, Distributiva e Regulatórias.

A primeira, alcança o maior número de indivíduos, impondo reais perdas para uns grupos sociais específicos;

A segunda, que se constituem em ações governamentais, que privilegiam certos segmentos sociais, desconsiderando o limite de recursos, ou seja, valorizam o particular e não o coletivo;

A terceira, são mais evidentes à população, estando relacionada à grupos políticos, burocracia e outros grupos.

Para aprofundamento do debate, Lowi (1964-1972) ainda acrescenta as políticas constitutivas, sendo estas as que lidam com procedimentos, que vão proporcionar grupos de apoio ou de veto, se desenvolvendo no meio do sistema político.

Talvez a mais conhecida tipologia de política pública, é a de Theodor Lowi (1964-1972), por meio de uma máxima que diz: “A política pública faz a política”. Dito de outra forma, o autor quis dizer que a rejeição ou o apoio às políticas públicas, varia de acordo com as circunstâncias do cenário.

Corroborando com Lowi, Behring (2011) aponta que “a política social está no centro do embate econômico e político deste fim de século, como estratégia econômica e também política” (p. 173).

No final do século XX, não somente as políticas sociais, mas também a educação, são orientadas pela economia e pela política, visto pois, que nunca o capitalismo esteve tão influente no Estado, “não sendo algo tão somente de caráter assistencial, mas acima de tudo, de sobrevivência do sistema capitalista” (SOUZA, 2014, p. 79).

Em função da transversalidade das políticas públicas, bem como a dinamicidade da sociedade, como os movimentos sociais por conquista, exercício de direitos e equiparação de oportunidades, as Políticas Públicas foram adquirindo maior evidência. Mais uma vez nos referendamos em Behring (2011), que assevera: a visibilidade alcançada pelas políticas públicas, é consequência do processo de solidificação do sistema capitalista ao longo de seu desenvolvimento, marcado por ciclos de aceleração e desaceleração, sendo este último, fator determinante para a construção de ações necessárias ao apoio

assistencial à população, atingida direta ou indiretamente pelas contínuas crises sociais e econômicas, provocadas pelo próprio capitalismo.

Indo diretamente ao cerne do tema, é pertinente perguntarmos: Políticas públicas para quem? Quais os objetivos? E para além disso, o que estaria nas entrelinhas dos instrumentos legais? Sabemos “que nada surge assim, sem que algo ou alguém o sustente [...]” (SOUZA, 2014, p. 71).

No contexto do gerenciamento da vida social dos indivíduos, surge a figura do Estado, o qual exige uma reflexão acerca de sua origem e evolução. Somente assim, poderemos compreender melhor nossa realidade atual.

Sobre o conceito de Estado, em um contexto atual, aqui adotado, podemos dizer:

O Estado é uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania. Essa organização se estabelece essencialmente pelas características comuns desse povo nesse território, que se organiza para formar uma sociedade e expressa pela orientação conjunta do Estado para manter o poder político soberano” (SILVA, 2012, p. 15).

O Estado é o principal norteador das políticas em discussão. Assim sendo, é o cidadão que outorga ao Estado a responsabilidade de conduzir seus destinos sociais.

A filosofia contribui para uma compreensão mais ampla do tema, afastando-nos do senso prosaico da realidade. Recorremos às reflexões de autores como: Jean Jaques Rousseau (2009), Thomas Hobbes (2006), John Locke (1978), os chamados contratualistas.

No estágio do Estado primitivo, os indivíduos não sendo orientados por contratos sociais, viviam em constante luta entre si. Dessa forma, prevalecendo os interesses individuais, os objetivos não eram alcançados.

Na luta de todos contra todos, podemos fazer referência a Hobbes (2006), em sua obra “Leviatã”²², nesse modelo de sociedade, os homens viviam sob os auspícios do direito natural. Dito de outra forma, viviam em estado de liberdade plena, sem regras, prevalecendo a lei do mais poderoso.

²² Obra publicada em 1651, na qual o autor desenvolve uma teoria para a formação do Estado. De acordo com sua teoria, o Estado surgiu a partir de um contrato firmado entre os homens, quando estes se encontravam livres, em estado de natureza.

O nome Leviatã é uma metáfora do monstro bíblico, citado no livro de Jó. Assim, o monstro seria o Estado. Um homem artificial maior e mais poderoso que o homem natural, que o criou para protegê-lo.

O pensamento deduzido na obra de Hobbes, é extremamente valioso, visto que influenciou não tão somente grandes pensadores como o francês Jean Jacques Rousseau e o alemão Emanuel Kant, na seara da filosofia política, mas também influenciou de forma profunda Estados absolutistas como o Estado alemão hitlerista e no mesmo período, o italiano fascista.

Hobbes (2006) afirma que o homem é o pior inimigo do próprio homem (homo homini lúpus [o homem é o lobo do próprio homem]). A frase é de autoria do dramaturgo italiano Platus, citada em uma de suas peças teatrais. Esta afirmação apresenta a transfiguração do homem como um animal selvagem, capaz de praticar barbárie contra o seu semelhante.

A paz e a união só são alcançadas a partir de um contrato social, com um poder centralizado, que tem autoridade plena para proteger a sociedade. Com esse pensamento, Hobbes (2006) desenvolve sua tese acerca da formação do Estado.

Rousseau (2009), em sua célebre obra “O contrato social”, ratifica a fuga do homem do estado primitivo para a vida em coletividade nas cidades, para uma vida mais feliz, por meio do contrato societário. Por sua vez, John Locke defende a tolerância e uma nova lógica de civilidade, fundamentada no respeito à alteridade.

Montaigne (2014) pontua: Se para Hobbes, o poder é absoluto, indivisível e irresistível, para John Locke, ao contrário, assevera que o Estado é limitado, divisível e resistível. A partir do desdobramento dessas ideias, que se constituíram as bases do pensamento para o que atualmente chamamos direitos humanos consolidados na segunda metade do século XX.

Um novo tempo das relações entre governo e governados principia. Descortinava-se assim uma nova era para a humanidade, ou seja, a era dos direitos (MONTAINE, 2014).

O Estado se originou e até a contemporaneidade, este vem agindo direta e indiretamente sobre a vida dos indivíduos. As vezes de forma positiva, as vezes de forma negativa.

o Estado vem recebendo severas críticas de diversos pensadores.

O Estado vem recebendo severas críticas de diversos pensadores, tanto nos países com um sistema político estável e considerados democracias consolidadas, quanto nos países vistos com democracias em estágio de consolidação ou não democráticos.

Do primeiro grupo, podemos sublinhar os estudos de Miliband (1970), Bocarra (1976), Aglietta (1976), Altvater (1979), Poulantzas (1977), O'Connor (1977), Hirsch (1978), Althusser (1980) e Offe (1984), entre outros (BARBOSA, 2012, p. 35).

Por sua vez, “o neoliberalismo teve ressonância principalmente com os pensamentos de Hayek (1983), e de economistas, a exemplo de Fieldman (1984)” (AZEVEDO, 2004, p. 2).

De uma forma geral, o mundo contemporâneo está dividido entre os que defendem que o Estado deve manter sua centralidade na condução da dinâmica social, enquanto outros apoiam o pensamento que este deve ser reduzido, para o mínimo de intervenção possível nas relações entre propriedade privada e cidadão.

No final do século XX, consequência de reivindicações dos variados segmentos sociais, ou por puro interesse estatal liberal, vários países se voltaram para a elaboração de políticas educacionais, objetivando a inclusão de pessoas com deficiência.

Muitos países, inclusive o Brasil, mormente a partir de 1990, começam a organizar seus sistemas educacionais, com o intuito de atender todos os educandos, independentemente de suas especificidades. Assim, o modelo educacional adotado, passa a seguir uma perspectiva inclusiva.

Vários eventos internacionais foram organizados com o objetivo de unificar as políticas educacionais a nível planetário. Os referidos eventos veremos posteriormente neste trabalho.

2.2 Políticas Públicas Educacionais Inclusivas

Na segunda metade do século XX, intensificaram-se os movimentos da sociedade civil organizada, com vista à igualdade de direitos, para que o Estado abarcasse a todos sem distinção, no que se refere ao exercício da cidadania²³.

Qualquer segmento social que se encontre fora do abrigo estatal, pode ser considerado um grupo excluído. Daí o caráter universalizado do conceito de inclusão.

Afrodescendentes, indígenas, estrangeiros, LGBTQI+, pessoas com deficiência, moradores de rua, entre outros, constituem as principais demandas reprimidas a serem acolhidas pelo aparelho estrutural do Estado e principalmente pela sociedade.

Ao falarmos que a sociedade é o principal meio de e para inclusão, é porque entendemos que se as pessoas fossem mais solidárias, menos preconceituosas, mais respeitosas para com os seus semelhantes, menos egoístas, praticassem gestos de sentido mais coletivo e menos individualistas, possivelmente não fosse necessário a intervenção do Estado para gerir nosso comportamento. Neste sentido, Hobbes tem razão. Até o nosso atual estágio civilizatório, ainda necessitamos delegar ao Estado o direito de agir objetivando a contenção da animalidade humana.

Apesar de todo nosso avanço tecnológico, ainda se faz mister mantermos esse contrato social para que não nos destruamos.

A política educacional integra as chamadas políticas públicas sociais, criadas e implementadas pelos governos nacionais, com a intencionalidade de mitigar a desigualdade na distribuição de riquezas e oportunidades nas sociedades, resultantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que privilegia na prática, o individualismo e o crescimento econômico, em detrimento das melhorias das condições de vida para o conjunto da população, embora a retórica política diga o contrário (COLARES, 2005, p. 1).

²³ O termo cidadania tem basicamente duas origens: a grega e a latina. A primeira está relacionada à ideia de cidade (polis), de urbanidade, de uma comunidade organizada politicamente; a segunda, pelo fato do verbo cidadão ser expresso pela palavra civitas, ou seja, aquele que habita a cidade, ou é natural desse ambiente, cidadania pode ser compreendida como a relação entre o indivíduo e a sua comunidade, que na contemporaneidade assume a forma de Estado (CORTINA, 2005). Os dois termos serão utilizados neste trabalho, por considerarmos os sujeitos alvo desse estudo, pessoas que habitam a cidade e interagem com ela.

A inclusão escolar de educandos com deficiência, desde o final do século XX, tem mobilizado sociedade, Estado, docentes, universidades, entre outros segmentos interessados, alcançando respaldo jurídico, sem, no entanto, se alterar a estrutura da base capitalista.

Uma escola inclusiva é fundamental para o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades educativas peculiares, retificando os modelos de escolas segregatórias e excludentes.

Considerando a complexidade dos entrelaçamentos da educação com outros setores, e para não nos satisfazermos apenas com a leitura fria dos documentos e a superficialidade do senso comum, uma análise filosófica, aprofundada e crítica, faz-se necessária para uma melhor compreensão da ideologia nuclear da pedagogia da inclusão. Dessa forma, é necessário fazermos uma leitura, para além das aparências fenomênicas imediatas (KOSIK, 2002).

Essas premissas não são os homens isolados e definidos de algum modo imaginário, mas envolvidos em seu processo de desenvolvimento real sob determinadas circunstâncias, desenvolvimento esse empiricamente visível. (MARX; ENGELS, 2007).

O modelo educacional de inclusão, tem ocupado espaço na retórica discursiva de políticos, docentes, revistas, jornais, meios de comunicação midiáticos. Há, no entanto, que se acautelar acerca do conceito de inclusão, pois, existe uma grande profundidade quanto à sua expressão real.

No âmbito educacional, é o gesto dos espaços escolares, de abraçarem todos os educandos que a eles recorrem, tendo suas necessidades educativas respeitadas e respondidas.

Foi na primeira década do século XXI, que demos um passo importante rumo à inclusão educacional de todos os educandos de forma ampla e universalizada. Em 2008, o Brasil publica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

No introito do documento, podemos ler:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva é um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos

humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

Nas primeiras linhas do instrumento legal, já observamos o fundamento filosófico da proposta, isto é, o respeito às diferenças.

Considerando que a educação inclusiva, surge para erradicar a exclusão, não somente das pessoas com deficiência, mas de toda e qualquer faixa social alheia à escola, julgamos pertinente apoiarmos nossas reflexões no pensamento de Santos ao falar de inclusão, ou seja, que a inclusão não seja ofertada apenas a “grupos especificamente constituídos na sociedade, como por exemplo, o grupo de pessoas com deficiência” (SANTOS, 2013, p. 15).

É neste sentido, que identificamos similitude entre essa perspectiva e a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990. No seu Artigo 3:4, podemos ler: Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos, os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados, os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação, não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. (Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, Jomtien, 1990).

O compromisso assumido em Jomtien, é reafirmado em Salamanca, na Espanha, em 1994. Ambas as declarações propõem educação indistintamente. Lamentavelmente, no Brasil, já no século XXI, ainda amargamos grande quantidade de crianças, jovens e adultos fora da escola. Mas de que escola estamos falando?

Gentili (1995) assevera que: “toda criança é capaz de aprender, o problema é que nem toda escola tem capacidade de ensinar”. O pensamento desse autor, nos remete à reflexão das fragilidades no nosso sistema de ensino, bem como em todo o conjunto de estrutura escolar (p. 33).

De acordo com Saviani (2000), à medida que esse tipo de sociedade se constitui com seu elemento regulador, um Estado, por extensão, capitalista, a “política econômica” alavancada pelo Estado, considerando o desenvolvimento

e a consolidação da ordem capitalista, privilegiará os interesses privados secundarizando os interesses coletivos. Dessa feita, fica evidente o caráter antissocial da política economicista.

Para equilibrar essa balança, são desenvolvidas a nível de Estado a política social nos mais variados setores como os da saúde, educação, trabalho, cultural, previdência social etc.

A nível internacional, um dos documentos mais importantes no contexto da educação para as pessoas com deficiência, podemos citar a Declaração de Salamanca (Espanha), de 1994, onde podemos ler um princípio fundamental:

Nós, delegados da Conferência Mundial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a estrutura de ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governos de organizações sejam ampliados. (BRASIL, 1994, p. 9).

Considerando os pressupostos do neoliberalismo, a Educação Inclusiva se apresenta sob três pressupostos falaciosos, a saber:

1. Como já foi dito anteriormente, a elaboração de políticas públicas, sempre tem um agente interessado. Ao considerarmos que a maioria dos países seguem um viés capitalista, não é de se estranhar que as ações sociais a até educacionais, inclusive voltadas para as pessoas com deficiência, atendam aos interesses dos setores econômicos. Afinal de contas, “ninguém será deixado para trás”, quando o assunto é reduzir a participação do Estado na economia e produção de riqueza;
2. Existe uma guerra declarada de competição econômica entre as nações, logo, não existe preocupações maiores por parte de países ricos, que países pobres avancem majoritariamente em seu desenvolvimento. Neste sentido, se a educação é constantemente cortejada pelo capitalismo, por quê educar pessoas com deficiência, se elas não apresentam como indivíduos dotados de capacidade plenas para o máximo de produção?
3. O mercado de trabalho, em função do avanço tecnológico, segue a tendência do excesso de contingente de mão-de-obra, bem como o

aumento do desemprego. Assim sendo, estariam as pessoas com deficiência aptas a competir em condições de igualdade com as demais pessoas? Não nos parece razoável pensar, que com escolarização básica ou superior, 14,5% de toda população em desenvolvimento teria emprego garantido, ou conduzido à inclusão de forma ampla em todos os setores da sociedade.

2.3 A pessoa com deficiência visual e a educação para o trabalho no contexto capitalista

Ao tratarmos da inclusão das pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho por meio da educação, a cortina de fundo é a sociedade capitalista.

Em uma sociedade pautada em fundamentos mercantilistas, para cujos princípios o “bem maior” é o lucro, ninguém ficará de fora dos meios de produção. Desde o começo da era moderna, com a revolução industrial, homens, mulheres e crianças sempre foram direta ou indiretamente envolvidos nos meios de produção de riquezas a serviço da burguesia.

A proposta de inclusão das pessoas com deficiência e margeados tanto pela sua limitação biológica como quanto pela sua condição econômica de baixa renda, vem sendo alvo de debates acerca do tema.

Intencionamos neste tópico, por fazer-se mister, aprofundarmos a discussão sob um viés epistemológico.

No campo educacional, o debate é mais acirrado, tendo em vista as contradições que se evidenciam nos ambientes escolares, ante a um muro que divisiona o real e o intencional, o dito da legislação e a prática no dia a dia das escolas.

Para fazermos uma leitura para além da realidade aparente do senso comum, o contexto histórico se apresenta como um elemento importante para uma melhor compreensão do tema, tendo como sujeitos as pessoas com deficiência visual, enquanto “seres perturbadores da ordem pré-estabelecida” (CARVALHO, 2003, p. 1).

Retrocedemo-nos na linha do tempo da história, repousando o pensamento na Europa no final do período feudal.

A implantação do capitalismo, que resultou do desenvolvimento das contradições existentes no interior da sociedade feudal, provocou profundas transformações econômicas, políticas e sociais, as quais vão se consistir em características deste período histórico (CARVALHO, 2003, p. 1).

O trabalho assalariado na revolução industrial, rompe com os meios de produção feudais e com as corporações de ofício, convertendo-se no principal instrumento produtor de riquezas.

Primeiro tivemos o processo das manufaturas e posteriormente, as máquinas das fábricas, período no qual o trabalhador converteu-se em um mero assessorio da máquina.

O advento da maquinaria não eliminou a classe burguesa, pois esta tornou-se detentora do grande capital, comprando a força de trabalho da classe popular, como postula Ponce:

Os poderes compraram as suas terras, a pólvora derrubou os seus castelos, os navios apontavam agora as rotas de um continente remoto mais inacessível do que as princesas de Trípoli que só poderia ser conquistado mediante a indústria e o comércio (1992, p. 112).

Com o surgimento das novas relações de trabalho, houve uma grande transferência de trabalhadores, tanto das oficinas artesanais para as fábricas, como um intenso fluxo migratório das regiões campestres para os centros urbanos. Diante dessa nova realidade, novas necessidades intrassociais surgiram. Uma dessas necessidades foi a educação formal, que fosse capaz de responder às demandas do setor fabril.

A partir desse momento histórico, surge a desigualdade educacional entre as classes. Os indivíduos pertencentes à classe dominante, detentora do poder, tinham acesso à educação formal, enquanto os membros da classe explorada, somente recebiam instrução no próprio local onde exerciam suas atividades laborativas. “o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a” (SAVIANI, 1994, p. 153).

Percebemos assim, que desde quando principia o capitalismo, as categorias sociais sempre reivindicaram uma educação, capaz de atender suas necessidades e, por extensão, as necessidades dos novos modelos produtivos.

“Mesmo a despeito das contradições, foi uma característica das sociedades que se insurgiram contra o poder da Igreja Romana. Foi deles que se originou [...] a iniciativa mais avançada de modernos modelos de instrução popular” (MANACORDA, 1997, p. 194).

Na virada do século XX, passamos a experienciar um novo momento envolvendo a educação. No entanto, devemos nos analisar com atenção as intenções das propostas educacionais, quando estas partem das grandes corporações internacionais financeiras.

É importante inferir, que acerca da educação das pessoas com deficiência, não pode ser feita a partir:

Daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, alcançar o homem de carne e osso; parte-se dos homens verdadeiramente ativos, e a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e da ressonância desse processo de vida (MARX; ENGELS, 1986, p. 37).

Assim, observamos “o início do movimento contraditório de participação-exclusão que assim caracteriza toda a dinâmica da sociedade capitalista, que se baseia na homogeneização para o processo produtivo, e que perpassará toda a historicidade da educação especial” (BUENO, 1993, p. 63).

Na perspectiva do autor anterior, a educação especial, inevitavelmente sofrerá influências do modelo neoliberal, considerando que a base do capitalismo se mantém inalterada, buscando envolver todos os setores margeados ou não da sociedade.

A literatura histórica nos revela, que na Europa do século XVIII, cegos abastados, pertencentes à classe burguesa, já recebiam alguma educação, mesmo não existindo farto acervo de material didático, muito menos recursos que possibilitasse a independência no sistema de leitura e escrita, pois,

A par daqueles milhares de cegos infortunados, pertencentes ao povo miúdo, que viviam a própria sorte ou internados em asilos, alguns poucos, nesse mesmo período, conseguiram se destacar, não porque tivessem recebido atendimento especializado, mas porque a limitação imposta por sua deficiência não impedia nem o contato social, nem a aprendizagem de conhecimentos, com exceção da escrita, porque ambos poderiam se basear na linguagem oral. É claro que pertenciam

às elites, mas não podem ser considerados como dependentes ou desassistidos (BUENO, 1993, p. 61).

Foi no começo do século XVIII, na França, que surgiram as primeiras escolas para atendimento das pessoas cegas. Emergia nesse período, os movimentos sociais e por mudanças políticas.

Em 1784, é criado o Instituto dos Jovens Cegos, cujo diretor foi Valentim Hauy. O referido Instituto nasceu com a característica de asilo, mas com trabalho obrigatório. Foi no referido Instituto, que um jovem francês, chamado Louis Braille²⁴, que ficara cego quando criança, desenvolveu e apresentou um sistema de escrita e leitura, que consistia em 6 pontos em alto relevo, cujo sistema levou o seu nome. “O sistema braile só foi reconhecido oficialmente pelo Instituto como o ideal na substituição da linguagem escrita, em 1854, isto é, dois anos após a morte de seu criador” (BUENO, 1993, p. 74).

Foi a partir do desenvolvimento do Braille, que a escolarização formal dos cegos se tornou possível. Vygotsky (2005) fez a seguinte afirmação: o braile fez muito mais pelos cegos, que milhares de ações caritativas realizadas por bem feitos.

Em 1852, morre Louis Braille, deixando para as pessoas cegas do mundo inteiro, o maior legado no campo da educação. Segundo Bueno (1983), “o que ocorreu na verdade, foi o isolamento daqueles que interferiam e atrapalhavam o desenvolvimento da nova forma de organização social, baseada na homogeneização e na racionalização” (p. 63).

Carvalho contribui com a análise do tema, e assevera que: Com o surgimento das instituições de ensino especializado para cegos e surdos, a sociedade burguesa tentou solucionar basicamente dois problemas: retirar esses “desajustados” do convívio social e torná-los minimamente produtor para que se tornassem úteis ao capitalismo. Assim sendo, “a situação desses dois tipos de deficientes, em verdade, era muito semelhante: mão-de-obra manual e

²⁴ Louis Braille nasceu em Coupvray, no ano de 1809, filho de um seleiro. Ficou cego em consequência de um ferimento causado por uma sovela, quando brincava na oficina de seu pai, aos 3 anos de idade; a infecção afetou o outro olho. Apesar de sua deficiência, Braille foi aceito na escola de sua cidade, destacando-se pela sua dedicação e inteligência, onde permaneceu até os 10 anos, quando a escola foi desativada. [...] Braille ingressou no Instituto dos Jovens cegos de Paris, onde se destacou, inicialmente como aluno e, posteriormente como professor, além de manifestar habilidades para piano (FRENCH apud BUENO, 1993, p. 73).

barata, reunida em instituição, retirava os desocupados da rua e os encaminhava para o trabalho obrigatório” (BUENO, 1993, p. 69).

Nas palavras do autor, percebemos que a prática de aproveitar todo tipo de mão-de-obra a serviço do capital, sempre existiu, e na medida do possível, sempre favorável ao empregador e não ao empregado.

Bueno ainda acrescenta:

É importante ressaltar, que as referidas ações não abarcavam todas as pessoas com surdez ou com cegueira, pois, enquanto que para os surdos e cegos pobres eram disponibilizados atividades manuais imbecilizantes, um arremedo de salário quando muito, um catre ou um simples prato de comida, os que não tiveram a má sorte de nascerem pobres, condição muito mais importante que a cegueira e a surdez, apesar de padecerem com suas limitações impostas pela deficiência, puderam usufruir do convívio familiar e da riqueza (1993, p. 70).

Baseado na afirmação de Bueno (1993), podemos (re)afirmar que a condição de classe das pessoas com deficiência, faz toda diferença no seu desenvolvimento social. E mais, a trajetória societária dessas pessoas, é muito mais determinada pela sua condição econômica que pela sua condição clínico biológica.

Consideremos em pleno século XXI no Brasil, cuja sociedade ainda é fortemente marcada por desigualdades de classe, reflexo da falta de distribuição igualitária de riqueza, duas crianças morando na mesma cidade, com a mesma deficiência, com a mesma idade, com potenciais intelectuais e cognitivos equivalentes. No entanto, a criança 1 pertence a uma família de classe média alta, e estuda em escola particular.

A criança 2 é de família pobre, residindo na periferia da cidade e frequenta escola pública. Certamente que a criança A poderá ter mais oportunidades sociais, em função de sua condição econômica, que a criança 2.

Bueno (1993) corrobora e faz um comparativo entre a trajetória de Metcalf, nascido em 1717, e Braille, em 1809, pertencentes às classes sociais extremamente distintas.

Metcalf, sem o concurso de qualquer instituição especializada, cem anos antes, tornou-se comerciante, viajante, projetista de rodovias, conquistando uma vida completamente independente. Louis Braille, a quem o mundo reverencia, ao ponto de ter, em 1752, seus restos mortais transferidos de sua cidade de

nascimento para o Pantheon em Paris, criou aos 15 anos de idade, um sistema substitutivo de leitura e escrita, considerado até nossos dias o mais adequado, que estudou no colégio de France, alcançando notoriedade junto à elite de sua época, não conseguiu alcançar independência de sua instituição (BUENO, 1993, p. 75).

Observamos assim, que a diferença de oportunidades entre pessoas de classes sociais diferentes, em sociedades capitalistas, é anacrônica. Apesar de todas as transformações ocorridas no sistema capitalista, em função da contradição intrínseco a este, não é capaz de oportunizar a todos com igualdade as mesmas condições de desenvolvimento social.

Na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII e XIX, vários foram os cegos que tiveram grande destaque nas mais variadas atividades. Quase todos pertencentes à classe burguesa.

Nicholas Saunderson, já nos século XVII, notabilizou-se como matemático, chegando a lecionar em Cambridge, na Inglaterra; Jacob de Netra, no mesmo século, desenvolveu um sistema de letras em alto relevo, chegando a construir um grande acervo, ao ponto de organizar uma biblioteca; Maria Thereza von Baratis, no século XVIII, tornou-se grande concertista e famosa (FRENCH; BUENO, 1993, p. 61).

Silva (1986) nos fala de um dos casos mais ilustrativos. John Metcalf, que ficara cego aos 7 anos de idade. Chegava a causar desconfiança acerca de sua cegueira, pela sua grande habilidade em cavalgar, nadar e apresentar ótima mobilidade. Ficou famoso no mundo inteiro pela construção e pontes e estradas. Entre os oficiais ingleses fora conhecido como “blind Jack” (p. 251). Silva (1986) ainda faz referência a Antonio de Cabezón, que viveu na Espanha no século XVI, importante compositor de música para órgão. Cego desde criança, superou todas as dificuldades e começou seus estudos em Valência, e tornou-se clavionista da rainha Isabel da Espanha, especialista em música sacra (p. 232).

Nas primeiras décadas do século XIX, principia o interesse público de atenção às pessoas com deficiência. Batista (2015) nos informa que no Brasil, as primeiras ações de atenção educacional às pessoas com deficiência visual, registra do ano de 1835, em pleno período regencial:

[...] quando o conselheiro Cornélio Ferreira França, deputado da Assembleia Geral Legislativa, propôs que cada Província, tivesse um professor de primeiras letras para surdos e cegos. Todavia, a recém nação brasileira, independente de Portugal a apenas 13 anos, enfrentava um conturbado momento político, e a proposta do deputado França, sequer foi discutida na Assembleia, sendo o tema discutido somente em 1850 (BRASIL, 2010, p. 23).

Sob a influência das ideias do velho continente, o Brasil principia o atendimento educacional das pessoas cegas. De acordo com os estudos de Batista (2015), Mazzotta (1995), Bueno (1993), Jannuzzi (1985), Pessotti (1984), o primeiro foi o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, atual Instituto Benjamin Constant (IBC). A referida Instituição foi criada pelo imperador D. Pedro II, por meio do Decreto Imperial 1428, de 12 de setembro de 1854.

Com referência à caracterização do sistema educacional do IBC, havia uma preocupação com as atividades laborativas de seus educandos. “A Instituição possuía tipografia para os meninos cegos e de tricô para as meninas” (MAZZOTTA, 1995, p. 30).

Buscando alinhar-se com o restante do país, o Estado do Amazonas tenta caminhar em consonância com as normativas nacionais, no que tange à educação e à formação profissional das pessoas.

Mesmo lentamente, já se observa um certo avanço na implementação de ações que atendam às necessidades educacionais com vista ao trabalho para as pessoas com deficiência. Escolarização e qualificação profissional são indissociáveis, tendo em vista a realidade atual globalizada e cada vez mais exigente, frente às novas tecnologias que se transformam em altíssima velocidade.

2.4 A educação profissional da pessoa com deficiência visual em Manaus

A educação, que visa contribuir decisivamente, com a formação integral do indivíduo contemporâneo, em função das necessidades de nossa sociedade atual, desmembrou-se em várias ramificações, adquirindo assim, várias funções.

Dentre tantos papéis atribuídos ao processo educacional, uma delas é a preparação do indivíduo para o mundo do trabalho. No Brasil, a Constituição Federal em voga, preceitua em seu Artigo 205, que: a educação, direito de todos

e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Acerca das mudanças no mundo do trabalho, no que diz respeito às variantes formas de relação entre o homem e o conhecimento,

Um dos principais impactos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho sobre a educação é, sem dúvida, o estabelecimento de uma nova mediação entre homem e trabalho, que passa a ser exercida pelo conhecimento, compreendido enquanto produto e processo da práxis humana, síntese entre pensamento e ação, conteúdo e método, individual coletivo (KUENZER, 2000, p. 135).

De acordo com o pensamento da autora, perante essa realidade, é necessidade premente, o desenvolvimento de uma nova compreensão das relações entre educação e trabalho no que tange à construção humana, que são assimiladas pelos Estados nacionais por intermédio das políticas públicas, neste estudo entendidas como “o Estado em ação, ou seja, quando o Estado implanta projeto de governo, por intermédio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (...)” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Em tempos de inclusão, as pessoas com deficiência visual, certamente estão inseridas nesse contexto.

Repousando a discussão no cenário local de nosso estudo, podemos dizer que uma das instituições mais conceituadas de educação profissional de Manaus é o Instituto Federal e Tecnológico do Amazonas (IFAM), atuando nos níveis médio e superior.

Apesar dos institutos federais e tecnológicos estarem abertos para o acesso de pessoas com quaisquer deficiências, o governo federal criou o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP).

De acordo com Pacheco (2013), a expertise sedimentada pela Rede Federal de Educação Tecnológica, ao longo de toda a sua história, no desenvolvimento de uma educação profissionalizante, sustentável e inclusiva, a qualifica para o atendimento de pessoas com deficiência em seu ambiente de aprendizagem.

É inegável a experiência acumulada pelo IFAM, em se tratando de educação tecnológica. No entanto, discordamos do autor quando o assunto diz respeito ao atendimento de pessoas com deficiência, como veremos ainda neste tópico.

Quem nos apresenta o programa TEC NEP, fazendo inferências, são autores como: Anjos (2006), Azevedo (2004), Costa (2011), Nascimento; Florindo e Silva (2013), Esteves Neto (2014).

Em 2000, na virada do século, o TEC NEP foi instituído e implementado na Rede Federal de Educação Tecnológica, em todo Brasil, pela extinta Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação e Cultura – SEESP/MEC, e pela Secretaria de Educação Tecnológica, também do Ministério de Educação – SETEC/MEC, cuja finalidade era a promoção do acesso, permanência e terminalidade da escolarização das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

Anjos (2006), fazendo referência à Rede Federal de Educação Tecnológica, nos ensina que, ela sempre foi bem-conceituada na contextura educacional brasileira, muito em função da boa qualidade de ensino oferecido. A esse destaque, a autora denomina de "ilha de excelência" (idem). Em sendo uma instituição de excelência e de referência em ensino de qualidade, o governo federal mobilizou-se para saber como os IFTs, que traziam no bojo de sua criação a filosofia de acolher para o mundo do trabalho, uma grande parcela socialmente excluída, estava desenvolvendo ações em atenção às pessoas com deficiência. Desta feita, no ano de 1999, a Secretaria de Educação Especial - SEESP, principia um mapeamento nas Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Agrotécnicas.

O levantamento visava melhor compreender o acesso das pessoas com deficiência. Diante da constatação de um reduzido número de matrículas, ou seja, de 132 alunos com deficiência em toda a rede, equivalente a 0,5 % dos alunos sem deficiência.

Situação preocupante, pois, nesse período, os dados oficiais estimavam que no Brasil 14,5% da população possui algum tipo de deficiência” (PACHECO, 2013, p. 135).

Sobre os números apresentados anteriormente, podemos fazer a seguinte leitura:

- a) O número reduzido de educandos com deficiência, diante do total desses indivíduos no país, ratifica a necessidade de se intensificar as políticas públicas no setor da educação profissionalizante;
- b) Considerando que o Brasil é verdadeiramente uma nação de jovens, temos aí uma significativa parcela de mão-de-obra em potencial, não qualificada e conseqüentemente subutilizada;
- c) É de fundamental importância, que as políticas públicas de inclusão, caminhem de forma articulada. Certamente que existem outras fontes para qualificar pessoas com deficiência, porém, é a educação profissionalizante, a principal fomentadora de jovens qualificados para o mercado de trabalho.

Partindo desse cenário, ficou evidente a necessidade de organização de estratégias para "a permanência de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho, através da abertura de espaços nas escolas profissionalizantes da rede federal" (ANJOS, 2006, p. 39).

Ao longo da escalada civilizatória da humanidade, historicamente, por uma série de razões, as pessoas com deficiência foram rejeitadas e marginalizadas, logo, é compreensível que esses atores sociais tenham ficado excluídos da educação tecnológica, no mundo moderno, numa reprodução da barbárie da injustiça social.

“A institucionalização, em 2000, de uma Política de Inclusão a partir da Ação TEC NEP (“então programa TEC NEP”) possibilitou a quebra desse paradigma e, com a desmistificação do atendimento a esse público-alvo, nossas instituições se tornaram mais humanizadas” (NASCIMENTO; FLORINDO E SILVA, 2013, p. 14).

É inegável a implantação oportuna, pertinência e relevância do TEC NEP. No entanto, nem sempre as políticas públicas no Brasil, caminham uniformemente por todo o território nacional.

Os referidos autores nos dizem que “iniciou-se pesquisas em habitação universal (IFRS - Campus Bento Gonçalves); Criação do protótipo do Mouse Ocular (IFSulriograndense); Criação dos Centros de Equoterapia (Planaltina/DF, Barbacena/MG, Ceres/GO, Colatina/SC, Rio Verde/GO e Sertão/RS); Desenvolvimento do PROTA - Programa de TA que conserta bengalas (UTFPR-

Campus Curitiba); Implantação do Centro de Formação e Treinamento de Cães-guia”.

Para viabilizar a implementação do TEC NEP, havia a necessidade de um setor, que oferecesse serviços e desenvolvesse ações, no sentido de facilitar a participação dos educandos com deficiência na rede federal de educação tecnológica. Neste sentido, foram criados os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs). Esses núcleos, tinham a função específica de zelar pela eliminação de todas as barreiras, fossem elas arquitetônicas, pedagógicas ou atitudinais, nos espaços das instituições, criando uma ambiência salutar, acolhedora, e por extensão, inclusiva.

Conforme Costa (2011), a Declaração de Salamanca serviu como base para os valores desenvolvidos pelos NAPNEs, como uma escola inclusiva e para todos, bem como, o respeito à diversidade de aprendizagem, de acordo com uma pedagogia centrada no aluno. Em linhas gerais, o referido núcleo desenvolveria ações transversais, articulando diferentes setores das instituições para a inclusão escolar plena.

Levando em consideração a importância dos NAPNEs, sua atuação transcende a implementação do TEC NEP, haja vista, que os NAPNEs são extremamente importantes para a estruturação das instituições de ensino superior em todo o território brasileiro, para criar as condições adequadas para a vida acadêmica dos estudantes com deficiência.

Fazendo referência às pesquisas de Rosa (2011), acerca dos sujeitos envolvidos no programa TEC NEP, Esteves Neto fala que a clientela envolvida, é constituída por proletários, que juntamente com as dificuldades oriundas da deficiência, ainda estão sujeitas às condições adversas da diferença de classe. “Muitas instituições componentes da Rede, simplesmente delegam as funções aos NAPNEs e imaginam estar em dia com as responsabilidades inclusivas” (2014, p. 44).

Faz-se importante lembrar, que a responsabilidade e o compromisso da inclusão educacional dos alunos com deficiência, é da instituição de ensino como um todo, e não tão somente de um setor do organograma administrativo da entidade.

Consideramos importante ouvirmos Pacheco (2013), que ajuíza sobre o tema: Ao nos determos sobre a função dos NAPNEs, dentro das instituições de

ensino, podemos dizer conclusivamente, que seus objetivos e funções, estavam bem além de suas possibilidades operacionais. Isto pode ser notado, pela forma como eram desenvolvidas as atividades, ou pelo menos, de se operacionalizar algumas ações. As iniciativas não tinham um cunho institucional, um reconhecimento da comunidade interna dos institutos, pois eram restritas a alguns abnegados, que por proximidade com a temática, interesse pessoal, ou até mesmo, por serem colocadas ali de forma súbita, tentavam conduzir as ações, muitas vezes improvisadas.

O que Pacheco (2014) nos relata é muito comum dentro do processo de uma política pública educacional inclusiva, ainda não consolidada. A atuação de alguns profissionais, é conduzida de acordo com o tipo de relação que este tem com a temática. Isso deve ocorrer de forma profissional e, em nenhum momento, deve ser um critério rígido para encaminhamento para a função.

Espera-se que todos os profissionais das instituições de ensino no Brasil, tenham ciência de suas atribuições, enquanto educador de uma nova era da educação, ou seja, todos os educadores devem encontrar-se em condições de atender o alunado em geral, independentemente de qualquer especificidade, mesmo que esta destoe da maioria.

Pacheco ainda chama a atenção para certos improvisos contornados inferindo: "Contudo, louve-se o trabalho de vários núcleos, que de fato, apoiados no direito e nas normas de acessibilidade, souberam superar o imprevisto e construíram uma cultura da acessibilidade dentro de suas escolas" (2013, p. 134).

Em qualquer área da vida social, a boa vontade, isto é, a vontade de contribuir para o bom andamento das ações, é fundamental para equacionar certas falhas organizacionais. Em se tratando de educação, essa proatividade virtuosa faz muita diferença na resultante do trabalho desenvolvido.

Quem contribui nos falando sobre a criação e ações do NAPNE/IFAM, é Pacheco, ao nos informar que:

O NAPNE foi criado em 15 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), pela portaria de nº 180 - GDG/CEFET-AM, e composto por servidores docentes e técnicos administrativos, com o objetivo de desenvolver na instituição a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais". Assim como outros núcleos

implantados, em outras instituições federais, o NAPNE do IFAM, teve seus primeiros passos, caracterizado por incertezas e desconexões de seus objetivos, com as metas e ações institucionais, longe do reconhecimento e acolhida que deveria ter. Com o passar do tempo, ao ser mais bem divulgado, desenvolveu atividades regulares dentro do instituto. [...] adotou como base para suas ações, a prática de uma educação para a convivência, promovendo o debate em relação à diversidade e do respeito ao ser humano (2013, p. 136).

Toda e qualquer tipo de mudança, provocada por uma imposição legal, sempre apresenta dificuldades e resistência por parte de alguns. O autor descreve bem esse processo, quanto à aceitação e o ritmo lento da mudança.

Em nossa investigação sobre o programa TEC NEP no IFAM, identificamos que por falta de recursos federais, este foi desativado por completo em 2019.

Durante o tempo que o Programa supracitado foi implementado no IFAM, não há registro de nenhum aluno com deficiência visual, participante. Em 2017, apenas um (1) aluno deficiente visual cego, ingressou no IFAM via edital de seleção, para o curso de desenvolvimento de softwares.

De acordo com o diretor de profissionalização e trabalho da ADVAM, Sr. Rogério Rosas, por falta de acessibilidade no IFAM, o aluno foi orientado pela própria instituição de ensino a mudar de curso, o que ocorreu. Poucos meses depois, houve a desistência do aluno, não ficando claro as reais razões do fato.

A narrativa do diretor Rogério Rosas, nos leva a afirmar que o IFAM garante o acesso, mas não garante a permanência dos alunos com deficiência.

Costumamos dizer que não existe inclusão parcial, ou seja, se uma instituição de ensino não garante na sua integralidade, o acesso, a permanência e o desenvolvimento do educando com deficiência, logo, não existe inclusão.

Outro fato a ser considerado, é a violência à escolha do curso por parte do educando. Sua aptidão e afinidade, não foram levadas em consideração, o que nos leva a reconhecer, que ainda não saímos do período da integração, na qual o aluno tem que se adaptar à escola, e não a escola assumir a responsabilidade de atender o discente em suas necessidades específicas pedagógicas e arquitetônicas.

A atitude do Instituto Federal e Tecnológico do Amazonas não representa um incentivo a outros alunos com deficiência visual a ingressarem na referida instituição profissionalizante.

Ao enveredarem pelas trilhas da profissionalização, normalmente, os associados da ADVAM optam por cursos de qualificação de curta duração

Apesar da entidade representativa dos deficientes visuais do Amazonas incentivar seus associados a avançarem em sua escolarização, seja a convencional, seja a profissionalizante, muitas barreiras ainda permanecem erguidas, em estado de inércia²⁵, a espera que Estado e sociedade, cumpram com o seu dever de eliminá-las, como preconiza a Convenção da Guatemala (Convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação para com as pessoas portadoras de deficiência), de 1999, para que as pessoas com deficiência visual de Manaus, tenham maiores oportunidades no mercado de trabalho.

A educação profissionalizante é apenas uma parte dessa totalidade, que ainda não se descortinou para o processo de inclusão das pessoas com deficiência. No entanto, se houver uma renovação no nosso modo coletivo de viver, certamente que estaremos mais próximos do que consideramos satisfatório para uma sociedade equânime.

2.5 A contribuição da educação para a inclusão laboral do deficiente visual no Polo Industrial de Manaus

No introito deste tópico, explicitamos que ao nos referenciarmos à educação, o fazemos no seu sentido formal e não em seu sentido lato.

Seguramente, a política de inclusão educacional no Brasil, fortalece o aumento da escolarização das pessoas com deficiência e, emerge como um catalizador para a inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente, seletivo e competitivo, como já foi dito anteriormente.

Sob determinado aspecto, a escolarização se apresenta como um diferencial para quem busca uma vaga no concorrido mercado de trabalho brasileiro, como vimos na revisão de literatura.

Em nosso estudo, observamos que existe uma grita por parte dos empregadores, este é o argumento mais repetido pelos empregadores para a

²⁵ Termo utilizado na física; é uma propriedade da matéria, na qual um corpo conserva seu estado de repouso ou movimento, a menos que uma força atue sobre ele.

não contratação de PCDs, que ressoa como um “mantra”: falta de qualificação e escolarização. Tanaka; Manzini (2005); Vigolo (2005); Araújo; Schmidt, (2006); Sasaki (2006a); Nascimento; Miranda (2010); Godke (2010); Pereira; Rodrigues; Passerino (2010); Pereira (2011); Pereira; Passerino (2012); Pereira (2016). Assim, as empresas teriam grande dificuldade para preenchimento da cota de vagas de emprego.

Seria fundamental a alta qualificação profissional e a elevada escolarização para os trabalhadores com deficiência visual conquistarem um posto de trabalho no PIM? [grifo nosso]

Um estudo realizado no Polo Industrial de Manaus, refuta esse argumento empresarial. Nas pesquisas realizadas por Oliveira (2000), um empresário chegou a dizer que ficaria satisfeito se os operadores de máquinas soubessem apertar os botões corretamente, o que para ele apertar os botões direito consistiria em “qualificação” e evitaria danos à máquina.

Pejorativamente, em termos de repetição, o trabalhador amazonense foi considerado qualificado e de excelência. Assim sendo, a autora chega à conclusão de não existir necessidade de mão de obra de fato qualificada, isto é, a exigência de conhecimentos mais amplos por parte do trabalhador que atua nas linhas de montagem de produtos na indústria eletroeletrônica.

Apesar da pesquisa de Oliveira ter sido realizada a duas décadas, parece não ter mudado muita coisa, como veremos no terceiro capítulo dessa pesquisa.

Sobre o conceito “qualificação”, Cardozo (2007) nos ensina os recentes requisitos criados, que no contexto empresarial equivale a polivalência:²⁶

Surgem novas exigências para um trabalhador ser considerado qualificado, que buscam articular habilidades cognitivas, leitura e interpretação dos dados formalizados para transformá-los em prática, abstração, expressão oral, escrita e visual e comportamentais, responsabilidade, lealdade, comprometimento, capacidade para o trabalho em equipe, motivação, curiosidade, iniciativa e autonomia.

²⁶ De acordo com Ricardo Antunes, a polivalência em conjunto a outros termos, como “mais qualificado, multifuncional, participativo” (Antunes, 2005, p. 50), emerge da experiência japonesa da Toyota, que se espalhou pelo mundo, a partir da segunda metade do século XX. Este modelo exemplifica perspectivas neoliberais, visando o aumento da lucratividade do capitalismo. Para tanto, ressoa uma produção enxuta, pela redução de funcionários, onde um trabalhador é capaz de operar 5 (cinco) máquinas diferentes.

O autor citado, complementa e nos fala dos novos requisitos: [...] escolaridade básica, formação geral e técnica amplas; capacidade de adaptação a novas situações; possibilidade de ocupação de postos de trabalho variados; capacidade de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções interligadas, o que requer boa capacidade de abstração, de seleção, trato e boa capacidade interpretativa de informações; proatividade para a resolução de problemas e, acima de tudo, responsabilidade com o processo de produção (Idem).

Podemos ler nas palavras do autor, que a escolarização é um elemento que agrega sim, valor no conjunto profissional do trabalhador contemporâneo, mas um diploma por si só, não preenche os requisitos dentro do atual modelo de produção capitalista.

O capital²⁷, enfim, já se apoderou do homem por completo. Senão vejamos: conquistou sua capacidade física (habilidade e destreza), intelectual, mais recentemente, a inteligência emocional e habilidade psicológica.

No meio competitivo do mundo do trabalho, as pessoas com deficiência estão em desvantagem em relação às demais, por apresentarem algum tipo de limitação acentuada. Neste sentido, para se alcançar a equiparação de oportunidades, obrigatoriamente tem-se que apoiar-se nos instrumentos legais, além de levar informação às empresas para o aproveitamento da capacidade física e intelectual que a pessoa com deficiência possui, concomitante à adequação dos postos de trabalho, tornando-os acessíveis a quem for ocupá-lo.

“O capital não é uma coisa, mas uma relação de produção social definida, relativa a uma formação histórica da sociedade e que se manifesta em uma coisa, conferindo-lhe um caráter social específico” (HUNT, 1986, p. 238).

As empresas fazem grandes investimentos em todos os setores produtivos. Não tão somente no desenvolvimento de novas tecnologias, embora para isso, seja necessário saber o que o homem atual busca para sua satisfação, há também vultosos investimentos no conhecimento dos aspectos psicológicos

²⁷ O capital é o meio de produção monopolizado por certa parte da sociedade, em que força de trabalho humano é um produto, e as condições de trabalho são independentes desta mesma força de trabalho, e que, portanto, o capital aparece cada vez mais como uma força social cujo agente é o capitalista” (HUNT, 1986, p. 238).

dos consumidores e trabalhadores. Para tanto, mais uma vez o capital recorre ao campo científico.

A ciência continua monopólio do capital, tendo em vista que, em face das rápidas mudanças nas necessidades de consumo criadas pelo capital, o domínio do conhecimento científico e técnico e a descoberta de um novo produto significam o alcance de vantagem competitiva. O saber é mercadoria fundamental no âmbito da competitividade (CARDOZO, 2008, p. 170).

Precisamos deixar claro, que o “saber” citado por Cardoso, está plenamente ligado ao conhecimento técnico-científico. Não importa quão nova é a tecnologia desenvolvida, ela estará, enquanto produto, resultado da transformação da natureza, vindo e voltado do e para o homem.

Não podemos perder de vista, os aspectos éticos e humanos da evolução científica, mormente quando esses avanços ignoram a liberdade humana em detrimento do capital (lê-se lucro a qualquer custo).

Harvey refletindo acerca do assunto, corrobora inferindo:

[...] o próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. Vive-se numa feroz competição por patentes de descobertas científicas, haja vista que, a produção de conhecimento expandiu nas últimas décadas, todavia assumindo cada vez mais um cunho comercial [...] como o provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiães do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo [...] (1992, p.151).

Harvey nos alerta, para a apropriação dos saberes por parte do capital, aqui relacionados com os conhecimentos científicos. Considerando que o processo de capitalização da educação é uma realidade em ascensão, nada mais escapou dos tentáculos do capital.

Competência profissional na ótica dos empresários seria uma combinação de conhecimentos, *know how*, experiências e comportamentos que se exercem em determinado contexto, onde constata-se e valida-se na aplicação em situação profissional. O que está em cena é a cognição e a ação. Os comportamentos observáveis e não observáveis da inteligência (PEREIRA, 2016, p. 63).

A autora sintetiza muito bem o que está em jogo no contexto da produtividade. No conjunto da obra, o que importa sedimentação de recursos disponíveis, capazes de fomentar o máximo de produção com qualidade na prática.

Evidenciando os dados quantitativos sobre a escolarização dos 18 (dezoito) trabalhadores com deficiência visual da ADVAM, que atuam no setor produtivo do Polo Industrial de Manaus, temos os seguintes números, descritos na tabela a seguir:

Tabela 1 – Escolarização dos trabalhadores com Deficiência Visual no Polo Industrial de Manaus

Escolarização	Quantidade
Superior Completo	00
Superior Incompleto	01
Ensino Médio Completo	15
Ensino Médio Incompleto	02

Elaboração: o autor

Fonte: ADVAM (2019)

Em relação aos dados apresentados anteriormente, os trabalhadores com deficiência visual cumprem a exigência das empresas do PIM, de contratarem funcionários com no mínimo ensino médio completo, com uma ligeira flexibilidade, aceitando ensino fundamental completo, numa tentativa de conseguirem cumprir a cota de vagas.

Segundo a presidente da ADVAM, a grande maioria dos associados que possuem nível superior completo, estão no serviço público, considerando que essa maioria tem graduação na área da educação.

De acordo com informações obtidas na ADVAM, todos os trabalhadores da instituição, que se encontram no setor produtivo do Polo Industrial de Manaus, possuem vários cursos de qualificação de curta ou curtíssima duração na área industrial.

Mesmo a despeito da qualificação média dos trabalhadores em foco, esse currículo não é o suficiente para assegurar uma vaga nas fábricas do PIM por

um longo tempo, pois, o tempo médio de trabalhador nas empresas é de um ano.
Fonte: (ADVAM, 2019)

Dos 4 (quatro) trabalhadores por nós entrevistados, apenas 1 (um) acumula um tempo de serviço de 15 (quinze) anos na mesma empresa, sendo isso um fato pontual. Dito isso, podemos inferir que o nível médio de ensino, bem como a qualificação profissional dos trabalhadores, não é suficiente para estes se manterem por mais de 1 (um) ano na mesma empresa.

Ao perguntarmos aos trabalhadores definidos pelo critério de inclusão, qual o nível de importância da escolarização para a contratação nas fábricas do PIM, todos foram unânimes em dizer, que foi importante, mas não foi fundamental, pois, se eles tivessem apenas o ensino fundamental completo ou incompleto, teriam sido contratados do mesmo jeito.

De acordo com os entrevistados, o que permitiu a contratação deles, foi o fato de a empresa estar precisando cumprir a cota de vagas e eles possuírem baixa visão, uma vez que não havia necessidade de nenhuma adaptação nos postos de trabalho.

Outra informação importante, foi o fato de ao serem contratados pela primeira vez, a falta de experiência não representou nenhum entrave para a admissão.

Diante de todas as informações obtidas, podemos dizer conclusivamente, que a exigência de qualificação profissional para os postos de chão de fábrica é totalmente desnecessária, bem como, a escolarização não tem impacto fundamental e decisivo para a contratação.

Ao seguirmos uma perspectiva histórica e dialética, com o intuito de desvelar, compreender e traduzir o objeto de nosso estudo, no que se refere à escolarização das pessoas com deficiência visual, enquanto mão-de-obra para o Polo Industrial de Manaus, bem como, os impactos que essa educação provocam no processo de inserção no mercado de trabalho, não podemos nos furtar de aprofundarmos uma reflexão sobre o contexto neoliberal e globalizante em que esses sujeitos caminham pelos varadouros da educação.

A educação tornou-se uma mercadoria, um produto altamente vendável e rentável. Em sendo um bem de consumo, logo não é acessível a todos os indivíduos. Assim, a elitização e a seletividade do conhecimento, são consequências inevitáveis, que se manifestam em forma de analfabetismo,

miséria, fome, violência urbana, desemprego, enfim, condições de vida degradante.

Todas as mazelas sociais por nós referidas, são muito atuais em nosso país. O desafio para inverter esse cenário, perpassa pela justiça social, distribuição de renda democrática e equiparação de oportunidades, reduzindo o abismo societário que existe entre as classes sociais, como é o caso do nosso país.

Indiscutivelmente, a educação não pode ficar alheia das agendas sociais e políticas de qualquer governo, no entanto, esta não pode, em hipótese alguma, ser de forma arbitrária, determinada por elas, sem dialogar com a realidade, alterando-a, melhorando a vida da população.

Ao falarmos de educação no contexto capitalista, não podemos nos esquivar de refletirmos acerca da escola, a qual concebemos como instituição provedora de conhecimentos e de socialização de saberes amplos, libertários e fundamentais para a construção de um homem inteiramente integrado ao seu tempo.

Por meio do trabalho, o homem se firma como homem, altera a natureza e modifica suas condições de vida. Por meio do trabalho também é explorado, alienado e apropriado. Perante essas duas faces, é pertinente perguntarmos: qual o papel da escola, no que diz respeito à preparação para o mundo do trabalho, preconizado em nossa Constituição Federal de 1988, no cenário social contemporâneo? Qual o escopo específico da educação formal escolar? O que é escola conceptualmente?

A exemplo de toda e qualquer instituição de nossa sociedade, a escola não pode ser observada como independente, com autonomia de ação, alheia à contextura social da qual participa. Muito pelo contrário, ela é parte integrante, um ponto perfeitamente conectado na teia do conjunto de fenômenos da totalidade social. Assim sendo, não é algo estanque, acabado, e sim, a resultante das práticas sociais, logo, sujeita à mudanças, à transformações. Há que se ter zelo, no entanto, com que tipo de mudança e alteração ocorrerá no interior das escolas.

“A escola tem uma função específica, educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento, e é preciso pois, resgatar a

importância da escola e reorganizar o trabalho educativo” (SAVIANI, 1997, p. 101).

Concordamos que a função precípua da escola seja a socialização de conhecimentos, todavia, não conhecimentos enciclopédicos e puramente abstratos, mas conhecimentos reais, vivos e concretos, inteiramente interligados aos fenômenos experienciais da vida dos educandos.

Comungamos do pensamento, que a função da escola está para além dos meros ensinamentos pedagógicos didáticos formais. Na contemporaneidade, os espaços escolares devem adequar-se aos momentos histórico e político em que vivemos.

De acordo com o posicionamento de Saad (2003), a escola, pois, deve assegurar a oportunidade de maior integração nos relacionamentos com os outros, com vista à formação de um cidadão.

Percebemos que no processo de construção social dos indivíduos, Saad (2003) valoriza integração entre as pessoas, considerando de grande importância no contexto da cidadania. Esse pensamento tem a nossa concordância, pois, é no convívio com o outro, firmando uma relação de reciprocidade, que os homens aprendem e se educam coletivamente, tendo todos os vieses societários como catalizador. Em uma relação simbiótica, o eu é forjado pelo(s) outro(s), ao mesmo tempo que o inverso também ocorre.

Para Vygotsky (2004), a escola tem como tarefa a aproximação da pessoa com deficiência ao convívio da sociedade. A aproximação a que Vygotsky se refere, em tempos de políticas públicas, é o que chamamos de inclusão. E especificamente na seara da educação, a escola apresenta destaque relevante, onde o problema de acesso, de acordo com Teperino (2003), pode ser considerado como fator que provavelmente mais obstaculize a inserção das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho.

Concordamos com Teperino (2003). Como já vimos, a educação, salvo alguns e poucos postos de trabalho, é fundamental em nossos dias, praticamente para todas as funções do setor produtivo avançado, estando estreitamente atrelada à qualificação, pois, uma depende da outra, que combinadas entre si, proporcionam melhores perspectivas ao trabalhador no mercado de emprego.

Por sua vez, Padilha (2007) afirma que o papel da educação é condição para o desenvolvimento e se dá num processo contínuo desde o nascimento do indivíduo.

O autor anterior está se referindo à educação ampla, da qual a educação escolar participa. Sob um outro aspecto, se a formação do ser humano é um processo contínuo, logo, se ratifica o pensamento que este é um projeto inacabado, havendo, portanto, a necessidade de se assisti-lo em toda sua existência.

A partir do momento que a escola cumpre com o seu papel preestabelecido pedagogicamente, desde que estejam inseridos objetivos libertadores, certamente que ela estará ofertando uma educação com qualidade. Neste sentido, entendemos que uma educação de qualidade, é aquela capaz de promover cidadania, atuando no combate às desigualdades sociais, bem como, a promoção de um Estado justo, laico e democrático.

Em pleno século XXI, ainda é comum no Brasil, a visão acerca da educação como um mero instrumento para inserção no mercado de trabalho. Certamente que a educação pode proporcionar melhores oportunidades laborais, mas ainda pouco se reconhece a educação como mecanismo de ampliação de visão de mundo.

As políticas públicas de cunho neoliberal têm a imensa capacidade de introjetar nos indivíduos, que a educação está necessariamente vinculada à atividade laborativa, desenvolvendo assim, a cultura do fetiche do trabalho. Fetiche, porque para muitos, o trabalho é a única fonte realizadora de sonhos, o que não é plenamente veraz. Se o é para alguns, certamente que não é para todos, enquanto houver desigualdade de classe.

Toda realidade está sujeita à alteração. Assim, seja por uma vaga de emprego, seja por esclarecimento, nada impede, e por que não, que as duas coisas caminhem juntas, contribuindo significativamente para um maior desenvolvimento pessoal dos indivíduos, entre eles as pessoas com deficiência visual.

Após verificarmos os impactos da educação no processo de inserção dos sujeitos alvo, no campo produtivo profissional, e interpretando os dados obtidos, buscando fazê-lo com profundidade, entendemos que alcançamos o segundo objetivo específico de nossa pesquisa.

Subsidiado por importantes informações obtidas em nossa investigação de campo, podemos dizer que uma vez desvelado esse importante elemento pertinente ao acesso ao trabalho, que é a educação, já nos é possível analisar com maior segurança, a realidade empregatícia das pessoas com deficiência visual nas empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, no terceiro capítulo deste trabalho.

Ressaltamos a valorização das vozes dos atores principais dessa pesquisa, por serem eles os mais vulneráveis no processo da inclusão no trabalho, bem como, sabemos, existe uma necessidade de desconstrução de ideias, estigmas, entre outros comportamentos humanos desumanizados.

A seguir, demonstraremos segundo os próprios trabalhadores com deficiência visual, como ocorre a relação entre eles e as fábricas do Polo Industrial de Manaus, delimitadamente no setor eletroeletrônico.

Certamente que não minimizamos a importância do posicionamento das empresas na dialética do processo de oferta e procura de vagas de emprego, entretanto, quando não nos é possível fazê-lo, o valor da fala dos sujeitos sociais não se reduz, muito pelo contrário. O verbo fala, mas o silêncio também o faz.

3 OS TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS: A SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA

3.1 As pessoas com deficiência visual rumo ao mercado de trabalho em Manaus

Diante da complexidade das relações pessoais e sociais, antes de conhecermos a realidade trabalhista das pessoas com deficiência visual no Polo Industrial de Manaus, temos o entendimento que devemos fazer um aprofundamento sobre o campo temático em abordagem.

Neste sentido, podemos enveredar pela mobilização desses sujeitos, objetivando o mercado de trabalho. Para tanto, temos que recorrer às ações da Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM), pois os rumos da pesquisa nos conduziram para a instituição representativa do segmento, por ser esta o ponto de partida para a inserção laboral dos atores principais dessa pesquisa.

Em um certo momento histórico brasileiro, vários segmentos sociais entenderam que era chegada a hora da consolidação de direitos, via ordenamento jurídico. União, organização, proatividade e participação, foram elementos fundamentais para orientar a legislação em voga no momento atual, preconizante da inclusão em todas as suas dimensões, dentre elas, a do trabalho.

Dito isto, podemos afirmar seguramente, que a participação das pessoas com deficiência visual no meio produtivo formal em Manaus, tem como grande importância a Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM).

Para alcançar o fortalecimento social, as pessoas com deficiência no Brasil, buscaram a organização em associações a nível municipal ou estadual, normalmente vinculadas a uma representação nacional. Comumente, essas instituições têm um amplo campo de atuação, não se restringindo a uma área especificamente, embora algumas iniciativas, demonstrem afinidade com o esporte ou qualificação e colocação profissional. Assim, para falarmos sobre os trabalhadores com deficiência visual, vamos conhecer a ADVAM?

Nossa contemporaneidade é resultante de um processo histórico, político e social. Dessa forma, é importante fazermos uma leitura da relação das pessoas

com deficiência visual de Manaus, para com a principal associação representativa do segmento.

Na década de 1980, o movimento associativista espalhava-se por todo o Brasil. Era um momento de intensa mobilização das mais variadas parcelas sociais, mormente porque o Brasil nesse período, encontrava-se ainda sob o governo militar, e a luta por direitos e liberdade política era a tônica social.

O apogeu da Zona Franca de Manaus, na década de 1980, ocorre concomitantemente ao surgimento do movimento associativista das pessoas com deficiência visual na cidade de Manaus. Este tema foi explorado em nossa dissertação de mestrado, intitulada “Política Pública de Inclusão: o Atendimento Educacional Especializado para educandos com deficiência visual no município de Manaus/AM” e defendida em 2015 na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na qual dedicamos um capítulo ao tema.

Mas quem são os deficientes visuais? De acordo com o Decreto nº 5.296/04, conceitua-se como deficiência visual: Cegueira - na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Baixa Visão - significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; Ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

Vale salientar, que a inserção do termo baixa visão, se deu a partir da edição do decreto supracitado.

Se pessoas cegas são aquelas desprovidas de percepção de imagens ou cores, “As pessoas com baixa visão são aquelas que, mesmo usando óculos comuns, lentes de contato, ou implantes de lentes intraoculares, não conseguem ter uma visão nítida.

As pessoas com baixa visão podem ter sensibilidade ao contraste, percepção das cores e intolerância à luminosidade, dependendo da patologia causadora da perda visual (BRASIL, 2007).

No final da década de 1970, o Brasil se move, no sentido de oferecer educação formal aos educandos com deficiência. Porém, nesse período, prevalecia o pensamento que a melhor alternativa, eram as escolas especializadas para cada segmento.

Na metade da década de 1980, o Amazonas funda a Escola Estadual Joana Rodrigues Vieira, especializada para atendimento de educandos com deficiência visual.

Em março de 1986, a Escola Joana Rodrigues Vieira recebeu a visita do presidente da Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos (FEBEC), Sr. Aldo Linhares Sobrinho, e o representante da (já extinta) União Latina Americana de Cegos (ULAC), Sr. Adilson Ventura, que contribuíram com orientações documentais para a fundação da Entidade representativa do segmento.

Em 11 de outubro de 1986, foi criada a Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM) nas dependências da Escola Joana Rodrigues Vieira, por iniciativa de discentes e seus familiares, docentes e comunitários, sob a identidade jurídica de Organização Não Governamental (ONG)²⁸.

As Organizações Não Governamentais, fazem parte de um conjunto de instituições privadas, criadas sem fins lucrativos, com atividades pautadas no voluntariado, na filantropia e na inclusão. Essas organizações normalmente são fundadas por insuficiência do Estado em determinados setores da sociedade civil, visando a consolidação da cidadania, em suas múltiplas dimensões.

Criada com 31 (trinta e um) sócios fundadores, o primeiro presidente da Entidade foi o Sr. Luiz Gonzaga de Araújo Lima (de 1986 a 1988), que atualmente é professor das séries iniciais na escola onde a ADVAM fora fundada e professor de informática para deficientes visuais no laboratório da instituição.

Ao longo de toda sua história, a ADVAM já possuiu 13 (treze) presidentes. Fomos o 10º presidente, ficando à frente da Instituição de 2007 a 2009. A ADVAM tem por finalidade atuar em favor das pessoas com deficiência visual, associadas ou não, promovendo sua inclusão em todos os aspectos da vida, combatendo todo tipo de discriminação, advindo do seu estado de cegueira, visando seu bem-estar pessoal e social.

²⁸ “O conceito de Organização Não Governamental - ONG foi formulado em 1940 pela Organização das Nações Unidas - ONU, para caracterizar as entidades da sociedade que atuavam em projetos humanitários ou de interesse público. A expansão dessas organizações ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, na América Latina, onde se começou a perceber o importante papel na luta contra Estado bem como a importância das mesmas, na construção de políticas públicas e na implementação de mudanças (DIAS, 2003, p.15).

Até o mês de fevereiro de 2019, o quadro associativo da entidade acusava um quantitativo de 2010 pessoas associadas, devidamente cadastradas (Fonte: ADVAM, 2019).

Dentre vários registros, a ADVAM está registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS; membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD; membro do Conselho Estadual do Direito das Pessoas com Deficiência - CONED-AM; filiada à Organização Nacional dos Cegos do Brasil - ONCB (Fonte: ADVAM, 2019).

Podemos afirmar, que no interesse dos deficientes visuais organizarem uma entidade representativa do segmento, já estava subjacente o sonho de seus idealizadores, de lutar por melhores oportunidades em todos os campos da seara social. Certamente que as atuações iniciais eram voltadas para a subsistência, e depois, por uma vida mais ativa, mormente pela possibilidade de frequentar a escola.

“No município de Manaus, a ADVAM que fora criada com características filantrópicas e sem fins lucrativos, que sobrevive de doação, nas duas primeiras décadas de fundação, suas ações eram voltadas para o assistencialismo, expressando a preocupação de seus gestores, principalmente com a subsistência de seus membros, haja vista, que na sua maioria são considerados carentes” (BATISTA, 2015, p. 37).

Esta realidade é consequência da apatia e omissão do Estado na vida social desses indivíduos, com a falta de ações afirmativas que respondam às suas verdadeiras carências. Por razões sociais, políticas e históricas, é sabido que as pessoas com deficiência, por muitos anos, foram alijadas das vantagens criadas pelo Estado, vivendo à margem periférica da sociedade.

Uma vez organizados em associação, as pessoas com deficiência visual em Manaus, socializavam suas dificuldades em rodas de conversa. Isso contribuiu para alguns ousarem adentrar no campo educacional e ao mercado de trabalho. Assim sendo, os deficientes visuais, com apoio de suas famílias, passaram a vivenciar um período de transição da prática caritativa para uma vida com autonomia e independência.

A dinâmica social da excludência, encimentou a prática cultural da dependência e das ações filantrópicas alheias. A referida cultura, até hoje pode

ser observada entre uma minoria dos membros associados. Porém, por meio de um processo gradual, mas contínuo, de uma política interna da ADVAM, de incentivar a busca por maior mobilidade social está se alterando.

Num passado relativamente recente, persistia entre os deficientes visuais participantes da Entidade, o pensamento da tutela, ou seja, a Associação deveria abrigá-los, provendo suas necessidades fundamentais de subsistência, e entre alguns, prevalecia a ideia do “coitadismo”. Assim, não havia, portanto, preocupações maiores com o desenvolvimento pessoal e progresso social.

A superproteção por parte das famílias e a requisição de benefícios do governo federal (principalmente o BPC), eram ações muito comuns. Neste sentido, desprovidos de automotivação e sem o incentivo de suas famílias, raros eram aqueles que se aventuravam buscar conquistar sua independência financeira.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um programa de transferência de renda do governo federal, para pessoas com deficiência, sem as mínimas condições de se auto sustentar. Normalmente, é confundido com aposentadoria. “Essa interpretação, os fazia acreditar que não havia necessidade de avançar na escolarização e, conseqüentemente, ingressar no mercado de trabalho” (BATISTA, 2015, p. 37).

O núcleo familiar, enquanto primeiro grupo social do qual o indivíduo participa, também pode ser o primeiro a desenvolver, o sentido de pertencimento da pessoa com deficiência ao seu ambiente transversal, onde estabelece relações físicas e societárias.

Uma família que infantiliza o deficiente visual, não desenvolve ações de incentivo à independência e autonomia, supervalorizando o Benefício de Prestação Continuada, dificulta o processo de inclusão desse indivíduo.

A falta de estabilidade empregatícia no setor privado era, e ainda é, um fator agravante, desencorajando-os para o emprego formal, em função da incompatibilidade de renda.

De acordo com a política neoliberal, a tendência é a redução do Estado, ficando a critério do setor privado e econômico, o norteamento de grande parte da vida dos cidadãos.

Na década de 1990, alguns deficientes visuais foram estudar no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. Ao regressarem, concluíram o ensino

médio em magistério, o que motivou outros colegas do segmento, a avançarem em sua escolarização, apesar de todas as dificuldades de acesso escolar na época.

Com o curso de magistérios, alguns deficientes visuais ampliaram seus horizontes profissionais, conquistando uma colocação no mercado de trabalho, como postula Batista:

Superado o paradigma do assistencialismo e, firmando cada vez mais o desejo de protagonizar o seu próprio destino, o deficiente visual “se lança em voo” para conquistar seu espaço, na condição de partícipe contribuinte da sociedade, ciente do que lhe é de direito e de suas obrigações societárias (2015, p.37).

Na fala do autor recém citado, as pessoas com deficiência visual aos poucos vão buscando incorporando seu papel de cidadão.

A ADVAM, desde a sua criação, sempre teve a preocupação com a inserção de seus associados no setor produtivo formal. Neste sentido, através da diretoria da profissionalização e trabalho, promove “cursos profissionalizantes, em parceria com Instituições públicas e privadas, recebe e distribui currículos dos associados, para as empresas, visando a inserção no mercado de trabalho” (BATISTA, 2015, p. 27).

Se a ADVAM assume o papel de mediadora entre os trabalhadores com deficiência visual e as empresas, logo, não há eficiência nessas ações, da parte do Estado.

No biênio 2018/2019, a Associação, em parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), tem oferecido cursos de Informática adaptada, café da manhã, doces, salgados e massoterapia.

Outras parcerias firmadas são com o Sistema Nacional de Emprego: SINE-Manaus e SINE-AM, que oferecem cursos de qualificação com recursos federais. E ainda, se vale do programa Acesso à Cidadania, implementado pela prefeitura de Manaus, que encaminha pessoas com deficiência para estágios remunerados em Instituições municipais de Manaus, por tempo limitado, bem como, para o mercado de trabalho em geral, para que um indivíduo que apresente acentuada limitação biológica, conduza com autonomia seu caminhar na sociedade da qual participa.

Faz-se mister imprimir uma boa dose de coragem para a tomada de certas decisões pessoais. Assim sendo, “a decisão de enfrentar a realidade social extradomiciliar, perpassa pela “alforria” da superproteção, pela elevação da autoestima, bem como, da aceitação da própria deficiência” (BATISTA, 2015, p. 39).

Admitir, reconhecer sua condição limitante, faz parte do processo do desenvolvimento pessoal da pessoa com deficiência. Wright (1960) assevera que a pessoa ao aceitar bem sua deficiência está mais apta a considerar que as pessoas com quem se relaciona estão genuinamente interessadas nela e, conseqüentemente, as interações sociais não são ameaçadoras.

Concordamos com o autor anteriormente citado. Entendemos que o primeiro passo para se promover uma transformação de conceito e quebra de paradigma, é a aceitação de sua condição biológica reduzida. Neste jogo psicológico, o não se aceitar pode ser o maior impeditivo para que a aceitação por parte do outro se efetive. Dito de uma outra forma, a pessoa com deficiência deve se permitir aceitar, e por extensão, ser aceita pelos outros.

É relevante salientar, que o fato dos deficientes estarem abandonando sua zona de conforto, e buscando sua inserção no mercado de trabalho, não significa que estamos falando de uma cidade acessível e de uma sociedade inclusiva. Não. Não estamos. Determinação, é o motor que os move (entre os quais nos incluímos), para superar diariamente, uma mobilidade urbana obsoleta (calçadas irregulares e obstruídas, transportes públicos inacessíveis, ruas mal sinalizadas), acrescidas de barreiras atitudinais, com interações conflituosas em público (BATISTA, 2015, p. 39).

A teia social, por apresentar uma configuração interrelacional e transversal, só podemos acreditar que a inclusão pode ser efetivada, a partir do momento que a sociedade se prepara para esse modo de viver, por meio de atitudes socialmente humanizadoras e respeitosas.

Na dissertação de mestrado de Lemos (2008), temos a fala de um professor com deficiência visual de Manaus, expressando sua insatisfação: “Temos um problema muito sério de relacionamento com motoristas de ônibus, que não nos veem como cidadãos, e sim, como pessoas que não pagam passagem, e isso não é verdade”. Na narrativa do entrevistado de Lemos (2008), temos apenas um exemplo do quanto precisamos reconfigurar nossa sociedade.

Com a prática de realizar rodas de conversa acerca dos direitos das pessoas com deficiência, a importância da escolarização e por extensão, da qualificação profissional, para que assim, se eleve as perspectivas frente ao mercado de trabalho, tem aumentado a cada ano o quantitativo de associados melhorando sua escolarização e ingressando no ensino superior e buscando os cursos de qualificação profissional.

É importante dizermos que não basta tão somente as pessoas com deficiência buscarem escolarização e qualificação profissional. O governo, enquanto o condutor maior das políticas públicas, deve dispensar atenção, no sentido de fazer todo o arsenal legal com vista à inclusão, em toda sua integralidade.

Entre sair de um ponto fora do mercado de trabalho, e chegar até os postos laborativos, várias etapas devem ser cumpridas com eficiência. Seleção, recrutamento e encaminhamento, são processos que envolvem muitas variáveis objetivas e subjetivas, nas quais nem sempre as pessoas com deficiência visual atendem as exigências.

3.2 Aspectos Éticos

Por envolver diretamente seres humanos, este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa por meio da Plataforma Brasil sob o número do CAAE: 09939519.7.0000.5020. Atende a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que assegura o direito dos colaboradores da pesquisa, apresentando os princípios éticos tais como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.3 Seleção, Recrutamento e Encaminhamento

Para que um trabalhador com deficiência visual, seja inserido no quadro funcional de uma empresa, um longo caminho sistematizado deve ser percorrido. Assim sendo, competir, recrutar²⁹, selecionar, escolher um em detrimento do outro, tudo isso faz parte da prática mercadológica do mundo moderno e capitalista. Todos os critérios estabelecidos e implementados, para permitir que um trabalhador seja convidado a participar do quadro funcional de uma empresa, são exigências criadas e fundamentadas nas demandas do setor produtivo, com o único objetivo que é a lucratividade.

Quando falamos em “convidar” o trabalhador, é pelo fato deste, por necessidade de subsistência, mormente nas grandes cidades, não tem outra alternativa senão submeter-se a crivos extremamente rígidos, considerando que uma imensa quantidade de pessoas também está em busca da mesma possibilidade de vender sua força de trabalho. Cada um com seu sonho de felicidade, que normalmente perpassa por uma oportunidade de receber um salário no final do mês.

Nos países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, o problema se reveste de gravidade, considerando alta taxa de desemprego, economias instáveis, sistemas educacionais deficientes, entre outros.

Diante de toda a competitividade imposta pela natureza, podemos perguntar: por quanta seleção o ser humano tem que se submeter ao longo de toda sua existência? A diversidade biológica é natural, e o neoliberalismo se vale dessa verdade para estabelecer diferenças e diferenciar as pessoas.

A multiplicidade de características específicas entre os seres humanos, não podem servir de critérios de seleção para quem deve ter ou não, oportunidades na seara social; quem deve ter ou não a uma vida digna e decente.

²⁹ O recrutamento pode ser entendido como um processo pelo qual uma instituição atrai candidatos para seu processo de seleção. Está estreitamente relacionado com a comunicação, ou seja, a empresa dá publicidade acerca das oportunidades de emprego, cujo informe pode ser interno ou externo. Interno, quando é realizado dentro da própria empresa e, externo, quando é amplamente divulgado em sítios eletrônicos, rádios, jornais impressos ou televisivos ou ainda nas redes sociais.

Um elemento crucial no processo de contratação dos trabalhadores com deficiência visual para o mercado de trabalho em Manaus, é a seleção. Esse processo significa ser escolhido entre tantos. Para quem está acostumado a enfrentar todo tipo de obstáculo social, para sobreviver e firmar-se enquanto cidadão, é mais uma barreira a ser ultrapassada, o que não quer dizer que seja menos sofrível.

A seleção e o recrutamento dos sujeitos em foco, seguem um roteiro relativamente extenso, que começa com o próprio candidato, normalmente passando pela ADVAM e finalmente pelas empresas.

Inicialmente, o candidato deve sentir-se preparado para assumir certos postos de trabalho, qualificado para ser selecionado pela sua associação representativa, e posteriormente, cair no agrado do recrutador do setor de RH, que normalmente é um profissional da psicologia, o qual detém o poder de decidir quem irá compor temporariamente o conjunto de funcionários da empresa.

Na Europa, uma novidade na área, é a seleção às cegas. Foi desenvolvida uma tecnologia chamada “*The experience*”, constituída de vídeos, algoritmos e inteligência artificial, promete selecionar candidatos, pela sua formação e não pela origem universitária ou aparência física. Seus criadores afirmam que a técnica evita preconceitos e discriminação, elevando o volume de diversidade cultural nas empresas. Isso pode favorecer pessoas com deficiência, de grupos LGBTQI+ e pessoas de diferentes raças. Esta tecnologia ainda é pouca explorada no Brasil.

Apesar de todas as formas de avaliação para admissão profissional, as pessoas com deficiência visual, preferencialmente com baixa visão, conseguem algumas contratações.

De acordo com o Diretor de profissionalização e trabalho da ADVAM, nos últimos 4 (quatro) anos, assim ocorreu o encaminhamento e admissão de associados para/no Polo Industrial de Manaus:

Tabela 2 – Trabalhadores encaminhados e admitidos pelo Polo Industrial de Manaus (Quatro anos)

ANO	NÚMERO DE ENCAMINHADOS	ADMITIDOS
2016	09	03
2017	05	03
2018	06	01
2019	07	02

Elaboração: o autor

Fonte: ADVAM

De acordo com os dados anteriores, somente para o setor eletroeletrônico, a ADVAM nos últimos 4 (quatro) anos, encaminhou 27 (vinte e sete) trabalhadores, conseguindo inserir apenas 9 (nove) pessoas.

Outro dado relevante, é o fato de: do total de trabalhadores encaminhados, 20 (vinte) eram do sexo masculino e 7 (sete) eram do sexo feminino. Quanto à acuidade visual dos trabalhadores envolvidos no encaminhamento, todos tinham baixa visão. Segundo o Diretor da profissionalização e trabalho da ADVAM, ter baixa visão é um dos critérios de seleção estabelecidos pelas empresas.

Ao perguntarmos ao Diretor quais as maiores dificuldades de inserir os deficientes visuais no Polo Industrial de Manaus, ele respondeu:

Quadro 3 – As palavras da ADVAM

Professor, as empresas dizem que o deficiente total (se referindo ao cego) pode trazer uma insegurança pra eles, e até mesmo pra... pra... própria pessoa [...] pode causar acidente. E continua dizendo: “o grau da acuidade visual deles, eles não inserem devido isso aí”.

Elaboração: o autor

A conclusão é simples. Dito de outra forma, quanto menor a capacidade visual do candidato, menor a chance de ser admitido.

O argumento da preocupação com a integridade física das pessoas com deficiência também foi observado na pesquisa de mestrado de Reis (2006), sobre a inserção do surdo nas fábricas do Polo Industrial de Manaus, quando uma pessoa da empresa se referindo à contratação de surdos:

Quadro 4 – Palavras da ADVAM

Empresa: “[...] a nossa grande preocupação com os PNEs é com relação à segurança, então o mínimo que a gente exige é que a pessoa possa, pelo menos, ler as placas de indicação para não ter problemas com acidentes”.

Elaboração: o autor

Outra empresa, faz referência aos deficientes físicos e visuais:

Quadro 5 – Palavras da ADVAM

Empresa: “[...] na verdade nós temos mais facilidade de alocar o surdo que o deficiente físico porque em geral os postos de trabalho exigem uma mobilidade que acabam ficando dificultosa para o deficiente físico, seja faltando uma perna, um braço ou alguma coisa assim. Deficiente visual nós não temos porque é complicado inseri-los em nosso processo, trabalhamos com máquinas aquecidas, circuitos elétricos, então é complicado trabalhar com o visual”.

Elaboração: o autor

A leitura que fazemos acerca da fala das empresas, é que o foco está na deficiência e não nas capacidades laborativas do indivíduo. O trabalhador com deficiência não precisa, necessariamente, exercer atividades em postos com alta periculosidade. Neste caso, é a acessibilidade que não está sendo levada em consideração.

O Diretor da pasta do trabalho da ADVAM ainda acrescenta: “eles pegam mais é deficiente visual leve, monocular, ou perda parcial de um olho”. “[...] é muito triste o que eles fazem com os nossos visuais”.

À medida que os empregadores optam por contratar pessoas com deficiência leve ou imperceptível, do ponto de vista estético, se constitui em obstáculos para deficientes visuais, físicos e intelectuais (ARAUJO; SCHMIDT, 2006; NASCIMENTO; MIRANDA, 2010; SCHWARZ; HUBER, 2006).

É possível comprovarmos essa justificativa, ao lermos os números de admitidos. A adaptação nos postos de trabalho, também surgem como um empecilho para contratação.

Acerca das maiores reclamações dos trabalhadores inseridos, o Diretor conclui dizendo: “o carro-chefe é o desvio de função. Eles assinam a carteira

para um determinado setor, e daqui a pouco eles estão mandando fazer isso, fazer aquilo...inclusive serviços gerais, e aí é geral em todas as empresas”.

O desvio de função, ratifica a hipótese que nas empresas do Polo Industrial de Manaus, ainda prevalece a prática da integração, onde o trabalhador tem que se adaptar à empresa, e não da inclusão, onde o empregador deve por lei, oferecer todas as condições, inclusive adaptativas, para que o indivíduo possa executar suas funções com eficiência.

Outra conclusão diz respeito ao fato que prevalece entre os trabalhadores do PIM a qualificação polivalente. Oliveira; Araújo e Romagnoli (2006); Serrano (2007), denunciam a precarização do trabalho das pessoas com deficiência nas empresas: desvio de função, setores compostos apenas por pessoas com deficiência e restrições funcionais.

A visão das empresas em relação ao trabalhador com deficiência, pouco tem avançado. Pontualmente, são identificados casos de valorização da capacidade laboral desses sujeitos, mas de uma forma geral, a relação empresa/PcD ainda é perversa.

Estamos há duas décadas no século XXI, e ainda observamos posturas semelhantes às da década de 1920, quando Henry Ford, citado por Gleeson (1999), assim se referia às pessoas com deficiência em suas fábricas automobilísticas:

[...] se mostra totalmente desnecessária a exclusão dos deficientes das fábricas, embora a imensa maioria destas tenham assim procedido a mais de um século. Expulsam a torto e direito os deficientes do ramo do trabalho. Quanta imbecilidade e falta de visão sobre o futuro. Mal imaginam que esta atitude intempestiva e é de uma ignorância econômica atroz fomenta fenômenos como a mendicância. Penso totalmente diferente. Os deficientes devem ser entregues nas fábricas, tornando a caridade desnecessária, visto que aqueles que antes pareciam incapazes de ganhar a própria vida e eram retirados das classes produtivas passam novamente a ocupar lugar neste ambiente. Como fazer isso? Simples. Em todo processo produtivo existem funções em que o trabalhador não precisa de muita mobilidade para realizar. Algumas delas aliás, exigem um comportamento estático sob risco de perda da vida ou de membros. Limpeza ou desobstrução das máquinas e caldeiras é apenas um desses exemplos. Estas funções podem perfeitamente ser desenvolvidas pelos deficientes...[...] se contrata o trabalhador a um preço muito abaixo do que aquele que pagaríamos a um homem sadio. Pena que não tenha percebido isto antes. Teria feito mais lucro (p. 27-28).

Causa repugnância o pensamento de Ford, ao elevar o lucro a um patamar muito superior ao da dignidade humana. Não faço sequer referência à deficiência, pois, antes de qualquer especificidade limitante, os sujeitos são seres humanos.

Marx (1996), ao refletir acerca da exploração de todo e qualquer ser humano, afirmava enfaticamente, que o capitalismo também se apropriou dos corpos, em dissonância às normas instituídas.

O depoimento do Diretor da ADVAM nos conduz a refletir, que apesar de todas as inovações e renovações do capitalismo, a única coisa que não evoluiu foi a relação entre a classe burguesa e a classe dos proletariados. O interesse burguês é uma imposição arbitrária até hoje insolúvel.

Se por um lado, o liberalismo e o naturalismo consideram todos os indivíduos naturalmente iguais, em uma condição justa e libertária, Marx refuta esse pensamento, e assevera que em função das relações de produção, vivem em constante competição e desigualdade social.

Em nossos dias, em nossa realidade manauara, podemos comprovar a refuta de Marx. Se todo tem uma vida libertária, no momento da contratação, é decidido quem serve ou não para gerar riqueza.

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, assim, o conjunto das relações sociais. Conservação inalterada do velho modo de produção foi, ao contrário, à condição primeira de existência de todas as classes industriais anteriores.

O revolucionamento contínuo da produção, o abalo ininterrupto de todas as situações sociais, a insegurança e a movimentação eternas distinguem a época burguesa de todas as outras. Todas as relações fixas e enferrujadas, com o seu séquito de veneráveis representações e concepções, são dissolvidas; todas as relações novas, posteriormente formadas, envelhecem antes que possam enrijecer-se. Tudo o que está estratificado e em vigor volatiliza-se, todo o sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar a sua situação de vida, os seus relacionamentos mútuos com olhos sóbrios (MARX e ENGELS, 1986, p. 3).

Os pensadores citados, fazem referência a um novo modo de viver. Sob a imposição de uma nova ideologia, que fragiliza as relações humanas, onde a incerteza, os enganos e desenganos, se naturalizam e se banalizam, na

corrosiva vida competitiva entre as pessoas, com o vislumbre de uma pseudo esperança de felicidade por meio do consumo, do “ter” e não do “ser”.

Assim, consideramos pertinente, fazermos uma abordagem acerca da epistemologia³⁰ da relação entre corpo e trabalho.

O capitalismo para se manter vivo, se apropria de todos os elementos constituintes do ser humano, inclusive o subjetivo e corpóreo. Assim, naturalizou-se a ideia de que as pessoas com deficiência, por apresentarem algum tipo de limitação, não são valorizados. Há, portanto, uma exigência de corpos considerados perfeitos para o máximo de produção.

Soares (1994) corrobora ao considerar o corpo como mercadoria, afirma: um dos objetos a ser controlado para manter os privilégios do capital. Afirmamos, que essa apropriação ultrapassa as fronteiras do corpo meramente.

Sobre o aspecto subjetivo humano, capturado pelo capitalismo, Deleuze e Barnett (1998) assim refletem sobre o corpo afirmando ser comunicação, veículo, possibilidade e limitação. Potência de informação, potência de criação, possibilidade de transgressão. É a morada e o guardião da alma, da razão, dos desejos e vontades, dos sentidos.

O corpo é também o limite espacial do sujeito em relação ao mundo. Não um limite de possibilidades relacionais, mas sim, uma espécie de unidade entre, dentro, sobre e sob infinitas outras. O corpo, entretanto, não é só corpo, ele é corpo e alma, um atributo do corpo e também o expresso da alma.

Em função da vida alienante a que o ser humano foi submetido ao longo dos últimos séculos, normalmente o empregador desconsidera o aspecto subjetivo do trabalhador, sendo este visto como uma máquina produtora desprovida de alma.

Em uma de nossas visitas à ADVAM, a instituição recebeu a representante do SINE-AM, em busca de estabelecer parceria, justificando que não possui muitas informações acerca de trabalhadores com deficiência visual em seu banco de dados. O que comprova que a maioria das pessoas com

³⁰ De acordo com Oliveira (2012), entende-se por epistemologia, “[...] um dos ramos da filosofia que estuda o conhecimento científico. [refletindo] criticamente sobre problemas referentes às ciências, em termos de sua cientificidade e fundamentos teóricos, perpassando pelo debate do processo do conhecer humano e da produção histórica dos saberes”.

deficiência visual não recorrem comumente ao SINE para encaminhamento às empresas do Polo Industrial de Manaus e outros setores do mercado de trabalho.

Além do Sistema Nacional de Emprego (SINE), da própria ADVAM, ou contatando diretamente com as empresas, os trabalhadores com deficiência visual também recorrem ao banco de dados para encaminhamento para o mercado de trabalho da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), a qual implementa o programa Acesso à Cidadania.

A coordenadora do programa afirma que já registra um quantitativo de mais de 800 (oitocentos) cadastros de pessoas com deficiência, que buscam uma colocação no mercado de trabalho. “O programa qualifica pessoas com deficiência para futura inclusão no mercado de trabalho, ocorre em dois momentos: alguns como bolsista da SEMMASDH e outros com encaminhamentos para as empresas que precisam cumprir as cotas para esse público”, concluiu a coordenadora.

Nos últimos 3 (três) anos, o volume de pessoas das diversas deficiências, que tiveram sua carteira de trabalho assinada, ficou assim distribuído, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3 – Trabalhadores com carteira de trabalho assinada

ANO	PESSOA COM DEFICIÊNCIA
2017	51
2018	29
2019	15

Elaboração: o autor

Fonte: SEMMASDH (2019)

De acordo com a SEMMASDH, nos últimos 4 (quatro) anos, o encaminhamento de trabalhadores com deficiência visual para o Polo Industrial de Manaus, teve a configuração demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 4 – Trabalhadores encaminhados ao PIM em quatro anos

ANO	ENCAMINHAMENTO	ADMITIDOS
2016	5	2
2017	4	2
2018	4	4
2019	3	1

Elaboração: o autor

Fonte: SEMMASDH (2019)

Em 4 (quatro) anos, foram encaminhados 16 (dezesesseis) pessoas com deficiência visual, atingindo a contratação de 9 (nove) pessoas.

Observando atentamente os indicadores anteriormente, apesar do percentual de contratação por encaminhamento ser elevado, é pífio o número de contratação de pessoas com deficiência visual. Não é nada animador a contratação de 9 (nove) trabalhadores em 4 (quatro anos).

Comparativamente com os dados da ADVAM, a SEMMASDH não difere muito, tanto no encaminhamento, quanto na contratação. Salienta-se que todos os encaminhados tinham baixa visão, e do total encaminhado e admitido, todos eram do sexo masculino.

A relação das pessoas com deficiência visual severa, com a maquinaria sofisticada não é positiva, pois tais tecnologias não são criadas para serem manuseadas por trabalhadores cegos. Adaptar, onera a empresa. Sabe-se que numa perspectiva mercantilista, a maior preocupação do empresariado, é o acúmulo de capital e não a responsabilidade social. Destarte, sinais luminosos, teclas não adaptadas e monitores sem leitores de tela são inteiramente incompatíveis com a capacidade sensorial dos cegos.

Na virada do século XX para o século XXI, houve uma aceleração no desenvolvimento de novas tecnologias. Em média a cada 4 (quatro) anos, surge uma inovação. No contexto do setor produtivo, o impacto no mercado de emprego é extremamente nefasto.

A microeletrônica está revolucionando a produção nas indústrias mecânica, siderúrgica, eletroeletrônica e química. A inteligência artificial permite

que robôs executem funções, substituindo o ser humano, com muitas vantagens para o empregador.

Os Controladores Lógicos Programáveis (CLPs), também chamados de gerentes eletrônicos, são capazes de tomar decisões, inclusive. Segundo definição do Instituto Americano de Robótica, “ele (o robô) é um manipulador reprogramável e multifuncional, projetado para movimentar ferramentas, operar dispositivos especiais e transportar materiais, por meio de movimentos programados variáveis, o que permite a execução de um conjunto diversificado de tarefas” (BORGES, 1992, p. 55).

A robotização das linhas de produção, oferece grande vantagem para a empresa, tanto em termos de precisão, sendo extensivo à qualidade, bem como no aspecto gerencial. Certamente que algumas funções têm se valorizadas, exigindo uma contínua requalificação dos profissionais das indústrias, mas isso não é capaz de evitar o aumento do desemprego em função da automação.

Borges (1992), a esse fenômeno, assim se reporta: com base em parâmetros médios, a implantação de uma máquina-ferramenta com CNC pode representar a dispensa de quatro a oito operários; já o robô, de cinco a sete trabalhadores.

Se considerarmos que o avanço do processo da robotização é inevitável, é de se esperar que a perda de vagas nos postos de trabalho nas linhas de produção tende a continuar por um tempo a perder de vista.

Oliveira complementa dizendo:

Atualmente, são fabricados até robôs programados para copiar o trabalho humano. Eles observam os movimentos, registrando as posições a cada vinte milésimos de segundo, sendo depois capazes de reproduzir toda a sequência de movimentos do operário, de forma contínua e em tempo real (OLIVEIRA, 2013, p. 75).

Não podemos perder o foco, que a tecnologia deve estar sempre em benefício do ser humano, inclusive, oportunizando ao trabalhador, o gozo do ócio produtor.

Arendt se posiciona e faz uma reflexão:

A discussão de todo o problema da tecnologia, isto é, da transformação da vida e do mundo pela introdução da máquina, vem estranhamente

enveredando por uma concentração demasiado exclusiva no serviço ou desserviço que as máquinas prestam ao homem.

A premissa é que toda ferramenta e todo utensílio destina-se basicamente a tornar mais fácil a vida do homem e menos doloroso o labor humano. Sua qualidade de instrumento é concebida exclusivamente neste sentido antropocêntrico [...] em outras palavras, o homo faber, o fazedor de instrumentos, inventou os utensílios e ferramentas para construir um mundo e não pelo menos originalmente para servir ao processo vital humano. Assim, a questão não é tanto se somos senhores ou escravos de nossas máquinas, mas se estas ainda servem ao mundo às coisas do mundo ou se, pelo contrário, elas e seus processos automáticos passaram a dominar e até mesmo a destruir o mundo e as coisas (ARENDR, 1981, p. 164).

O questionamento que podemos fazer acerca do assunto é: Estariam as máquinas contribuindo para mitigar o sofrimento do labor humano?

As empresas do Polo Industrial de Manaus, alinhadas às novas tendências tecnológicas dos meios de produção, caminham em consonância com o mercado internacional globalizado.

A pertinência do assunto para com nosso objeto em estudo, ocorre à medida que se a legislação que ampara o emprego formal das pessoas com deficiência, não contribui significativamente para beneficiar os deficientes visuais severos, por sua vez, a tecnologia não tem sido uma aliada desses sujeitos. O horizonte que se avista é de aumentar as dificuldades de inserção nas empresas do setor eletroeletrônico do PIM.

Apesar do cenário que se apresenta para as pessoas com deficiência visual não ser “florido”, não precisa necessariamente ser do jeito que se evidencia, pois somos perfeitamente capazes de reconfigurarmos nossos caminhos. As pessoas com deficiência visual não desejam uma sociedade mais justa e mais humana, elas querem uma sociedade justa e humana.

Na escalada de construção de uma sociedade que acolha a todos sem distinção, devemos nos debruçar sobre nosso modo de viver coletivamente, que para tanto, as pesquisas científicas no campo da sociologia, educação, filosofia, entre outros, são fundamentais. São essas partes que devemos ler e interpretar, para nos aproximarmos da compreensão do todo.

À medida que os interesses das empresas e dos trabalhadores com deficiência visual se antagonizam, facilmente emergem dificuldades para aquisição de informações acerca dessa relação.

3.4 Empresas do Polo Industrial de Manaus: o impedimento à realização da pesquisa

Considerando que nossa pesquisa se configura como um estudo de caso, buscamos via ADVAM, as 5 (cinco) empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, que contivesse o maior e o menor números de trabalhadores com deficiência visual em seu quadro funcional.

Segundo o IBGE, considera-se uma empresa ou indústria de grande porte aquela que possui um quadro funcional acima de 500 (quinhentos) funcionários.

O objetivo de fazermos a escolha de empresas pelo seu porte, é por entendermos que teríamos maior possibilidade de identificarmos uma fábrica com o maior número de pessoas com deficiência visual contratadas, e pela previsão da Lei n. 7.853/89 (regulamentada pelo Decreto n. 3.298/99), que torna obrigatório a contratação de pessoas com deficiência por parte das empresas, que possuem no mínimo 100 (cem) funcionários.

Identificadas as empresas de acordo com nossos critérios estabelecidos, partimos para a pesquisa de campo. Apesar de várias tentativas de contato com os diretores de RH das empresas, nossos esforços foram frustrados.

A seguir, a reação das empresas contatadas.

Empresa A: Não conseguindo contato por telefone, fomos pessoalmente até a empresa. Após explicarmos o motivo de nossa visita para uma funcionária da portaria, a mesma se comunicou com o setor de nosso interesse. Não nos foi permitido falar com os funcionários do setor de RH. Recebemos das mãos da funcionária um número de telefone para fazermos agendamento. No dia seguinte, ao tentarmos fazer contato, verificamos que o número que fora fornecido pertencia a uma outra empresa;

Empresa B: Ao falarmos com o Diretor de RH, por meio de celular, este encerrou a conversa dizendo: “vou logo lhe dizendo que por normas internas da empresa, não podemos fornecer qualquer informação sobre esses funcionários”;

Empresa C: Após várias tentativas de contato, conseguimos via telefone. Fomos informados que não havia ninguém adequado para falar sobre essas coisas;

Empresa D: Ao falarmos com um funcionário da portaria, este fez contato telefônico com o setor de Recursos Humanos, e este mesmo funcionário nos

transmitiu o seguinte recado: “Ele disse que aqui eles não deixam fazer esse tipo de pesquisa”;

Empresa E: Esta última, possui apenas 1 (um) funcionário com deficiência visual cumprindo a cota. Conseguimos conversar por meio de telefone com a diretora de RH, que solicitou nosso contato e que aguardássemos retorno. Aguardamos por duas semanas e voltamos a estabelecer comunicação. Recebemos a informação que deveríamos continuar aguardando.

Em pertinência com o momento de nossa investigação de campo, Reis (2006) infere que “a linguagem se configura de diferentes formas, podendo denominar uma ação, um gesto, uma enunciação ou um silêncio” (p.80).

Reis (2006) ainda complementa dizendo que o silêncio pode permitir uma multiplicidade de interpretações. Comungamos com a afirmativa da autora, pois o silêncio pode emitir muitas mensagens. Muito mais que palavras, quando essas são verbalizadas por um emissor.

O contexto em que o fato ocorreu, a negação das empresas em colaborar com a pesquisa, pode sugerir omissão, medo de expor o não cumprimento da legislação, a realidade empregatícia dos trabalhadores com deficiência visual, em desacordo com o conceito de trabalho decente, ou ainda, receio de serem notificadas/multadas pelos órgãos de monitoramento do cumprimento da lei.

Podemos ainda supor que as empresas não veem nenhum retorno que possa ser revertido em lucro. Se assim o for, mais uma vez, testemunhamos o desprestígio da educação em detrimento do capital.

Contraditoriamente, uma das empresas contatadas, é oriunda da Coreia do Sul. País que possui uma educação que é referência mundial.

A mediação por parte do Estado na relação entre as classes burguesa e subordinada, torna-se imprescindível. Nesse sentido, igual dificuldade enfrentou a pesquisadora Reis (2006) com seu projeto de mestrado, sob o título “O surdo no mercado de trabalho em Manaus”. O projeto foi desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 2006.

A seguir, a reprodução literal da fala textual da autora:

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com inúmeras barreiras, principalmente pela burocracia e negação por parte das empresas em nos conceder espaço para a pesquisa. Fato que nos levou a desconsiderar as primeiras empresas selecionadas e realizar um novo

levantamento para que pudéssemos realizar a coleta de dados em outras fábricas do Distrito Industrial (REIS, 2006, p. 80).

As dificuldades para a realização de pesquisas dificultam a leitura aproximada da coisa investigada. A análise de Reis (2006, p. 82) suscita alguns questionamentos:

Que razões as empresas teriam para não nos atender? Nos deparamos sempre com uma secretária eletrônica, com o recado que a pessoa responsável pelo setor estava sempre viajando por tempo indeterminado, e o tempo passando. Seria resistência ou medo das entrevistas que seriam realizadas com os trabalhadores surdos dessas empresas? Que ficasse evidente o trabalho temporário e sua precariedade? [...].

Naturalmente que as suposições da autora são plausíveis. Mais recentemente, o pesquisador Sousa (2011) em sua pesquisa de mestrado, intitulada: “Pessoa com deficiência intelectual: Desafios para inclusão nas empresas de grande porte do Polo Industrial de Manaus/AM”, realizada pela PUC-Rio de 2011, enfrentou as mesmas dificuldades.

Após o referido pesquisador cumprir vários procedimentos burocráticos impostos pelas empresas, ao tentar recolher os questionários que havia distribuído, e tentar realizar as entrevistas, foi informado: “[...] que os responsáveis não se encontravam no setor ou estavam de férias e, ainda, por não haver ninguém que pudesse responder ao questionário enviado” (SOUSA, 2011, p. 85).

O acervo de justificativas para não receber e atender pesquisadores da educação é consideravelmente rico. Em relação às entrevistas, o referido autor afirma:

Somente 03 (três) das 10 empresas selecionadas fizeram o agendamento. Entretanto, ao se aproximar a data da entrevista, as mesmas foram canceladas, com remarcação devido à “falta de tempo” dos responsáveis pelos Recursos Humanos das empresas (SOUSA, 2011, p. 85).

Nossas conjecturas, narradas anteriormente, coadunam com as de Reis (2006) e com as de Sousa (2011), quando este infere: Seria medo de se descobrir que provavelmente não havia ou nunca houve a contratação de um

trabalhador com deficiência intelectual no local? Seria o medo da empresa ser considerada não inclusiva, desrespeitando normas internacionais e nacionais que tratam da política de inclusão no trabalho para todas as pessoas com deficiência, dentre elas a intelectual as empresas estariam utilizando a lei de cotas para contratarem apenas trabalhadores com deficiência leve?

Assim, observamos que o fato é recorrente. Feita essa observação, justifica haver tão poucas pesquisas de monografia, mestrado e doutorado sobre o tema. Nas sociedades capitalistas, as contradições de luta e interesses são muito comuns. A classe rica se vale de seu poder econômico que impacta direta e indiretamente na vida social e pessoal dos menos favorecidos.

Neste sentido, lembramo-nos das palavras de Marx ao fazer a seguinte afirmação:

Não é a posse de terra ou de dinheiro, mas o comando sobre o trabalho o que distingue os ricos dos pobres [...] O que convém aos pobres não é uma situação servil abjeta, mas uma relação de dependência cômoda e liberal, e o que é necessário às pessoas de posses é uma influência e autoridade suficientes sobre aquele que para elas trabalham (1975, p. 716).

Em um grupo social, onde prevalece as desigualdades de toda ordem, é de se esperar que uma classe predomine sobre outra. Assim, de forma geral, temos uma classe subordinada e outra dominante.

Acerca dessa relação entre classes em condições diferentes, Bottomoré (1993) nos diz que a expressão “classe dominante” abrange duas noções distinguidas por Marx e Engels:

Enquanto a primeira refere-se a uma classe dominante que, em virtude de sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social. A segunda noção defende que a classe dominante para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder de Estado, isto é, dominar politicamente (p. 64).

O capitalismo com o intuito de sobrevivência, não se restringe às fronteiras da produção unicamente, mas as ultrapassa e avança para todos os setores da vida societária, como a saúde, educação, lazer, entre outros. “O modo de vida material, condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral” (MARX, 2010, p. 104).

Enquanto a humanidade não desenvolver um novo modo de viver e conviver sem depender do dinheiro, a vida das pessoas continuará a ser norteadas pelo materialismo financeiro, comprometendo valores que consideramos superiores, como a solidariedade, a paz, a fraternidade e a harmonia.

Mészáros (2011) corrobora e postula: No bojo dos interesses e objetivos metabólicos fundamentais adotados, a sociedade como um todo, deve se sujeitar em todas as suas funções produtivas e distributivas, às exigências mais íntimas do modo de controle do capital.

Baseado na fala dos autores anteriores, evidencia-se um problema. Os pobres, por estarem na base da pirâmide social, não possuem um direito de decisão, são obstruídos em muitas de suas ações, diante dos ricos que detêm o poder político e social.

Essa condição de subjugo dos trabalhadores, que representam a classe explorada, de acordo com Lenin, só é possível ser revertida, com a destruição do Estado. “[...] a classe trabalhadora é a única que pode unir e organizar todos os trabalhadores na luta contra a burguesia, contra os capitalistas” (LENIN, 1983, p. 19).

Voltando a reflexão para o contexto de nossa pesquisa, à medida que qualquer Instituição, seja pública ou privada, obstaculiza a realização de estudos científicos, a transparência de suas ações fica comprometida.

Os entraves para a realização de pesquisas afetam negativamente a organização de políticas públicas que venham a beneficiar a sociedade como um todo, mormente as pessoas em condição de vulnerabilidade social. Esses obstáculos só servem para gerar conflitos entre as classes, bem como aumentar a desigualdade entre as pessoas.

As barreiras apresentadas pelas empresas geram um círculo vicioso: não havendo ciência, não existe políticas públicas para melhorar a vida do povo. Distancia ricos de pobres. Decresce a qualidade de vida dos menos assistidos, cuja reação destes contra os que gozam de uma vida fausta, torna-se inevitável.

A reação da classe subordinada contra a classe dominante se expressa de várias formas, dentre as quais a violência urbana, onde todos são perdedores.

Consideramos relevante, refletirmos acerca do conceito de pesquisa, bem como sua relevância no contexto do desenvolvimento da humanidade. Para tanto, Brito (2016) postula que:

Toda pesquisa, do ponto de vista epistemológico nos coloca diante do problema filosófico das relações entre o pensamento e a ação na vida social. Põe em questão o problema da objetividade e da subjetividade, da relação da consciência e da práxis porque toda realidade social é constituída de fatos sociais, onde as expressões da inteligência, da vontade e da afetividade não podem deixar de ser levadas em consideração, que o próprio objeto da pesquisa é obtido por cortes na realidade sócio-cultural onde se busca a contradição de uma totalidade relativa, mas significativa para o estudo de um conjunto determinado de fatos, de fenômenos, de atos humanos (p. 11).

No pensamento da referida autora, fica claro a importância de se fazer constantemente uma análise de nossa realidade social, até para sabermos de onde viemos, onde estamos e para onde vamos.

No campo educativo é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e promove a sua atualização frente à realidade do mundo. Ela vincula pensamento e ação e possibilita explicações ou soluções de problemas que levam não apenas a aquisição de novos conhecimentos, mas, também, determinada intervenção (BRITO, 2016, p. 12).

Se toda pesquisa parte de um problema e busca conhecer o objeto, para posteriormente encontrar soluções, é assim que conseguimos avançar em nosso processo de desenvolvimento civilizatório.

A autora ainda acrescenta:

Pesquisa-se para entender uma realidade, encontrar e determinar os múltiplos fatores da situação ou do problema e compreender sua complexidade para, a partir dessa compreensão, divulgá-la, explicá-la aos outros e, posteriormente, aplicá-la ao campo de estudo (BRITO, 2016, p. 12).

Algumas Instituições ainda não abstraíram que o resultado de uma pesquisa revela muitas informações que podem ser utilizadas na organização de estratégias das mais variadas ações internas e externas à empresa. Ainda servem como termômetro de toda a dinâmica empresarial. Como diz Brito (2016), toda pesquisa gera um retorno positivo para a sociedade.

Outra leitura que podemos fazer sobre a rejeição por parte das empresas às pesquisas acadêmicas, é o fato de a sociedade brasileira ainda não estar acostumada com a referida prática. A nível internacional, o Brasil ocupa níveis muito baixos de incentivo às pesquisas científicas. Investe menos que 1% do seu PIB em ciência, tecnologia e inovação. Bem menos que a Europa e os Estados Unidos, que investem 3% e 2% respectivamente.

Diferentes de países desenvolvidos da Europa, no Brasil, o governo investe mais em pesquisa que o setor privado. Se as empresas não fazem investimentos significativos no setor, pelo menos não deveriam dificultar a atividade.

Não obstante a todos os problemas evidenciados anteriormente, o pesquisador brasileiro ainda tem que conviver com as constantes ameaças e/ou cortes de recursos orçamentários nos programas de produção científica, o que gera insegurança e desconforto entre profissionais e jovens que despertam o interesse pela atividade científica.

Sem ciência, o Brasil não irá a lugar nenhum e estará comprometendo seu futuro. Sem investimento em atividade científica, seremos apenas meros consumidores de conhecimentos e inovação tecnológica³¹ alheia. Julgamos relevante explorarmos o assunto, por considerarmos um importante dado na investigação de campo.

Entendemos que as empresas do Polo Industrial de Manaus, ao dificultarem os estudos em seus espaços, perdem uma boa oportunidade para demonstrarem à sociedade que caminham em consonância com a legislação de amparo e incentivo ao emprego formal às pessoas com deficiência e que respeitam os direitos humanos.

As atividades de inovação tecnológica, são o conjunto de etapas científicas, tecnológicas, organizativas, financeiras e comerciais, incluindo os investimentos em novos conhecimentos, que levam ou tentam levar a implementação de produtos de processos novos ou aperfeiçoados em um período de referência (OCDE, 2007, p. 35).

³¹ “A inovação tecnológica pode ser entendida como a capacidade de um sistema em criar produtos, serviços e processos que a sociedade esteja disposta a adotar ou, mas simplesmente, a transformação do conhecimento em riquezas e salários” (CÂMARA, 2012, p. 282).

3. 5 Os primeiros trabalhadores com deficiência visual no polo industrial de Manaus

A partir do momento que o homem passou a vender sua força laboral, mormente nas cidades, essa prática firmou-se como a principal forma de subsistência. Por conseguinte, as pessoas com algum tipo de deficiência, também sentiram essa necessidade.

As formas de aquisição de uma vaga de trabalho remunerado, sempre ocorreu das mais diversas maneiras. A iniciativa privada sempre foi também muito utilizada, principalmente em casos de deficiência leve.

No processo evolutivo das relações de trabalho, só recentemente e, considerando período recente, neste caso, o final do século XX, essas relações começaram a ser mediada pelo Estado.

O momento em que vivemos ainda pode ser considerado estágio de integração, tendo em vista os dados obtidos que discorreremos nas próximas páginas. O paradigma da inclusão ainda deverá consumir muitos anos para se consolidar, a permanecer o mesmo posicionamento por parte do Estado e das empresas.

O caminhar das pessoas com deficiência visual no setor produtivo do PIM, nos permite explorar melhor a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho em Manaus, no momento atual.

Em um espaço temporal em que não se ouvia falar em inclusão laboral de pessoas em condição limitante, no Polo Industrial de Manaus alguns deficientes visuais já ocupavam postos de trabalho, apesar de todas as formas de barreiras.

Na ADVAM, fizemos um levantamento dos trabalhadores com deficiência visual que trabalharam no setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus antes da Lei n. 3298 de 1999. A relevância desse resgate se ratifica para observarmos a evolução nas relações de trabalho entre as empresas do PIM e os trabalhadores com deficiência visual nas últimas décadas.

Optamos por citar apenas o primeiro nome dos atores sociais.

Quadro 6 – A fala dos Sujeitos da pesquisa: sujeito 1**Sujeito 1: Cristiano**

Acuidade visual: cego. Contratado em 1978; migrante nordestino; trabalhou em torno de 25 (vinte e cinco) anos; foi o trabalhador que mais tempo permaneceu em atividade no Polo Industrial de Manaus, de acordo com registros da ADVAM; aposentou-se em função de problemas de coluna, tendo como causa, as intensas jornadas de trabalho, em condições inadequadas e desconfortáveis. Não nos foi possível encontrar e dialogar com o trabalhador, pois o mesmo não frequenta mais a ADVAM.

Elaboração: o autor

Atualmente, as doenças adquiridas nos locais de trabalho, são chamadas doenças ocupacionais. A doença ocupacional ou profissional, de acordo com o Artigo 20 da Lei n. 8.2013, de 24 de julho de 1991, é uma enfermidade produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho, peculiar à determinada atividade e constante elaborada pelo Ministério do Trabalho e pela Previdência Social “Tais doenças são ocasionadas por microtraumas, que cotidianamente agridem as defesas orgânicas e, que por efeito acumulativo, terminam por vencê-las, deflagrando um processo mórbido” (MONTEIRO; BERTAGNI, 2000, p. 15).

O Polo Industrial de Manaus tem um rico histórico no que tange às doenças ocupacionais por parte dos trabalhadores. A saturação física, consequente das exaustivas jornadas de trabalho, por estreita relação com o modo de acumulação flexível do grande capital, facilmente reverbera em ambientes subordinados às pressões e às intensas exigências das organizações, o que contribui para o aumento do sofrimento do trabalhador, fomentando a condição de debilidade orgânica.

Mesmo a despeito de todo desenvolvimento tecnológico, o homem em suas atividades produtivas, continua a fatigar-se até o adoecimento. Em algumas circunstâncias, o capitalismo retira o máximo da condição fisioorgânica do trabalhador. Destarte, proliferam algumas patologias laborativas, as quais Mendes (2007) as classificam como patologias da sobrecarga, da violência e da servidão. Entre as referidas patologias, as mais comuns são a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e a Doença Ocupacional do Trabalho (DOT).

Raros são os estudos sobre o tema em abordagem, mas podemos destacar as pesquisas de Moraes (2010) acerca dos trabalhadores do polo fabril de Manaus, que revelaram como foram implantadas as práticas neotayloristas

quando do uso das inovações tecnológicas, ou seja, ao invés de haver redução da carga de trabalho, e desvincular o trabalhador das sacrificantes e extenuantes atividades, intensificam o ritmo, gerando sobrecarga, que se manifesta através de atitudes estratégicas de defesa de auto aceleração, provocando uma elevação dos riscos de doenças como LER/DOT.

Podemos inferir que o aspecto a ser valorizado no processo de avaliação da qualidade, já não é mais ela própria, passando a ser “a obtenção de certificações e dos selos que separam os melhores dos piores” (DEJOURS, 2008, p. 68). Nesse diapasão, na tentativa de atingir o inatingível da perfectibilidade, findam por contrair o sofrimento da patogenia. Certamente que o medo da perda do emprego e de ser ridicularizado por colegas e chefes, por não alcançar as metas, também contribuem para essa condição degradante.

As inferências anteriores, só ratificam o que Dejours (2007) chamou de “A banalização da injustiça social”, o que de fato favorece a debilidade corpórea do homem que vende sua força de trabalho.

Quadro 7 – Sujeito 2

Sujeito 2: Antonio (já falecido)

Acuidade visual: cego de nascença; foi admitido no ano de 1980; migrante nordestino; não há registros a forma como sua contratação ocorreu; trabalhou por 5 (cinco) anos em uma empresa do setor eletroeletrônico. O trabalhador dizia que por várias vezes seu chefe insistia para que ele aceitasse a aposentadoria por invalidez, mas este nunca aceitou, preferindo continuar trabalhando.

Após ser demitido, sob a alegação de redução de quadro, ingressou no serviço público e possuía BPC.

Elaboração: o autor

Antes da publicação da lei de cotas e até nossos dias, existem resquícios do pensamento que o trabalho é um sacrifício desnecessário para as pessoas com deficiência, prevalecendo a crença que um salário mínimo é capaz de prover todas as necessidades de um indivíduo.

Julgamos pertinente fazermos um relato sobre nossa própria experiência como operário no Polo Industrial de Manaus. Abro um parêntese e peço permissão para fazer uso da primeira pessoa do singular, por se tratar de uma experiência pessoal.

Quadro 8 – Sujeito 3**Sujeito 3:** Claudenilson

Acuidade visual: baixa visão. Admitido no ano de 1982; aos 18 anos de idade e cursando o terceiro ano do ensino médio, sob a necessidade de conseguir um emprego formal, depois de bater na porta de muitas fábricas, fui contratado por uma fabricante de colchões e estofados. O processo de seleção foi muito simples. Consistiu em uma breve entrevista, e posteriormente de um exame dermatológico, realizado pelo médico da própria empresa. Com a visão já bastante comprometida, omitir e dissimular era a melhor opção para garantir a manutenção do emprego. Não foi possível omitir a limitação visual por muito tempo e alguns colegas de trabalho aos poucos foram percebendo. Pequenas brincadeiras sobre o assunto eram corriqueiras, mas nada que me fizesse ficar constrangido ou me sentir discriminado. Minha carteira de trabalho foi assinada como auxiliar de produção e recebia 1 salário mínimo. Trabalhei por 18 meses e fui demitido por liderar greve por aumento salarial. Na fábrica não havia nenhum trabalhador cego ou com baixa visão. Após ser demitido, consegui admissão em uma fábrica de televisores, onde trabalhei apenas 6 (seis) meses.

Elaboração: o autor

A exemplo da fábrica anterior, o teste de conhecimentos básicos era extremamente simples, com avaliações sobre matemática básica, um ligeiro teste de raciocínio lógico e elaboração de um pequeno texto, provavelmente para avaliar a legibilidade da escrita.

O período de permanência na empresa foi razoavelmente dentro da normalidade. A acuidade visual permitia a execução das tarefas sem dificuldades.

Apesar do pouco tempo de trabalho na fábrica, foi possível observar que a empresa não demonstrava interesse na capitalização de profissionais, o que talvez se possa atribuir à grande oferta de mão-de-obra disponível e barata.

Essa fábrica também não possuía nenhum trabalhador com deficiência visual. Nesse período, era possível requisitar o BPC e ser atendido sem maiores burocracias.

Como foi abordado anteriormente, pela facilidade de se obter o benefício social, não havia maiores interesses por parte das pessoas com deficiência visual adentrarem no mercado de trabalho, quando muito, tentavam estudar. A ADVAM, nesse sentido, foi fundamental para transformar essa realidade.

A motivação da saída da empresa, foi pelo fato da aprovação em concurso público para a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). Posteriormente, após graduar-me em filosofia, fui aprovado em concurso público na Secretaria Municipal de Educação/Manaus, onde permaneço até o presente, na função de assessor pedagógico.

Quadro 9 – Sujeito 4**Sujeito 4:** Maria

Acuidade visual: baixa visão; admitida em 1983; só foi contratada após ser reprovada na entrevista por duas vezes na mesma empresa, quando revelava que era deficiente visual. Ao omitir sua deficiência e por receber auxílio de uma alta funcionária da empresa, que era sua amiga, conseguiu sua contratação. Trabalhou por 10 anos na empresa fabricante de televisores. Também tentava ocultar sua limitação visual com o intuito de preservar seu emprego. Não enfrentava dificuldades na execução de seu trabalho. Por ter excelente desempenho funcional, foi solicitada para outras funções, as quais eram incompatíveis com sua deficiência, o que forçou revelar sua limitação visual. Algumas dificuldades oriundas da deficiência eram superadas em função da ajuda de colegas de trabalho. Foi demitida por redução de quadro funcional.

Elaboração: o autor

Atualmente, a trabalhadora é funcionária pública concursada, exercendo o cargo de serviços gerais. Em função da sua condição de trabalhadora ativa, teve seu BPC suspenso.

Na experiência da trabalhadora, ficou evidente a incredulidade na capacidade laborativa da mesma, por parte dos empregadores. Nesse período, a contratação de pessoas com deficiência era regulada única e exclusivamente pelas empresas.

Podemos dizer ainda, que a caridade e a sensibilidade de algumas pessoas que trabalhavam nas empresas, eram fundamentais para uma possível contratação. Tanaka e Manzini (2005) inferem sobre essa forma de oportunizar vaga no mercado de trabalho às pessoas com deficiência, e nos lecionam que para uma inclusão laboral efetiva, são condições fundamentais o preparo profissional e social dessas pessoas, que estão buscando o mercado de trabalho, bem como as condições estruturais, funcionais e sociais do ambiente que irá recebê-las como funcionárias, para que não se corra o risco de admiti-las simplesmente por benevolência ou mera obrigatoriedade de lei.

Certamente que a solidariedade tem espaço garantido em qualquer circunstância da vida humana, quando assim o requerer, mas nesse contexto, as oportunidades laborais estão para além de um gesto solidário. Estão envolvidos especialmente, elementos como a dignidade, a autoestima e a valorização das potencialidades do indivíduo.

Os dois próximos sujeitos citados, são irmãos.

Quadro 10 – Sujeito 5

Sujeito 5: Raimundo

Acuidade visual: cego; em pleno exercício de suas funções, perdeu parte da audição, o que culminou com sua aposentadoria, mesmo que as limitações visual e auditiva, não o impedisse de executar suas funções. Não foi possível saber se a perda auditiva foi em função do trabalho que executava. Podemos observar que neste caso, não havia nenhuma preocupação com a reabilitação das pessoas que adquirissem uma limitação funcional.

Elaboração: o autor

Ambos foram admitidos em uma fábrica de aparelhos eletroeletrônicos, por sensibilidade de um dos diretores da fabricante. Ambos ficaram cegos em função de glaucoma. Foram admitidos em 1991.

Quadro 11 – Sujeito 6

Sujeito 6: Julimar

Acuidade visual: cego. Exercendo suas atividades na fábrica, acidentou-se afetando a perna, em função de objetos obstruindo os corredores, o que conduziu à sua aposentadoria por “invalidez”. Essa expressão, até hoje utilizada legalmente, ainda traz em seu bojo, o sentido da incapacidade produtiva total, cultivado ao longo da história. O verbete ainda é dotado de inspiração capitalista, como se o ser humano fosse uma mercadoria fabricada com período de validade, cujo prazo, está fixado a partir do momento que este adquire uma deficiência. De acordo com o trabalhador, não havia por parte da empresa, nessa época, preocupação com acessibilidade, muito menos com a preservação da integridade física dos funcionários, tivessem eles deficiência ou não.

Elaboração: o autor

Após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã, quando uns maiores números de pessoas mutiladas passaram a necessitar de adaptações arquitetônicas, muito países passaram a se preocupar com o que hoje nós chamamos de acessibilidade, que também já foi chamada de “acesso fácil”.

Nunes e Nunes Sobrinho (2008) nos dizem que a partir da década de 1980, houve então, movimentos sociais que alertavam para as barreiras físicas e arquitetônicas, além das barreiras ambientais e atitudinais.

Aliás, a barreira atitudinal, talvez seja a mais difícil de ser eliminada, uma vez que requer mudança de pensamento em relação ao outro.

Sabe-se, contudo, que a sociedade ainda tem dificuldade de entender a acessibilidade para além das adaptações físicas e visíveis. O tema, conceito e função da acessibilidade estão estreitamente vinculados à autonomia e segurança dos indivíduos, de forma que a acessibilidade é essencial para que os sujeitos possam conquistar e manter a independência em sociedade (PEREIRA, 2016, p. 81).

Atualmente, dispomos de instrumentos legais que aparam os indivíduos acerca do assunto. A Lei n. 10.098, de 2000, em seu Artigo 2º, faz referência às barreiras, como sendo “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, à liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas [...]” (BRASIL, 2004).

Quadro 12 – Sujeito 7

Sujeito 7: José

Acuidade visual: cego. Migrante nordestino. Trabalhou em uma empresa do setor eletroeletrônico, por vários anos na função de motorista, antes de perder a visão. Após esse fato, houve uma tentativa de reabilitação, o que lhe permitiu trabalhar por 2 anos e logo em seguida o aposentaram por invalidez, ainda que conseguisse executar algumas atividades sem nenhuma dificuldade.

Migrou para o serviço público, via concurso, onde permanece até hoje.

Elaboração: o autor

De uma forma geral, podemos perceber que as empresas preferiam aposentar os trabalhadores com deficiência visual, que dar-lhes oportunidades para continuarem ativos.

Se antes da lei de cotas, a contratação de pessoas com deficiência visual era extremamente difícil, e hoje, as empresas fazem solicitação para seleção desses sujeitos, possivelmente pode estar ocorrendo de:

- a) A legislação que incentiva a contratação dos sujeitos em tela, contribuindo para elevar o número de admissões;
- b) As empresas estarem contratando principalmente por obrigatoriedade da lei;
- c) A fiscalização por parte do Estado se intensificado.

Se no período analisado, conquistar uma vaga de emprego no mercado de trabalho do PIM era fruto da colaboração de terceiros, como um gesto de caridade, aos poucos essa realidade foi se alterando, de acordo com a evolução das políticas públicas.

Bem sabemos que nenhuma lei é capaz de promover inclusão efetivamente, porém, sem ela seria quase impossível, considerando que quem a realiza são as pessoas, lapidando sua forma de ver o outro.

Em pesquisa envolvendo sujeitos sociais, o contato com estes, contribuem sobremaneira para desvelarmos a realidade a ser compreendida. Neste caso, a entrevista é um bom caminho.

3. 6 Tratamento das Entrevistas

A análise dos dados de uma pesquisa é o andaime de sustentação no processo de construção de uma teoria. Assim, o tratamento e a exegese dos dados obtidos na investigação, confrontados tanto com os referenciais teóricos quanto empíricos, são decisivos para a lapidação de uma pesquisa. Neste sentido, as evidências emergentes na prospecção de campo podem ser confrontadas numa prática comparativa com os elementos preestabelecidos no escopo da pesquisa, tais como: problema, justificativa, objetivos geral e específicos e a hipótese.

No processo de desenvolvimento da análise, cada hipótese elaborada na fase de construção expressa as relações que pensamos serem corretas e que devem ser confirmadas pela coleta de dados. Os resultados encontrados são os que resultam das operações precedentes. É comparando os resultados encontrados com os resultados esperados pela hipótese que poderemos tirar as conclusões.

Se houver divergência entre os resultados observados e os resultados esperados, será necessário examinar de onde provém esse distanciamento e em que realidade é diferente do que se presumia no início, elaborando novas hipóteses e, a partir de uma nova análise dos dados disponíveis, examinar em que medida se confirmam (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1995).

As entrevistas foram realizadas em diferentes lugares: 2 (duas) foram feitas nas dependências da ADVAM; 2 (duas) entrevistas foram realizadas em nosso domicílio, por escolha dos próprios sujeitos; e 1 (uma) no domicílio do entrevistado.

Vale ressaltar, que todos os atores sociais envolvidos na pesquisa foram muito receptivos, fazendo questão de manifestarem seu pensamento, quando eram informados do tema e ao serem convidados.

Diferentemente das empresas que se negaram a contribuir com a pesquisa, as pessoas com deficiência da ADVAM demonstraram total interesse, por considerarem o tema relevante e que pode tornar público, como é o processo de inserção no Polo Industrial de Manaus. As entrevistas duraram em média 1 (uma) hora, para que o trabalho não se tornasse cansativo.

É fundamental esclarecermos que as entrevistas enquanto parte importante da pesquisa de campo, perpassam por leis como a n. 7.853, de 24 de novembro de 1989, o primeiro documento específico sobre a inclusão social de pessoas com deficiência e admissão no mercado de trabalho.

O Decreto Federal n. 3298, de 20 de novembro de 1999, regulamentou a lei anterior, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas; disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências (BRASIL, 1989).

Ao criar a Lei n. 7.853/89, o governo endureceu o discurso, tipificando como crime, punível de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, a negativa de emprego ou trabalho, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência (BRASIL, 1989).

Um desdobramento da Lei n. 7.853/89, a lei mais popular sobre a inserção das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho, é a Lei n. 8.213, de 08 de janeiro de 1991, conhecida popularmente como a “lei de cotas”.

“O intuito do legislador, ao criar o referido dispositivo, foi obrigar o empregador aderir ao sistema de cotas e não mais o deixar, ou seja, foi uma forma de proteção ao sistema e não de um empregado admitido como portador de deficiência” (LOPES, 2005, p. 61).

Apesar das polêmicas em torno da lei das cotas, podemos dizer que de alguma forma, esse instrumento legal se apresenta como uma evolução dos ideais da revolução francesa. Após a segunda guerra mundial, a nível internacional, houve uma preocupação com minorias marginalizadas.

Eis que, só então, percebeu-se a necessidade de valorizar a vontade da maioria, respeitando-se, sobretudo, as minorias, suas necessidades e peculiaridades, ou seja, verificou-se claramente que a maioria, pode ser opressiva, a ponto de conduzir legitimamente ao poder o nazismo ou fascismo. Para que isso não se repetisse na história, fez-se premente a criação de salvaguardas em prol de todas as minorias, uma vez que uma destas, empresta legitimidade e autenticidade aquela” (BRASIL, 2007, p. 11).

Eis na citação anterior, os primeiros fundamentos das políticas públicas em favor das minorias. A Lei n. 8.213, de 08 de janeiro de 1991, é um elemento jurídico da Previdência Social, que dentre outras coisas, assegura a habilitação e reabilitação de seus previdenciários, com o intuito de oferecer condições a estes, possibilidades de serem inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho.

O seguinte preceito podemos ler no seu artigo 89: A habilitação e a reabilitação profissional e social, deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e as pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive (BRASIL, 1991).

A Previdência Social tem a atribuição estatal de oferecer serviços que possibilitem os trabalhadores adquirirem capacidade laborativa, ou dito de outra forma, não perderem sua capacidade produtiva.

Em seu parágrafo único, a reabilitação compreende:

- a) Fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção, quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;
- b) A reparação ou substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;

- c) O transporte do acidentado do trabalho, quando necessário (BRASIL, 1991).

De acordo com informações colhidas na ADVAM, no Amazonas, a aquisição dos referidos materiais, em função de escassez de verba, nem sempre é cumprida.

No Artigo 93: A empresa com 100 (cem) ou mais empregados, está obrigada a preencher com 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiências habilitadas [...] (BRASIL, 1991).

Em outros países, esse percentual é bastante variado. Em alguns, inclusive, o regime de cotas não foi adotado.

Em seu parágrafo 1º, podemos ler: A dispensa de pessoa com deficiência ou de beneficiário reabilitado da Previdência Social ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias e a dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado, só poderão ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência ou beneficiário reabilitado da Previdência Social (BRASIL, 1991).

O cumprimento do referido parágrafo, só ocorrerá com uma intensa fiscalização por parte do Ministério Público, órgão responsável pelo monitoramento da implementação da legislação.

Se a sociedade ainda não evoluiu o suficiente para compreender que todos tem direito às mesmas oportunidades, o ordenamento jurídico ainda nos parece uma (e não a única) alternativa para a promoção de equidade social.

Assim sendo, para sabermos se o setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, é preciso confrontarmos a fala dos sujeitos com a Lei n. 8.213/91, bem como os posicionamentos de autores que ajuízam acerca da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sob o fundamento dialético inerente à nossa sociedade capitalista.

A seguir, a voz dos atores sociais pertinentes ao nosso estudo.

3.6.1 A Presidente da ADVAM: a fala da entidade

Começamos a entrevista com a presidente da ADVAM, fazendo uma pergunta ampla e geral: O(a) Sr.(a) enquanto presidente da ADVAM, tem comprovado que a inclusão laboral das pessoas com deficiência visual já é uma realidade? Sim. Não. Por quê?

Quadro 13 – com a palavra, a ADVAM

Presidente: “Ela existe em parte, mas na prática, nós ainda temos inúmeras dificuldades com ela [...] existe a integração. Hoje coloca uma pessoa por meio da cota e ela fica integrada ao grupo. [...] se a gente for olhar que dispositivos, que recursos a empresa coloca à disposição dessa pessoa para ela exercer sua função pra qual ela vai, a gente percebe que essa inclusão de fato não acontece”.

Elaboração: o autor

A leitura que podemos fazer da fala anterior, é que a inclusão laboral das pessoas com deficiência já começou, mas ainda não se consolidou.

No que diz respeito ao processo que abrange desde a procura por uma vaga de emprego por parte do trabalhador com deficiência visual, até sua contratação pelas empresas, perguntamos: Qual a fonte de recrutamento, seleção e encaminhamento mais utilizado pela ADVAM para inserir seus associados nas empresas do PIM?

Quadro 14 – a palavra da presidente da ADVAM - 1

Presidente: “O diretor do departamento tem esse contato direto com o RH, inclusive com vários RHs, inclusive a gente é procurada por vários RHs...[...] pra tentar agilizar esse processo, e aí é feito o recolhimento do currículo, do laudo direitinho. Tem um grupo de whatsapp onde as pessoas são comunicadas...quando é contratação imediata, quando são vagas mais urgentes, ele solicita direto, que o diretor envie a pessoa”.

Elaboração: o autor

Em nossa pesquisa de campo, identificamos vários mediadores do processo de contratação dos sujeitos em tela. Desde o contato direto com as empresas, passando por empresas particulares de RH, passando por instituições governamentais, até a procura solo por parte do interessado.

Apesar de todos esses meios para viabilizar a contratação, observamos que não tem havido facilidade para o ingresso no mercado de trabalho formal do Polo Industrial de Manaus. Certamente que não podemos desconsiderar algumas variáveis, como a crise de desemprego, a automação nas linhas de produção das fábricas, as interferências nos incentivos fiscais no projeto Zona Franca de Manaus entre outras. Entretanto, como já vimos anteriormente, inclusive nas palavras do diretor Rogério Rosas, e como veremos alhures, as dificuldades estão para além das questões de mercado. Ênfase para barreiras atitudinais e entraves sociais.

Um aspecto muito importante no contato com as empresas, são os critérios internos de seleção e recrutamento das organizações. Sobre isso, perguntamos: O (a) Sr.(a) acredita que os critérios de seleção são aplicados de forma adequada?

Quadro 15 – a palavra da presidente da ADVAM - 2

Presidente: “Muitas vezes não. Eu vou dar exemplo que eu sempre dou e não tenho receio de falar, é a empresa X. A empresa X é uma empresa grande, cumpre a lei das cotas, tecnicamente falando...estou falando dessa empresa, mas tem muitas outras com o mesmo perfil. A pessoa com deficiência visual chega lá pra fazer a prova, o baixa visão, por exemplo pra fazer a prova... tem provas padronizadas, e um colega errou as questões porque ele não estava enxergando. Ele sabia a resposta certa, mas ele marcou no lugar errado. [...] é um exemplo de que muitas vezes as provas elas são aplicadas fora da realidade da pessoa com deficiência. Não tem uma adaptação, não tem um recurso...ah! eu pedi um leitor mas na hora esqueceram meu leitor, ele não veio, e aí você vai ter que fazer a prova assim”.

Elaboração: o autor

A prática da empresa, descrita pela presidente da ADVAM, contraria às recomendações da Organização Internacional do Trabalho, que orienta para as adaptações razoáveis, em todas as etapas da relação entre empregado e empregador, desde a “definição e anúncio de uma vaga, recrutamento e seleção de candidatos, assim como durante o exercício do emprego e no contexto do retorno ao trabalho após afastamento” (OIT, 2018, p. 11).

Na contemporaneidade, face às novas exigências de mercado, a educação está estreitamente vinculada ao trabalho. Em se tratando de pessoas com deficiência, muito contribuirá para atender ao escopo dessa tese,

explorarmos a compreensão da relação educação e trabalho. Nesse diapasão, a pergunta foi: Qual a escolarização média dos trabalhadores encaminhados para o PIM?

Presidente: “a média é o fundamental completo e o médio incompleto”.

A escolarização média, pode ser considerada baixa. Em entrevista com os trabalhadores, eles informaram que a escolarização de seus líderes e chefes diretos eram o ensino médio completo.

Observamos que a escolarização média dos trabalhadores da ADVAM está no nível dos trabalhadores em começo de carreira nas fábricas. Foi importante saber as ações sobre o apoio da ADVAM para com seus associados, no que diz respeito à formação profissional. Neste sentido, perguntamos: A ADVAM incentiva a escolarização e a qualificação profissional de seus associados?

Quadro 16 – a palavra da presidente da ADVAM - 3

Presidente: “Sim. É um tema que a gente procura abordar sempre...a gente tem inclusive o apoio pedagógico que...aí é feito...eu tô sempre frisando essa questão no grupo (grupo de whatsapp). Quando as pessoas vem fazer o cadastro, elas já são informadas que se não terminou os estudos, a pedagoga já verifica onde tem vaga, para matricular...as vezes um EJA, tem aquela prova da SEDUC...a gente faz a matrícula, baixa material acessível pra ele estudar, acompanha na escola ou na hora da prova, pra ver se eles vão disponibilizar os recursos que ele precisa pra fazer a prova”.

Elaboração: o autor

Desde a sua fundação, a ADVAM sempre se preocupou com a escolarização de seus associados. Em suas dependências, oferece curso de Braille e soroban para associados e comunitários.

Ao ser perguntada qual tem sido o impacto da escolarização para inserção dos deficientes visuais no setor fabril do Polo Industrial de Manaus, ouvimos o seguinte:

Quadro 17 – a palavra da presidente da ADVAM - 4

Presidente: “Sim. Eu vejo como positivo. Há um avanço a passos lentos, sim...[...] se tem uma pessoa lá que tem o fundamental incompleto, e até tem uma habilidade legal dentro da empresa, ela poderia se estabilizar lá dentro, quem sabe até progredir lá dentro, e ela

precisaria dessa escolaridade, então as empresas já investem nisto. [...] a empresa já tem essa necessidade de apoiar mesmo a pessoa com deficiência, para ela terminar seus estudos, pra que ela consiga desenvolver melhor as funções dentro da empresa”.

Elaboração: o autor

É notório nas palavras da presidente, que o interesse por parte das empresas em elevar a escolarização dos trabalhadores DVs tem o objetivo de aumentar a eficiência na produção.

Ao explorarmos mais ainda o assunto, perguntamos se a escolarização estava se apresentando de forma decisiva para conseguir uma vaga de emprego, a resposta foi objetiva:

Quadro 18 – a palavra da presidente da ADVAM - 5

Presidente: “Não. Tanto faz eles terem o fundamental como o ensino médio, quando eles querem contratar eles contratam”.

Elaboração: o autor

Não foi possível entender se os trabalhadores DVs tivessem nível superior completo, em qualquer área que pudessem ser aproveitados nas empresas do PIM, eles teriam melhores oportunidades de colocação profissional, ou de maiores perspectivas de progresso dentro das empresas.

Quando perguntamos como tem sido a aceitação de pessoas com deficiência visual no Polo Industrial de Manaus, expressando frustração, nos disse:

Quadro 19 – a palavra da presidente da ADVAM - 6

Presidente: “Olha, ainda precisa avançar, porque [...] por exemplo, uma síndrome que causa encurtamento dos braços, eles são considerados pessoas com deficiência. Eu já vi isso. Empresas por exemplo, que preferiu ficar com aquele, que até tinha uma escolarização menor, do que com a pessoa com deficiência visual, só que pra ele ia ser mais funcional”.

Elaboração: o autor

Como já vimos na revisão de literatura, e neste trabalho, o preconceito ainda é um fator prevalecente em todos os setores da vida social, quando a centralidade é a pessoa com deficiência. Acerca do tema, perguntamos: A

ADVAM tem observado casos de preconceito e discriminação nos postos de trabalho?

Lembrando a fala de uma trabalhadora do PIM, a presidente assim se reportou:

Quadro 20 – a palavra da presidente da ADVAM - 7

Presidente: “Ela ficava lá na linha de produção, só que as vezes, a visão oscilava, deixava passar uma peça, de repente porque falhou alguma vez...não era constante, mas acontecia”. Reproduzindo a fala da trabalhadora, fez a seguinte narrativa: “as vezes a minha visão já estava cansada, e eu era xingada pelos colegas: Essa pessoa é inútil, por que colocaram ela aqui? Porque só atrapalha nossa linha. Nossa mesa é a mais atrasada por conta dela...estaria melhor se a fulana não tivesse aqui...ela é um atraso para a gente”.

Elaboração: o autor

No contexto semântico da língua portuguesa e etimologicamente, o verbete preconceito significa um juízo prévio, um meio de se chegar a uma conclusão antes de qualquer análise ou conhecimento aprofundado.

Após o acesso ao emprego formal por parte das pessoas com deficiência, a permanência é o segundo elemento a ser cumprido para se efetivar a inclusão laboral, mas não um curto período. À presidente da ADVAM, perguntamos: Qual o tempo médio de permanência de trabalhadores com deficiência visual nas empresas?

Quadro 21 – a palavra da presidente da ADVAM - 8

Presidente: “olha, esse tempo aí é complicado. Tem muito assim... assina um contratozinho, e aí 3 (três) meses vai embora, vai embora, vai embora todo mundo”. A presidente ainda explicou que as empresas têm a obrigação de apresentar relatório ao Ministério do Trabalho por 3 (três) meses. Após esse período, não tendo mais a obrigatoriedade de comprovar a inserção de PcDs em seu quadro funcional, demitem os trabalhadores que preenchiam a cota de emprego.

Elaboração: o autor

A interpretação que podemos fazer da fala anterior é que a demissão dos trabalhadores não está relacionada com a empregabilidade³². Considerando

³² Carvalho e Grisson (2002) nos ensinam que empregabilidade pode ser compreendida por todo profissional que apresenta qualidade empregável, representado dessa forma, um conceito dinâmico, concernente ao mercado de trabalho, que expressa tudo o que o trabalhador deve ter

todas as práticas adotadas pelas empresas, dificultando a admissão de pessoas com deficiência, podemos concluir que a dispensa precoce de PcDs, está relacionada a outros fatores, mormente o da discriminação.

Saviani (1997) contribui dizendo que a alta taxa de empregabilidade, depende de alguns fatores, a saber: criatividade, empatia, flexibilidade, extroversão, bom senso, iniciativa, liderança, inteligência emocional e cultura global.

Em uma tentativa de abarcar todas as pessoas que apresentam algum tipo de limitação, reconhecendo-as como deficientes, as pessoas monoculares, por exemplo, ou seja, aquelas que possuem apenas um lado funcional da visão, passaram a ter prioridade no momento da contratação de pessoas com deficiência.

Perguntamos: O (a) Sr.(a) acredita que a contratação de monoculares pode contribuir para a não admissão de deficientes visuais com até 30% de visão?

Quadro 22 – a palavra da presidente da ADVAM - 9

Presidente: “Com certeza! Pra mim isso aí é uma situação assim...tem até um manifesto sobre isso, eu já assinei, se eu pudesse assinar várias vezes eu assino de novo e ainda compartilho pro pessoal assinar (conclui a frase entre risos), que é pra essa não regularização do monocular enquanto pessoa com deficiência visual. Que o monocular tem uma perda, isso não dá pra negar, mas eu me pergunto: numa empresa, num concurso público, qual é a necessidade de recurso de um monocular? Ele não precisa de recurso. Um monocular, uma pessoa que perdeu a visão de um lado e tem 100% do outro lado, ele só não pode dirigir ônibus, caminhão, mas ele pode dirigir um carro de passeio, inclusive tranquilamente”.

Elaboração: o autor

A guisa de exemplo, a presidente da ADVAM discorre acerca da empresa X, que disponibilizou 3 (três) vagas de emprego em cargos diferentes: 1 (uma) vaga para vendedor externo, 1 (uma) vaga para administrativo e 1 (uma) para repositor. Para as duas últimas vagas não houve qualquer definição tácita, enquanto a primeira foi preenchida de imediato, pois o candidato monocular

para sua profunda e imprescindível capacidade se adaptar e se enquadrar nesse mundo globalizado.

podia dirigir. E conclui dizendo: “se isso for regulamentado, o cego nunca mais vai ter espaço, porque as pessoas já procuram por isso”.

Apesar de alguns estados já reconhecerem o monocular como deficiente, não existe um amparo legal federal. Entendemos que se um monocular não necessita de maiores adaptações para exercer uma vida cotidiana normal, não estariam credenciados a preencherem cota de emprego formal.

Para uma inclusão laboral efetiva, tem que haver o cumprimento de 3 (três) elementos: acesso, permanência e evolução. Para fazermos maiores inferências, questionamos a Sra. Ingrid Mendonça: Já houve casos de promoção de deficientes visuais nas empresas do PIM?

Quadro 23 – a palavra da presidente da ADVAM - 10

Presidente: “Olha...não sei...eu ainda não descobri se teve (falando entre risos). Eu sei que já teve caso de demissão constante, mas de promoção”.

Para que haja promoção de funcionários, seria necessário que os trabalhadores com deficiência visual, permanecesse um período razoável na empresa, o que não ocorre, portanto, é compreensível que as promoções não ocorram.

Elaboração: o autor

Seguindo um slogan muito utilizado pelo seguimento das pessoas com deficiência, que diz: “nada sobre nós sem nós”, quisemos saber acerca de possíveis mudanças para alterar a realidade que se apresenta no momento: Que atitudes o (a) Sr(a) acredita que deveriam ser adotadas pelas empresas para facilitar a contratação de pessoas com deficiência visual?

Quadro 24 – a palavra da presidente da ADVAM - 11

Presidente: “Qualificação (referindo-se à qualificação de funcionários das empresas). [...]

Para que as empresas tenham esse conhecimento mesmo de como lidar com a pessoa com deficiência, de que eu vou contratar e se a pessoa tiver qualificada, claro! Eu não vou ter prejuízo...quem melhor que pessoas com deficiência para adentrarem a empresa, no sentido de levar essa informação de capacitar essas pessoas que estão trabalhando lá, pra receberem elas mesmas”.

Elaboração: o autor

A presidente da ADVAM aposta na qualificação de seus associados, mas também acredita que firmando parcerias com as empresas, para divulgar as

potencialidades dos trabalhadores com deficiência visual, a visão em relação a esses trabalhadores pode mudar para uma condição muito positiva.

As políticas públicas não são estanque, estando sujeitas a alterações, buscando se adequar às novas realidades da sociedade. Encerramos a entrevista com a presidente da ADVAM, perguntando: O(a) Sr.(a) está satisfeita com as leis de amparo e incentivo ao emprego formal para as pessoas com deficiência? Recomendaria alguma alteração?

Quadro 25 – a palavra da presidente da ADVAM - 12

Presidente: “A lei é boa né. Isso aí...não dá pra negar que a lei é boa, ela é positiva, mas assim, se eu tivesse que sugerir uma melhoria...uma empresa que tem 10 (dez) pessoas com deficiência, a lei podia dizer que essa deficiência tem que se diversificar, porque senão, se a minha empresa é de telemarketing, eu contrato todo mundo cadeirante, e tudo que eu tenho que fazer é fazer é cabine de 83 (oitenta e três) centímetros pra encaixar cadeiras de rodas...enquanto que o cego desempenha muito bem essa função, só ia ter que instalar o NVDA (leitor de tela) no computador”.

Elaboração: o autor

A presidente acrescenta: “Sim. Uma empresa com 30 (trinta) funcionários, ela já tem condições de colocar uma ou duas pessoas com deficiência...[...] porque que eu coloco uma divisão tão grande, que só as empresas de grande porte médio são capazes de...sei lá, de investir na pessoa com deficiência? E as pequenas empresas?”

A sugestão da entrevistada diz respeito à alteração da lei de cotas, no sentido de não permitir que as empresas contratem trabalhadores, de apenas um seguimento de deficiência, pois, assim, se ampliaria as oportunidades, beneficiando todos os seguimentos.

Essa prática das empresas de priorizarem um certo tipo de deficiência, pode ser vista como um gesto de discriminação, considerando que a legislação tem o objetivo de promover o acesso ao trabalho de todas as pessoas com deficiência.

3.7 Os trabalhadores com deficiência visual nas fábricas do setor eletroeletrônico do PIM: por eles mesmos

Por uma questão de preservação da identidade dos entrevistados, optamos por citarmos apenas o último nome. E para melhor compreensão das entrevistas, as perguntas estão identificadas pela maiúscula P, enquanto as respostas estão identificadas pela letra maiúscula R.

Perfil dos entrevistados:

1. Santos

Sexo: masculino

Idade: 53 anos

Acuidade visual: baixa visão

Escolaridade: ensino médio completo

Tempo de serviço: 1 (um) ano e 3 (três) meses de empresa

2. Souza

Sexo: masculino

Idade: 32 anos

Acuidade visual: baixa visão

Escolaridade: ensino médio completo

Tempo de serviço: 9 (nove) meses de empresa

3. Junior

Sexo: masculino

Idade: 19 anos

Acuidade visual: baixa visão

Escolaridade: ensino médio completo

Tempo de serviço: 3 meses

4. Silva

Sexo: masculino

Idade: 44 anos

Acuidade visual: cego

Escolaridade: ensino médio completo

Tempo de serviço: 22 anos de empresa

P - Como o(a) Sr.(a) foi encaminhado(a) para a empresa?

R - Santos: “Como eu já tinha trabalhado em outras empresas, eu já tinha experiência...aí eu fui direto nas empresas de RH, mas antes eu ia pela ADVAM”. “Eu sempre fui pela ADVAM, e raramente fui pelo SINE”.

Souza: “Pela ADVAM. Ela me encaminhou para que eu fosse avaliado pela empresa”.

Junior: “Foi pela ADVAM, que apresentarem à minha mãe. A minha vontade era trabalhar e de lá me indicaram lá pra Tecnicolor”.

Silva: “Eu estava na ADVAM, aí ligaram pra lá e perguntaram se tinha alguém que queria trabalhar e eu disse: eu. Só tinha eu de candidato”.

O vínculo com a Entidade, ainda é muito intenso, no que se refere ao encaminhamento ao mercado de trabalho. Durante a entrevista, deixaram transparecer uma confiança maior na ADVAM, o que lhes transmitiam mais segurança para se apresentarem às empresas, o que não acontecia em relação aos órgãos do governo. Essa segurança é oriunda do fato da ADVAM conhecer as especificidades da deficiência e saber lhe dar com elas.

Ainda acerca da confiança dos associados a instituição, importa salientar que as entidades associativas dispõem de instrumentos legais para fazerem cumprir os direitos de seus afiliados. “Elas, desde que constituídas a mais de 1 (um) ano nos termos da lei” (BRASIL, 2007, p. 51).

Lembremo-nos, que a Lei n. 7.853/89, em seu Art. 3º, preceitua que podem promover ações civis públicas, que se destinam à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência (BRASIL, 1989).

São organizados em associações, que as pessoas com deficiência se fortalecem, fazendo reverberar seus anseios.

P - O (A) Sr.(a) enfrentou alguma dificuldade para ser inserido(a) no mercado de trabalho? Qual?

R - Santos: “Depois que eu consegui entrar em uma empresa e adquirir experiência, passei pouco tempo em algumas fábricas, mas sempre consigo

entrar em outra empresa. Quando eu sair daqui eu quero montar um negócio pra mim”.

Souza: “Como deficiente, não. Mas eu já trabalhei numa empresa que eu não disse que eu era deficiente...então a empresa não trabalhava com deficiente, então eu deixei de falar que eu era deficiente”.

Junior: “Tive um pouco, as vezes eles não querem deficientes visuais”.

Silva: “No começo não foi muito fácil porque eu sou cego, eles sempre quiseram pessoas com baixa visão. Até que eu consegui”.

Em todos os momentos da investigação, ficou claro a atuação da associação e o interesse dos trabalhadores, em buscar uma colocação no mercado de trabalho por iniciativa própria.

Lancillotti (2003) assegura que a escolarização e o ingresso no mundo do trabalho, da pessoa com deficiência, estão intrinsecamente vinculados aos aspectos históricos, econômicos e sociais.

A autora ainda acrescenta, se forem oferecidas as condições e equipamentos adequados, a inclusão ao trabalho e à escola torna-se possível. Alerta, no entanto, para o fato de se oferecer uma capacitação bem aquém do que exige o mercado, o que limita o profissional com deficiência a empregos menos qualificados. Assim, a lógica capitalista, movida pelo lucro e pela competição, absorve mão-de-obra, “[...] à medida que são capazes de promover vantagens econômicas para o capital e deixam de ser aproveitados à medida que a oferta de mão-de-obra se amplia)” (LANCILLOTTI, 2003, p. 20).

O pensamento de Lancelotti (2003) coaduna com o de muitos autores já citados neste trabalho, porém, no caso dos trabalhadores entrevistados, a dificuldade maior de acesso ao trabalho não está vinculado nem à escolarização, nem à qualificação, haja vista que as empresas não fazem grandes exigências neste sentido. A não aceitação está mais relacionada ao grau de severidade da deficiência.

A nossa Constituição em voga já preconiza a democratização das oportunidades de trabalho. No referido documento podemos ler: Art. 7. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXXI Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência [...] (BRASIL, 1988).

Destarte, nossa Carta Magna é violada, ao identificarmos a imposição de tantas barreiras ao acesso das pessoas com deficiência visual ao emprego formal. Outro importante documento, é o Decreto Federal n. 3298/99, em seu Artigo 6º que preconiza: IV – Garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista (BRASIL, 1999). Ou seja, educação, trabalho e outros, são direitos garantidos. Uma vez garantidos, cabe ao estado a materialização desses direitos, por meio de articulações intersetoriais.

A nível estadual, a atenção às pessoas com deficiência também está preconizada no Art. 17, II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (AMAZONAS, 1989).

Podemos dizer que as pessoas com deficiência têm sua participação garantida em todos os setores da sociedade, inclusive no trabalho. Podemos inferir ainda, que não pode haver qualquer tipo de restrição no tocante à admissão de pessoas com deficiência, como para qualquer outra pessoa, o que deve ser valorizado, é a habilitação, aptidão. No caso das pessoas com deficiência, observar se a deficiência é compatível com a função.

P - Quais as dificuldades enfrentadas para alcançar sua escolarização?

R - Santos: “Não tive nenhuma dificuldade. Quando eu estudava, eu ainda enxergava. [...] Quando eu tirei o ensino médio, eu ainda enxergava mais ou menos”.

Souza: “Eu quase cheguei a entrar na justiça pra poder entrar, porque a gestora simplesmente disse que a escola não era para uma pessoa doente”. Perguntado sobre as dificuldades após ingressar na escola, respondeu: “Bastante. Porque como os professores, eles não têm aquela qualificação, para atender à necessidade diferente, e os outros faziam um grupo ali, e eu era apenas eu ali, então foi muito difícil assim”.

Junior: “Não. Não tive nenhuma dificuldade não. Estudei normal”.

Silva: “Olha, dificuldade, sim, porque eu era o único cego em sala de aula. Tinha colega que se disponibilizava, as vezes parece que brigava com a namorada e não queria ajudar, mas aparecia outro...O meu fundamental eu tirei no Joana Rodrigues (escola pública especializada para deficientes visuais em

Manaus)”. Ao ser perguntado se a maior dificuldade foi quando de seu ingresso na escola comum, respondeu: “Sim. Lá foi a maior dificuldade...[...] no Joana foi tranquilo”.

Ainda que as escolas especializadas, tenham sido consideradas segregatórias, a fala dos sujeitos remete os principais reclames para a escola convencional, pela sua deficiência estrutural no atendimento aos educandos com deficiência.

Problemas de atendimento educacional desses sujeitos, normalmente não estão relacionados ao indivíduo ou à sua deficiência, e sim, a barreiras atitudinais, falta de apoio da família, falta de habilidade docente (falta de qualificação). De uma forma geral, falta de um espaço escolar que ofereça as condições necessárias para um bom atendimento, que possamos considerar inclusivo.

Matos, Souza e Oliveira, em estudo sobre acessibilidade e inclusão escolar em Manaus, assim se reportaram:

“[...] averiguamos que existem diversas manifestações dos governos (federal, estadual e municipal) e um pequeno número de atuações no caminho entre implementar e efetivar as disposições garantidas em leis, que sustentam e legitimam o direito de igualdade, de ir e vir, de acessibilidade, de educação, bem como tantos outros benefícios previstos em diversos documentos” (MATOS; SOUZA; OLIVEIRA, 2019, p. 12).

Efetivar, significa produzir efeito. Neste sentido, os autores nos dizem que a legislação é implementada, porém, sem causar os efeitos esperados. Para enriquecer o debate acerca do processo de inclusão educacional, destaca-se que “o paradigma da inclusão serve de parâmetro à gestão educacional e para a efetivação de projetos políticos-pedagógicos, que privilegiem o respeito à diferença, numa transformação histórica nos processos de exclusão, presentes na educação brasileira” (MATOS, 2008, p. 72).

É preciso transformar o vício histórico da excludência em nossa educação. Pelo fato do Brasil ser signatário dos principais documentos internacionais que norteiam um novo modelo de educação para todos, e por tantas outras razões, nada mais justifica tantos educandos com deficiência alheios à escola, ou vítimas de uma falsa inclusão. “[...] a educação para a

experiência é idêntica à educação para a emancipação” (ADORNO, 1995, p. 151).

A tentativa de consolidar a educação para todos e todos no mesmo espaço escolar é decisivo para superação da barbárie que se construiu ao longo da história, entre as pessoas com e as sem deficiência. A convivência entre todos é que proporciona experiências, elementos fundamentais para a emancipação humana.

Pensar a educação em um novo milênio, que ora se inicia, é pensar que a escola brasileira encontra-se na atualidade aberta a diferentes públicos, que busca na educação sua emancipação política, sua inserção enquanto sujeitos sociais dotados de direitos e sua cidadania construída a partir de sua inclusão escolar em diversos espaços sociais” (COSTA; RODRIGUES, 2018, p. 11).

P - Como se deu sua qualificação profissional? Na própria empresa, ou em alguma instituição de ensino profissionalizante?

R - Santos: “Na minha primeira empresa, eu já tinha um pouco de qualificação, mas em cada empresa o trabalho é diferente e a gente acaba aprendendo na própria empresa”.

“Eu fiz informática em empresa de cursinho, curso normal, eu ainda consigo enxergar as letras do computador. Fiz um curso pelo SINE também”.

“Tinha uma ONG no Monte das Oliveiras, que eles ofereciam muitos cursos, e eu fiz por lá. Parece que eles recebiam recursos de empresas do Polo Industrial de Manaus, pra qualificar PcD...tinha uns cursos até bacanas. Quando a gente terminava, algumas empresas contratavam alguns, mas só por pouco tempo. As vezes eles assinavam a carteira da gente enquanto a gente fazia o curso, depois que terminava eles davam baixa na carteira”.

Souza: “Bom, os cursos que eu fiz na primeira empresa que eu trabalhei, não era exatamente o que eles queriam, mas a forma de conversar me ajudou muito, mas antes de trabalhar eu já tinha alguns cursos”.

Junior: “Não. Eu não tenho curso”.

Silva: “Eu aprendi na própria empresa, com o treinamento que me deram”.

Considerando que as vagas oferecidas, normalmente são para auxiliar de produção, não há grandes exigências de qualificação. Por outro lado, se o tempo

de permanência desses trabalhadores nas empresas é curtíssimo, não teria maiores razões para as fábricas investirem em qualificação.

Nos estudos de Oliveira (2013), aprendemos que a grande maioria dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus não dispensa maiores preocupações com qualificação profissional.

“No caso de algumas empresas, dá-se maior importância ao adestramento dos trabalhadores em postos de serviços. O mais grave é quando isso acontece com os operadores de máquinas que muitas vezes apertam botões, desconhecendo, por completo, os fundamentos das operações” (OLIVEIRA, 2013, p. 108).

Na verdade, a empresa perde quando o trabalhador ignora o processo fundamental das operações, pois, em algum momento, este sujeito poderia contribuir para o melhoramento e aperfeiçoamento do referido processo. Da forma como a realidade se apresenta, ocorre uma subvalorização e subutilização do trabalhador operário.

Dore (2006) nos leciona que endossadas na politecnicidade³³ de Marx, podemos citar as propostas de Lenin e Gramsci. Enquanto a propositura lenista, propunha uma escola única do trabalho, ou seja, uma instituição escolar que trouxesse o trabalho para dentro de si, sem, contudo, transformá-la em uma em instrução para a fábrica; a proposta gramsciana, surge como um vasto campo projetado por uma escola unitária, formada pela combinação entre uma educação politécnica e formação geral, fundamentadas na formação do novo homem para a revolução cultural, em busca da hegemonia.

P - O(A) Sr.(a) acredita que as pessoas com deficiência visual têm mais dificuldade de serem admitidas que outras pessoas com outras deficiências? Por quê?

R - Santos: “Com certeza. Eles, na verdade, não querem contratar a gente”.

³³ Quando primeiramente Max usou a palavra politecnicidade usou-a junto com a palavra tecnologia. Enquanto a palavra politecnicidade advém da união de poli e téchne em que o primeiro termo quer dizer muitos, múltiplos e o segundo conhecimento da prática para a realização de uma tarefa, politecnicidade significa, literalmente, múltiplas técnicas; A definição de tecnologia se refere ao estudo da técnica, ciência da técnica ou técnica fundada cientificamente (SAVIANI, 2007).

Souza: “Bom, dependendo da área que a empresa busca...na vez que eu fui pra essa empresa, TECNICOLOR, tinham outras pessoas com deficiência, que foram descartadas, que pra elas não estavam no padrão que elas procuravam como deficiente. Tinha pessoas com problemas de dicção, tinha um rapaz que tinha problema na movimentação do braço, então eles buscam a pessoa com deficiência, o grau delas, até onde elas podem usar a mão-de-obra delas”.

Junior: “Eu vou arriscar dizer, baseado no que eu tenho conversado com outros deficientes de outras Associações, é que eles só contratam a gente porque falta PcD leve pra cumprir a cota”.

Silva: “Tem sim, mais dificuldade, vixe! Eles só querem baixa visão, deficiente leve. Eu acho que eu só consegui porque a senhora de lá foi legal comigo e acreditou em mim. Graças a Deus!”

Em tempos de inclusão e de cidadania, não é razoável que as pessoas necessitem recorrer às providências divinas, para terem seus direitos sociais respeitados e garantidos. Tudo passa pelo viés da cidadania e direitos humanos. Para tanto, a revolução humana tem que acontecer.

A aceção de deficiência não é algo fácil de ser desconstruída. Podemos dizer que está para além do ordenamento jurídico. Envolve conceitos, preconceitos, informação e solidariedade, em uma abrangência ampla da subjetividade humana.

Na Constituição do Estado do Amazonas, temos referência ao combate a qualquer tipo de discriminação no mundo do trabalho. Podemos ler no Artigo 210: “O Poder Público dispensará especial atenção ao trabalho, reconhecido como fator preponderante da realização individual, produção de riquezas, mobilidade e transformação social”.

Parágrafo 3º - “Não admitirá no estado a adoção de medidas seletivas de pessoal que resultem, na prática, em discriminação de qualquer natureza” (AMAZONAS, 1989, p. 131).

As fragilidades no sistema de fiscalização no cumprimento das leis em nosso país, conduz, normalmente, a um distanciamento entre as letras da lei e a realidade do cotidiano. Não é raro, empresas burlarem a lei, num gesto de desprestígio aos trabalhadores com deficiência visual em Manaus.

P - Como o(a) Sr.(a) se sente trabalhando na empresa?

R - Santos: “Eu me sinto bem, mas eles exigem muito da gente, até aquilo que a gente não pode fazer, eles querem obrigar. Quando acontece alguma coisa demais, como uma vez o encarregado veio falar...(palavrão) pra mim, porque eu não tinha conseguido bater a meta, eu fui falar pra moça do RH, mas ela não fez nada, mas é assim mesmo”.

Souza: “Bom, a empresa a qual eu trabalho, ao mesmo tempo ela valoriza, protege um pouco você que é deficiente, ao mesmo tempo te deixa um pouco na mão, não é? [...] houve pessoas que não me deixavam trabalhar perto delas, falavam pra mim que lá não era meu lugar, que eu não era capaz, líderes que não faziam aquela motivação toda, entendeu? Me colocavam num onde assim, aqui é pra você, porque eu sei que você não é capaz [...], mas eu tive uma boa orientação de meus superiores, meio que abraçaram a causa, pra não deixar acontecer esse tipo de constrangimento”.

Junior: “Bem. Eu me sinto bem. Eu tô trabalhando”.

Silva: “Até agora eu tô bem. Não tenho do que reclamar. Poderia ser melhor, mas fazer o quê”?

Fica evidenciado, de forma direta ou indireta, subliminarmente, uma certa satisfação, pelo simples fato de estar trabalhando, mas um certo conformismo com a precarização do trabalho.

Em um país com constantes crises de desemprego, economia volátil e instável, sujeitar-se a condições de trabalho inadequadas, pode ser a melhor medida para preservação de emprego. Estamos falando de pessoas bem ou mal qualificadas, bem ou mal remuneradas etc., o que serve como recurso para as empresas negligenciarem as condições nos ambientes laborativos.

Se as dificuldades assim se apresentam para os trabalhadores sem deficiência, a situação se agrava para as pessoas com deficiência visual perante a “gelidez da burguesia” (COSTA, 2001, p. 221).

Fica claro na fala dos narradores, a fundamentalidade do trabalho em suas vidas, pois, de acordo com a autora citada, “defendem o trabalho como alternativa de acesso e aceitação do deficiente pela sociedade” (p. 216).

Esta autora, por meio de seus estudos, acerca da atividade laboral de trabalhadores com deficiência visual no Rio de Janeiro, observou a mesma mensagem contida nas vozes dos sujeitos de nosso estudo, ou seja, que o

trabalho formal, tem centralidade no processo de inclusão social, ou como forma de tirá-los da invisibilidade.

P - O (A) Sr.(a) já recebeu alguma promoção no trabalho?

R - Santos: “Nunca. Já trabalhei em mais de 8 empresas e nunca recebi uma promoção”.

Souza: “Ainda não, eu já conversei com outros deficientes que estavam lá, eles conseguiram promoção e tudo, não é? Mas eu perguntei aos meus chefes se quando tivesse aberto as vagas para promoção, eles falaram que não tinha nenhum problema eu me inscrever pra concorrer a uma promoção”.

Junior: “Não. Ainda não. Eu tenho pouco tempo de empresa”.

Silva: “Não. Nunca tive esse privilégio. Já me trocaram de setor, mas o salário continuou o mesmo”.

As vozes anteriores sugerem a não valorização dos trabalhadores, que perpassa naturalmente, pela descrença das potencialidades.

O trabalhador 4, apesar de duas décadas de prestação de serviço na mesma empresa, ainda não teve seu trabalho reconhecido. Se uma das razões é a escolarização, seus chefes diretos todos possuem apenas o ensino médio.

P - Como é seu relacionamento com seus colegas e chefes?

R - Santos: “Com alguns eu me dou bem, com outros não. São uns caras que não tem respeito por nós PcD”.

Souza: “Bom, com os meus chefes eu não tenho o que reclamar, eles são umas pessoas que são brandas, em relação à minha deficiência [...]”. “[...] meu chefe sempre diz: você é um deficiente, mas eu tô cobrando de você como colaborador [...]”.

Junior: “Logo quando eu cheguei eles me trataram super bem e continuam me tratando super bem. Me tratam como uma pessoa normal. Só que eles sabem de todos os meus direitos, né?”.

Silva: “Agora é bom, mas com chefe já não foi tão bom”.

Existe uma grande complexidade quando nos referimos a relacionamento humano nos espaços laborativos. É necessária uma análise muito minuciosa, para compreendermos se os problemas de relacionamento estão vinculados à deficiência, considerando que pessoas que não tem deficiência, também tem

problemas nas interações interpessoais de ordens diversas nos ambientes de trabalho.

De uma forma geral, os problemas existem em todas as empresas onde os entrevistados atuam. O serviço social ou o setor de RH das empresas, podem desenvolver ações, no sentido de esclarecer aos colegas do setor que irá receber o trabalhador com deficiência visual, inclusive os líderes e chefes, acerca das características da deficiência do novo trabalhador, tanto facilitar o relacionamento, como para evitar constrangimentos para ambas as partes.

Costa (2001) caminha no mesmo sentido de ideias, ao nos dizer que: é preciso ressaltar, porém, que diante dos elementos comuns presentes na identificação entre chefes e pessoas com deficiência visual, é perfeitamente possível promover a solidariedade, elemento fundamental para o combate ao preconceito e ao acolhimento da diversidade das pessoas, e vislumbro uma sociedade de humanos, onde suas especificidades sejam respeitadas para o reforço de suas singularidades.

Costa (2001) aposta na transformação de nossa sociedade, e credibiliza às pessoas essa possibilidade, pelo fato de a solidariedade ser intrínseco ao ser humano. Para se criar bons ambientes de trabalho, que pudéssemos considerar inclusivos, um bom treinamento para trabalhadores com deficiência e sem deficiência, inserindo-os nos mesmos setores, podem gerar ótimos resultados. “Na Europa isso ocorre na França, Inglaterra, Dinamarca, Irlanda, Itália, Holanda e Portugal” (PASTORE, 2000, p. 155).

O compartilhamento de ambientes e de produção, pode eliminar preconceitos e discriminação, criando uma ambiência mais salutar entre as pessoas. A tese de Pastore, “é de que uma boa articulação de macropolíticas sociais é essencial para as empresas poderem desempenhar o seu papel com mais eficiência” (PASTORE, 2000, p. 219).

Concordamos com o autor referenciado anteriormente, pois, o que é conquistado por meio de colaboração, tem muito mais possibilidade de render bons frutos, que a imposição de instrumentos legais verticalizados.

P - O(A) Sr.(a) já foi vítima de preconceito ou discriminação na empresa, pelo fato de ter deficiência visual?

R - Santos: “Já fui sim. Já ouvi coisas do tipo: esses PcD atrapalham o serviço, só querem serviço leve. Meu encarregado já falou pra mim: se não dá pra ti, pede a conta”.

Souza: “Ali, é quase todos os dias, nós sofremos por piadas, brincadeiras desnecessárias, situações desonrosas, não é? Aí as vezes chega um colega...ah! tu não tá vendo? Ele cego. Cego é assim mesmo, deixa ele aí...[...] eu prefiro ficar calado e me reportar a quem está acima de mim, que pode fazer o melhor por mim...como eu tô sem lente lá, então eu tropeço as vezes, ficam rindo, ficam debochando [...]”.

Junior: “Não, não. Nunca sofri preconceito não. Se isso chegar a acontecer, eu acho que eu não vou me doer, porque isso não me ofende”.

Silva: “Teve um gestor, e hoje não faz mais parte da empresa, que ele disse que eu é que tinha que me adaptar à empresa e não a empresa que tinha que se adaptar a mim. Não é pra ser assim, mas que que a gente pode fazer? Isso eu considero um preconceito muito grande”.

As respostas revelam que o preconceito está estreitamente relacionado à capacidade produtiva dos trabalhadores, como consequência da deficiência. Na narrativa do último sujeito, a fala do gestor transmite a ideia de que o empregador está em uma condição superior, por estar oportunizando ao trabalhador com deficiência, a possibilidade de exercer uma atividade produtiva.

Considerando que as empresas ainda não incorporaram o real conceito de inclusão, praticando atitudes que não proporcionam um ambiente receptivo, finda por promover uma adaptação forçada.

Documentos internacionais a esse respeito, sugerem: Sensibilizar de seu quadro funcional no sentido de eliminar preceitos e estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais. Permitindo, dessa forma, o respeito e a interação com as pessoas com deficiência (art. III, item 2, alínea "c" (OEA, 1999).

A partir do momento que os ambientes laborais contribuam para uma convivência salutar entre todos os funcionários, com a prevalência do respeito mútuo, certamente que a empresa tem um ganho na produtividade.

P - Como é a acessibilidade na empresa/local de trabalho?

R - Santos: “Nenhuma. É por isso que eles querem só deficiente leve, pra não ter que mexer em nada”.

Souza: “[...] até mesmo os profissionais como engenheiros, essas coisas, que me conhecem e sabem do meu problema e o que eu tô passando, eles, éééé...tentam me ajudar, não é? Avaliando por onde eu passo, o que eu deixo de fazer pra que eles amenizem mais pra que eu não venha a sofrer um acidente de trabalho. Eles perguntam se tá bom ou não, se pode modificar pra melhorar”.

Junior: “É muito boa isso. Não tenho nenhuma dificuldade no serviço”.

Silva: “É como eu falei lá atrás sobre o gestor, mas a gente vai buscando os nossos objetivos, independente dos obstáculos que tem. Uma vez o gerente geral chamou o gerente do setor e perguntou: rapaz, eu tive acompanhando o teu funcionário desde lá da frente, e em nenhum momento ele se bateu... e o gerente me perguntou: você está me enganando? Eu disse, eu não chefe, é só andar com cuidado que não tem como se bater. A resposta era essa, mas não podemos usar a resposta adequada...a resposta adequada era dizer: eu sou cego e não doido”.

Segundo a fala dos trabalhadores, não existe uma preocupação das empresas acerca da acessibilidade nos espaços fabris. Evita-se a acessibilidade a partir do momento que se busca um posto de trabalho que não exija nenhuma adaptação, ou seja, é a integração que prevalece e não a inclusão. Em um outro sentido, quanto mais leve a deficiência, menos necessidade de alterações em espaços e equipamentos.

A acessibilidade é um desenho de abrangência universal. Não se restringe única e exclusivamente a adaptações em diversas dimensões, mas condições de acesso ao maior número de pessoas.

Precisa-se tomar consciência da importância da implementação de políticas públicas que garantam a acessibilidade em todas as suas dimensões e se constituem em pré-requisito para um cenário social inclusivo, ou seja, uma sociedade que reconhece, respeita e responde às necessidades de todos os cidadãos” (MATOS; SOUZA; OLIVEIRA, 2019, p. 12).

Como vimos na fala dos autores anteriores, a acessibilidade tem um campo de abrangência extremamente amplo. Diríamos, socialmente integral. Para além de rampas e banheiros adaptados.

P - O (A) Sr.(a) participa de cursos e palestras oferecidos pela empresa?

R - Santos: “Não. Nunca fiz nenhum curso pela fábrica. Se ofereceram, foi só pros apadrinhados”.

Souza: “Bom, a empresa sempre teme isso, mas no momento ééé... nós participamos de palestras, assim, que são chamadas de DDS, que são informativos, então toda sexta-feira nós participamos de DDS [...] falam do cotidiano, até mesmo do aspecto do... da deficiência, dos deficientes que tem ali”.

Ao ser perguntado novamente sobre qualificação, o trabalhador respondeu: “Não. Qualificação não”.

Junior: “Não. Ainda não. Vai ter só final do ano, mas eu vou participar ainda. Já me indicaram, né?”

Silva: “Só o básico do básico pra dizer que os funcionários chegaram a fazer algum tipo de treinamento. Mas curso específico da produção, nunca teve, a não ser as pessoas da parte da manutenção industrial”.

Ao ser questionado se houvera algum curso para o qual ele não fora convidado, ele respondeu: “Sim. De informática, de relações interpessoal, mas isso foi mais pra parte da chefia. Algumas pessoas que foram convidadas foram da parte administrativa”.

Podemos observar que a participação dos trabalhadores entrevistados, é diferente dos demais trabalhadores sem deficiência. As oportunidades não são equânimes. Assim, o discurso das empresas se mostra contraditório, quando dizem prezar pela alta qualificação e escolarização.

P - Qual o motivo da saída do seu último emprego?

R - Santos: “Eles disseram que estavam fazendo redução de quadro. Como a gente vai saber se era isso mesmo?”

Souza: “O motivo da saída do meu último emprego, foi quando veio o auge da crise, né? Então tive essa diminuição de quadro, então eu vim a sair da empresa”.

Junior: “Este é o meu primeiro emprego”.

Silva: “Faz muito tempo. Eu ainda enxergava. Saí por motivo de problemas na coluna”.

Considerando que existe de fato grande volume de pessoas desempregadas, ou seja, grande quantidade de mão-de-obra excedente, fica frágil o emprego desses indivíduos. Qualquer oscilação no mercado, que afete a balança de emprego, nas práticas de demissão, os trabalhadores com deficiência são facilmente afetados.

P - O(A) Sr.(a) mudaria alguma coisa na lei de cota para facilitar a sua implementação?

R - Santos: “A lei é boa, mas o problema é que as empresas não querem deficientes, principalmente o visual”.

Souza: “Ainda falta muito, até mesmo nessa empresa que eu estou, e nas que eu passei, levo e absorvo esse conhecimento de...sempre dou como exemplo pra elas, quando elas me perguntam, né? Se há algum problema que eu estou passando...as vezes vocês sabem que a gente é deficiente, mas sabe sobre a deficiência...que tem diferença uma da outra”.

Junior: “Sim. A lei é muito boa, porque dá prioridade pra gente que tem deficiência. Eu acho que devia ser ...no caso, uma prova diferente (fazendo referência aos testes teóricos pré-admissionais). Deviam facilitar mais, porque a dificuldade de não enxergar é muito complicado...prejudica a pessoa. As vezes tem uma pessoa com visão normal e você não, acaba ficando a pessoa que tem as duas visões, no caso, e você fica pra trás. ”

Silva: “Tinham que fazer alguma coisa para as empresas não contratarem só deficiente leve, deficiente físico que não tem nenhuma dificuldade de trabalhar”.

A legislação favorece a vontade do empregador, que define a deficiência, bem como o grau de comprometimento do indivíduo. Uma interferência por parte do Estado, neste sentido, poderia ser considerada invasiva, uma vez que cabe ao empregador definir seus protocolos de seleção e o perfil de seus empregados.

Em nossa pesquisa bibliográfica, não identificamos nenhum autor que ajuizasse sobre o assunto com profundidade. Ao serem perguntados acerca de possíveis alterações no quantitativo mínimo para as empresas admitirem trabalhadores com deficiência, todos foram unânimes em afirmar que a redução seria positiva.

Ao redor do mundo, muitos países não estabeleceram cota, ao passo que em outros, empresas abaixo de 100 (cem) funcionários, já tem a obrigatoriedade de contratação. Vejamos alguns exemplos, a seguir:

Portugal: No Artigo 28, da lei 38 de 2004, estabelece o percentual de no mínimo de 2% de trabalhadores com deficiência, para empresas privadas a partir de 50 funcionários;

Espanha: A Lei n. 66, de 1997, que ratificou o Decreto Real 1.451/83, em seu Artigo 4º, preconiza o percentual de 2% de trabalhadores com deficiência, para empresas com mais de 50 funcionários em seu quadro efetivo;

Japão: A lei de promoção de emprego para pessoas com deficiência, do ano de 1998, fixa o percentual de 1,8, para empresas com mais de 56 funcionários³⁴.

De acordo com os dados quantitativos e qualitativos levantados, a aquisição de trabalhadores com deficiência visual no setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, não está rigorosamente relacionada à quantidade de empregados das empresas. Podemos comprovar tal afirmativa, quando temos a empresa do trabalhador Santos com 1800 funcionários, e apenas 3 (três) funcionários com baixa visão e, a fábrica contratante de Silva, com apenas 1 (um) funcionário com deficiência visual (cego).

Nos estudos de Pastore (2000), observamos que fica evidente algumas fragilidades no processo brasileiro de inclusão laboral das pessoas com deficiência. O autor assim se posiciona:

Ficou clara as fragilidades de nossas políticas. Ao lado de uma profusão de direitos coexiste uma pobre implementação. Na formulação dos direitos, a maioria dos legisladores brasileiros deu as costas às regras do mercado de trabalho, fazendo prevalecer a falsa concepção segundo a qual, colocando-se um dispositivo na lei, o portador de deficiência é automaticamente inserido no trabalho produtivo” (PASTORE, 2000, p. 8).

³⁴ Disponível em: <https://www.camarainclusao.com.br/noticias/27diapelainclusao-02-cota>.

No posicionamento do autor citado, fica evidente a falta de articulação intersetorial. Em consequência disso, “políticas formuladas no meio do obscurantismo tem pouca chance de sucesso” (PASTORE, 2000, p. 218).

P - O (A) Sr.(a) acredita que só foi admitido(a) somente por obrigatoriedade da lei?

R - Santos: “Sim, porque na verdade eles não querem contratar PcD. [...] eles dizem que a gente dá problemas”.

Souza: “Sim. Como as empresas têm aquele programa da Zona Franca, de cuidar da natureza, essas coisas, tem a cota. Se houvesse a cota, não haveria essa facilidade de poder entrar”.

Junior: “Sim. Eles estavam precisando e tava faltando PcD”.

Silva: “É isso mesmo. Mas também, tem deficiente que apronta muito, e aí, prejudica os outros, entende?”

Se na fala dos sujeitos, fica claro que suas admissões foram apenas um gesto de cumprimento protocolar legal, logo, no caso da ausência da lei, possivelmente eles não teriam tido a oportunidade de exercer uma atividade nas empresas onde trabalham.

Ainda que a oportunidade de emprego formal, tenha surgido por obrigatoriedade legal, esse fato é imensamente significativo na vida dos trabalhadores.

No contexto da modernidade, o homem, para ser valorizado, precisa se tornar produtivo. Com o advento da Revolução Industrial e a necessidade crescente de mão-de-obra, trabalhar torna-se algo nobre e dignificante, pois assim, o homem garantiria sua subsistência e a de seus dependentes. E quando isso não acontece? O indivíduo se vê à margem da sociedade, alheio e alijado do círculo de consumo, portanto de fora do sistema capitalista, que valoriza o lucro, a competição e a competência³⁵ (PACHECO, 2013, p. 110).

³⁵ Podemos dizer que competência, é um dos elementos mais em moda no campo da gestão empresarial da atualidade, mormente quando fazemos referência ao processo de reestruturação produtiva, ocorrida nas duas últimas décadas do século XX, tendo como parâmetro o modelo nipônico de organização empresarial, também conhecido como Toyotismo, cujos procedimentos gerenciais, estão fundamentados no envolvimento da subjetividade do indivíduo trabalhador no processo de produção.

De acordo com Harvey (2004), Ramalho e Santana (2004), Antunes (2005), o modelo japonês prima pelo cooperativismo, o trabalho em equipe, a polivalência e multifuncionalidade. Assim, o operário não será um simples cumpridor de tarefas, pelo contrário, assumira o compromisso com a melhoria contínua do curso produtivo, bem como os resultados da empresa.

Os autores citados, fazem referência à capacidade do capitalismo de se apropriar do trabalhador no seu todo, inclusive do seu aspecto psicológico.

Nas vozes dos entrevistados, não observamos nenhum desejo inaudito. A espontaneidade nos parece ter prevalecido. Certamente que por não termos aproximação com alguns dos sujeitos, isso poderia interferir na liberdade de expressão, por isso, buscamos deixá-los tranquilos e sem receio de manifestarem seu pensamento.

Pedimos aos entrevistados, que tentassem ser o mais claro possível, pois, assim, quanto mais clareza nas respostas, maior a probabilidade de nos aproximarmos do conhecimento da realidade que envolve o processo de inclusão laboral. Observamos em alguns gestos, como no tom da voz e na disposição em participarem da entrevista, o desejo de serem ouvidos, a vontade de publicizarem o que acontece no chão das fábricas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus, no que diz respeito às suas participações nas mais diversas relações empregatícias.

São as vozes dos sujeitos em foco, que emitem importantes mensagens ao Estado, bem como a outros setores afins.

“As pesquisas sobre a temática, servem como termômetro para governantes e governados, avaliarem e redimensionarem ações afirmativas oriundas das políticas públicas, objetivando minimizar as desigualdades sociais” (BATISTA e MATOS, 2017, p. 103).

Entendemos que as informações adquiridas, foram capazes de responder aos questionamentos por nós elaborados. Sabemos, no entanto, que um estudo de caso demonstra resultados por amostragem e, com os desdobramentos dessa pesquisa, em ato contínuo referente ao tema, poderão apresentar resultados mais aprofundados.

Os dados qualitativos apresentados até aqui, nos convidam a repensar as práticas adotadas por nossa sociedade, mesmo a despeito de toda evolução

legal em nosso ordenamento jurídico, de um distanciamento entre quem tem deficiência e quem não tem; entre empregador e empregado. Temos que repensar para onde o trabalho está nos conduzindo, e para que mundo do trabalho estamos sendo conduzidos, submersos em uma sociedade povoada de dúvidas e incertezas, que nos fazem experimentar momentos tão interrogativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo de contribuir com o conhecimento acerca da inclusão das pessoas com deficiência visual, e mostrar que uma convivência melhor entre os seres humanos é possível, bem como, chamar a atenção para o impacto do capitalismo, em várias dimensões, na vida das pessoas, foi o motor que nos moveu para a implementação deste projeto. Certamente que não vamos mudar o mundo por completo, a partir dos dados evidenciados, mas parafraseando Paulo Freire (1987), transformar um pedaço do mundo é também transformar o mundo.

Podemos sim, redirecionar a rota de nossa caminhada em busca de um mundo bom para todos. A igualdade social é o elemento fundante e socializante da equidade popular.

Sabemos, no entanto, que as transformações almejadas pelos sujeitos alvo dessa pesquisa, só serão realizadas principalmente por eles mesmos, no conflito dialético inerente à nossa sociedade.

Para fazermos qualquer tipo de mudança, não basta tão somente termos a consciência que é preciso mudar, mas precisamos mudar primeiro aqueles que permanecem em inércia, cúmplices do nosso mundo vivido contemporâneo.

A compreensão da articulação entre as categorias educação, trabalho e pessoa com deficiência visual, para posteriormente desvelar as possibilidades de inclusão laboral dos referidos sujeitos no Polo Industrial de Manaus foi o grande desafio desta tese. É mister investigar e compreender essas partes, para se alcançar a totalidade acerca do tema em estudo. Mas é preciso fazer uma boa escolha das veredas da investigação para se obter bons resultados. “[...] a definição dos caminhos metodológicos, é um gesto de criatividade, ficando a cargo de cada pesquisador, escolher as ferramentas de critérios científicos para desvelar o objeto de pesquisa” (BATISTA e MATOS, 2017, p. 73-74).

Ao longo da pesquisa, comprovamos o quanto são atuais as ideias de Marx, como bem infere Sartre (1978), que o marxismo ainda representa o horizonte intelectual de nosso tempo, e qualquer tentativa de superá-lo, tem-se demonstrado um retorno a níveis inferiores do pensamento. Epistemologicamente, é a filosofia crítica mestra no estudo do sistema

capitalista, por assim dizer. Dessa forma, justificamos a escolha do mesmo como referencial fundante de nossa tese.

Neste estudo, demonstramos que as empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus não estão contribuindo para a consolidação das políticas públicas, de amparo e incentivo ao emprego formal das pessoas com deficiência visual. Diante dessa constatação, afirmamos que a tese foi confirmada. Ratifica-se assim, a incongruência entre inclusão e capitalismo, onde prevalece não o acolhimento, mas a aquisição de mão-de-obra por interesse.

Cumprida todas as etapas preestabelecidas para a pesquisa, podemos dizer que todos os objetivos foram atendidos. Assim sendo, diante dos resultados obtidos, assumimos o compromisso de promover alguns desdobramentos, como forma de retorno acadêmico e societal, a saber:

1. A tese deverá gerar diversos artigos, a serem publicados em periódicos com qualis elevados, que possam contribuir com o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Esperamos que nossa pesquisa também sirva de inspiração para outros pesquisadores, no intuito de contribuir com uma melhor compreensão do tema, pois a relevância da atividade de pesquisa, perpassa pela riqueza de pensamentos diversos, oriundos da multiplicidade de olhares;
2. Esta tese será apresentada à Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas - ADVAM, tanto como uma forma de agradecimento, pela forma cortês como participaram da pesquisa, quanto como uma forma de tentar colaborar com o desvelar do processo de inserção dos trabalhadores com deficiência visual no Polo Industrial de Manaus, servindo como substrato para novas ações inclusivas no campo laboral.

Para concretizarmos a realização desta pesquisa, mergulhamos na literatura pertinente ao objeto de nosso estudo, buscando referência nos contextos social, político, histórico, cultural e econômico da região amazônica.

Fazendo referência ao primeiro capítulo, podemos dizer que o capitalismo desembarca na Amazônia em um processo meramente exploratório colonial. Era apenas mais um território a ser desbravado pelos europeus, a exemplo do que fizeram em outras partes do mundo.

Reiteramos nosso pensamento, que não houve uma ação de povoamento na Amazônia indígena, mas um despovoamento, por meio da mais violenta forma beligerante, que foi o massacre, a dizimação e extinção de nativos.

A região no norte do Brasil foi alvo dos olhares do governo brasileiro, somente enquanto o látex era viável economicamente, e a exploração da borracha pouco deixou de concreto para a população ribeirinha da Amazônia, onde a maior parte dessa gente, passou a sobreviver das riquezas da floresta.

No tempo dos seringais, a valorização da vida escolar foi completamente desvalorizada. No interior da Amazônia, a educação não era prioridade, o lucro dos “coronéis de barranco” era a única coisa que interessava.

No contexto dos seringais, é obrigatório lembrarmos Chico Mendes, em várias de suas entrevistas, sempre se referiu à ausência de escolas nos seringais, como um dos elementos centrais do processo de dominação dos caboclos seringueiros por parte dos patrões. Por várias gerações, o analfabetismo contribuiu para a ideia de que o mundo estava organizado somente em patrões e fregueses, num ato de reprodução de uma estrutura social injusta e desigual.

Mesmo depois da criação da ZFM, o extrativismo permanece como uma importante fonte de subsistência. A industrialização da Amazônia se deu no período que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, em pleno período militar, em que a indústria nacional, fomentada pelo capital estrangeiro, contribuía com o crescimento econômico de até 7% ao ano.

Preocupado em atender a demanda do processo produtivo brasileiro, profundamente conectado com o capital monopolista internacional, o Estado brasileiro toma a educação como elemento fundamental e estratégico para seus projetos de desenvolvimento político e econômico. Verdadeiramente assim o foi, que podemos lembrar que nesse período, houve uma prevalência da educação profissionalizante.

É possível observar que, em função da preocupação com a mão-de-obra para atender à indústria, o sistema educacional brasileiro, estava fortemente organizado para tal objetivo. Em parte, isso se justifica, mas há que se acautelar. Toda formação profissional deve caminhar em consonância com uma boa formação intelectual, para não correremos o risco de formarmos trabalhadores robôs.

A Amazônia brasileira nunca teve a oportunidade de experimentar e criar uma cultura agrícola. Assim, projetos econômicos com o mínimo de impacto ambiental podem adequar-se melhor à vocação da região.

Em respeito ao bem-estar do planeta e da vida humana na terra, defendemos a tese que não é devastando a selva para produção de pastagens, que alcançaremos o nosso desenvolvimento. Já sedimentamos conhecimentos suficientes para identificarmos nossas melhores vocações econômicas.

A Zona Franca de Manaus, que fora criada com objetivos geopolíticos, econômicos e militares, impulsiona o desenvolvimento regional, mas não se firma como uma matriz econômica sólida e definitiva, havendo a necessidade de constantes embates políticos na arena do congresso nacional, para sua manutenção.

A criação da Zona Franca de Manaus, cujo projeto viabilizou o Polo Industrial de Manaus (PIM), a nível nacional e internacional, sempre sofreu severas críticas. A bem da verdade, é que o projeto franco-fabril de Manaus tem uma grande importância para a região e para o país. A ZFM representada em nossos dias, chegou a alcançar o 4º PIB industrial do Brasil. Assim, ao invés da ZFM ser um paraíso fiscal, como equivocadamente é apregoado, adquire relevância tanto a nível local como nacional.

Pode-se dizer que o processo de industrialização de Manaus esteve e permanece ancorado nos grandes investimentos estrangeiros, realizados pelos grandes produtores mundiais, da indústria eletrônica, seguida da de veículos sobre duas rodas, e, no entanto, é no setor eletroeletrônico, que se localiza o mais importante polo fabril da ZFM.

O vazio amazônico, em parte, foi preenchido com o modelo econômico vigente na região. A reboque do desenvolvimento local, veio também muitos problemas sociais para a cidade de Manaus.

Certamente que os problemas sociais, ambientais e urbanísticos, não podem ser atribuídos exclusivamente ao projeto ZFM, pois em outras regiões do país, os mesmos problemas são identificados. Assim, trata-se de problemas de gestão governamental no enfrentamento de tais problemas. Acreditamos que sem o projeto ZFM, a região poderia estar mergulhada em uma condição de profunda pauperização econômica.

É válido refletirmos acerca do grau de importância do polo fabril da cidade de Manaus para os trabalhadores com deficiência visual, considerando o grande número de pessoas aptas a exercer atividades laborais.

Em um contexto mais amplo, o parque industrial da Zona Franca de Manaus, tanto pela quantidade de funcionários, quanto pelo faturamento anual, poderia assumir de forma mais contundente a responsabilidade social. Oportunizar às pessoas com deficiência visual uma atividade produtiva formal, faz parte dessa responsabilidade.

É sabido que a finalidade do funcionamento de uma empresa é a produção de riqueza por meio do lucro e a do estado, cuidar do bem-estar de todos os seus cidadãos. No entanto, a nossa sociedade já evoluiu o suficiente para agir de modo diferente dessa organização.

Se quisermos viver uma sociedade humana, sem o cabo de forças entre empregados e empregadores, a responsabilidade deve ser compartilhada.

Enquanto a humanidade não criar um sistema econômico que supere o capitalismo atual, o melhor que podemos fazer, é mitigar seus males, por meio de ações que atenuem as desigualdades, a competição antropofágica entre pessoas, que possuem as mesmas necessidades basilares, os mesmos direitos e deveres na seara societal.

Um aspecto fundamental para a subsistência do Polo fabril de Manaus, é a competitividade. Neste sentido, para ser competitivo, deveria investir em tecnologia avançada. Para tanto, necessitaria de mão-de-obra especializada.

Sobre isso, ocorre um fenômeno interessante. Até os nossos dias, as fábricas reclamam a carência de mão-de-obra especializada, sugerindo que a rede “educoprofissional” local, ainda não foi capaz de satisfazer as necessidades fabris. Apesar da reclamação, há controvérsias, pois nos parece que a força de trabalho do amazonense é mais viável economicamente que investir em alta tecnologia.

É possível comprovar que o argumento de alta qualificação, pelo menos em relação às pessoas com deficiência, não se sustenta, considerando que as funções disponibilizadas são extremamente simples.

Normalmente, alguns trabalhadores com maior qualificação, são recrutados fora do estado do Amazonas, enquanto da própria região, a grande

monta é de trabalhadores com baixa qualificação, o que Anciães (1992) chamou de classe trabalhadora manauara.

A grande massa de trabalhadores não qualificados atraídos para a capital amazonense, é um dos impactos mais significativos do projeto ZFM na região. Esse êxodo caminha em uma velocidade infinitamente superior que as políticas públicas urbanas. A explosão demográfica da capital amazonense conduz a cidade a um processo de favelização, gerando um cinturão de favelas em torno de prédios e moradias de luxo. Uma fotografia da desigualdade societária.

Os trabalhadores evidenciaram a falta de oferta de cursos de qualificação, bem como, a de incentivos a cursarem curso de graduação pelo menos que fosse de interesse das fábricas. Neste sentido, podemos dizer que a formação dos operários não é politécnica, pois os operários recebem apenas instrução suficiente para desempenhar sua função habilmente. Aos trabalhadores, não é permitido, ao que nos parece, trabalhar e pensar ao mesmo tempo.

É nesse contexto, que os trabalhadores com deficiência visual lutam para ocupar seu espaço profissional no interior das fábricas, apesar de todas formas de impedimento para uma efetiva inclusão laboral.

Quanto ao reclame de que os trabalhadores não estão empregados por falta de qualificação e escolaridade, é válido perguntarmos: Há emprego para todos os trabalhadores com deficiência? E mais: há emprego para todos os trabalhadores sem deficiência?

Ao longo da história, nem sempre o trabalho esteve vinculado à educação. Com o desenvolvimento da ciência, por extensão da tecnologia, surge uma maior necessidade de os trabalhadores apreenderem conhecimentos amplos para gerir os meios de produção. Assim, cada vez mais, o capitalismo foi se apropriando do sistema educacional. Mas na educação nas múltiplas dimensões, apenas o suficiente para suprir as necessidades do mercado. Em meio ao embate entre educação e trabalho, as pessoas com deficiência visual vão buscando tanto sua inclusão educacional, quanto laboral.

No segundo capítulo desta tese, evidenciamos a relação pessoa com deficiência visual e educação, tangenciando com a formação profissional com vista ao mercado de trabalho, estabelecendo vínculo com o Polo Industrial de Manaus.

Falando em educação, ao longo dos tempos, o ser humano vem se recusando aprisionar-se pelo fetiche do capitalismo, quando este avança, evolui, se globaliza, enfim, se fortalece em uma hegemonia econômica.

É no contexto econômico globalizante, que refletimos sobre a educação brasileira, que se apresenta com uma avançada proposta de alcançar a todos.

Capitalismo, educação e inclusão, dialogam entre si dialeticamente, cabendo ao estado a missão de desenvolver cada setor, de maneira que o foco seja o cidadão a ser privilegiado.

Tentando acompanhar as transformações sofridas pela sociedade, o contexto escolar, segue exigindo docentes cada vez mais preparados para a nova realidade.

No cenário econômico e neoliberal, entra em cena a figura central do professor. Hoje o contexto é o próprio mundo globalizado.

Em um momento em que a tecnologia invade todos os setores sociais, em que escola e sociedade são convidadas a aprender a lição da convivência com cognitivo digital, todos, indistintamente, mas principalmente as escolas, inevitavelmente devem habituar-se ao contínuo movimento de reconfiguração no seu “todo pedagógico”. É uma necessidade premente tanto para transmitir conhecimentos, como para forjar esse novo homem digital.

A reconfiguração a qual nos referimos anteriormente, perpassa pelo professor, que nesse processo contínuo, se reconstrói por enfrentar uma crise identitária. “Um velho professor está realmente desaparecendo? E espero que nesse velho professor esteja nascendo um novo professor. Não é a profissão que está morrendo. É uma profissão que está renascendo. O professor não está morrendo, sua função não está desaparecendo, mas ela está se transformando profundamente, adquirindo uma nova identidade. E isso não é nada novo, pois cada geração de professores constitui sua própria identidade docente no contexto em que vive” (GADOTTI, 2003, p. 21).

A metamorfose, a que Gadotti (2003) se refere, ocorre consoante com o momento histórico vivido. Lamentavelmente, na seara da educação a evolução caminha lenta.

Precisamos de mais professores encharcados de conhecimentos e ávidos por transmiti-los “[...] como a abelha quando acumula demasiado mel”. (NIETZSCHE, 2011, p. 4). Precisamos de mais docentes que se sintam como

Zaratustra, personagem criado por Nietzsche, quando em diálogo com o sol, assim falou: Necessito mãos que se estendam para mim. Quisera dar e repartir até que os sábios tornassem a gozar da sua loucura e os pobres, da sua riqueza. Por essa razão, devo descer às profundidades como tu pela noite, astro exuberante de riqueza quando transpôs o mar para levar a tua luz ao mundo inferior. Eu devo descer como tu, segundo dizem os homens a quem eu quero ir. Abençoa-me, pois, afável demasiadamente grande. Abençoa a taça que quer transbordar, para que dela jorrem as douradas águas, levando a todos os lábios o reflexo da tua alegria! (NIETZSCHE, 2011).

Um aspecto na educação que não pode ser desprezado, é a amorosidade. Um docente amoroso é aquele que tem não tão somente afetividade pelo seu fazer pedagógico, mas também de forma efetiva, passa a desenvolver sua atividade com competência.

O envolvimento do professor com a missão de ensinar e educar, não tem nada de sacerdotal, mas de profissional. Certamente, que por ser a docência, uma atividade totalmente diferenciada e nobilíssima, requer uma boa dose de entrega e doação. Mas tudo isso deve estar revestido de satisfação.

Para que haja satisfação na atividade docente, é fundamental a valorização do professor, bem como boas condições de trabalho. A desafiadora missão de nossa educação, ao se propor abarcar todos os educandos independentes de suas especificidades, requer muito mais que preceitos jurídicos, legislação avançada, que traga em seu bojo a perspectiva da inclusão. Requer, por assim dizer, um intransigente rigor no monitoramento da implementação das leis, para que de fato as transformações aconteçam nas escolas e na vida de docentes e discentes.

Considerando que no mundo contemporâneo, não podemos falar de trabalho sem falarmos de educação, e vice-versa. Neste sentido, as políticas públicas educacionais de inclusão, inegavelmente, têm contribuído, ainda que de forma incipiente, para abrir as portas das possibilidades no mercado de trabalho.

A presença obrigatória das pessoas com deficiência nas escolas, ainda que forma desarticulada, desorganizada e lenta, tem levado as escolas, de alguma forma, a se mobilizarem no sentido de alterarem seus espaços para receber a diversidade do alunado.

É comum sabermos de exemplo de experiências bem sucedidas de inclusão escolar, bem como, de exemplos indignantes de exclusão. Isso reflete o processo de inclusão educacional ainda não consolidado em nosso país.

Na fala dos entrevistados neste trabalho, pudemos identificar exemplos positivos e negativos, em se tratando de educando com deficiência visual nas escolas.

Para sabermos o impacto da educação no processo de inserção das pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho em Manaus, necessitaríamos de uma investigação mais ampla, o que foge do escopo de nossa pesquisa, que tem um setor delimitado, direcionado para o Polo Industrial de Manaus.

Os resultados de nossa pesquisa apontam para afirmarmos que o impacto da educação na vida profissional dos trabalhadores com deficiência visual, em busca de uma vaga nos postos de trabalho do PIM, não tem sido significativo.

O ensino médio e fundamental completo, flexibilizando até para o fundamental incompleto, são naturalmente aceitos, pois são conhecimentos suficientes para executarem suas funções.

Se no ensino comum, entraves são observados para a boa participação dos educandos com deficiência, na educação profissional em Manaus não é diferente. Ainda persistem sérias barreiras para o acesso, permanência e desenvolvimento de educandos com deficiência visual.

Claramente, nos é possível observar que a política educacional de inclusão em Manaus ainda tem muito que avançar. O contraditório é notório, quando o mercado exige elevada escolarização e qualificação das pessoas com deficiência, e o Estado por sua vez, não cumpre sua parte.

Apesar de todas as práticas invasivas do capital, acreditamos no ideário de medidas compensatórias, por meio de políticas e ações inclusivas, capazes de contribuir com as profundas transformações sociais.

São as diferenças que promovem a riqueza cultural da humanidade, permitindo que uns aprendam com os outros. Independentemente do que sejamos, cada de um de nós tem sempre algo a ensinar, assim como a aprender. Em cada nível de ensino, o ensino educativo tem finalidades importantes.

Por exemplo, “A educação básica tem por finalidade de desenvolver o educando, assegurando a formação comum, indispensável para o exercício da

cidadania e fornecendo meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores” (MATOS; SOUZA; OLIVEIRA, 2019, p. 1).

É de suma importância, a popularização da educação a nível fundamental, para fazer melhores encaminhamentos de nossas crianças e jovens ao contexto social. Não é raro ouvirmos inferências à guisa de exemplo, que a escola tem que caminhar em consonância com as exigências de mercado; que o currículo deve se adequar às constantes transformações produtivas e gerenciais das empresas.

Certamente, que não podemos conceber uma escola anacrônica, isto é, dissociada dos contextos econômico, político e societal da realidade do tempo presente. Entretanto, a escola não pode estar mecanicamente a serviço do mercado capitalista, pois isso seria uma ideia reducionista, tendo como consequência o seu empobrecimento.

A escola, neste sentido, não pode se submeter às exigências efêmeras dos meios produtivos setoriais, à imediata construção do homem produtivo e às antropofágicas relações competitivas e às práticas individualistas da sociedade alicerçada no capital.

Somente um homem vocacionado e com formação elevada, é capaz de transmitir conhecimentos elevados. Esperamos sim, que tenhamos a capacidade de lapidarmos pessoas comprometidas com a solidariedade, elevando assim, a qualidade da humanidade coletiva. Uma qualidade societária, que eleve homens, mulheres, crianças, pessoas com ou sem deficiência, proporcionando uma convivência equilibrada. Que os conflitos nos façam crescer, mas não podemos permitir, que ao nos confrontarmos, um tente a todo custo anular o outro.

Um professor bem formado, certamente saberá conciliar educação e formação para o trabalho.

Acerca do confronto entre educação e trabalho, podemos dizer que realmente essa relação não é estanque, muito menos harmônica, mas dialética, considerando que os objetivos da escola e os da empresa, em muito se diferenciam. Enquanto a primeira, deve ter como preocupação maior a construção de um homem cidadão, e em termos de mercado, um consumidor crítico e consciente, a segunda, por sua vez, visa unicamente o lucro e a formação de um consumidor compulsivo.

De uma forma geral, apesar das polêmicas e complexas relações entre a escola e o mercado, podemos dizer que um não pode se subordinar ao outro, porém, nenhum pode viver isoladamente.

Atualmente, a escolarização ainda é reconhecida como melhor veículo para sucesso profissional. Neste sentido, a educação seria um meio e não um fim, e o trabalho, para o homem do nosso tempo, seria a meta a ser alcançada.

Em um segundo momento, a atividade laborativa seria meta, mas ao mesmo tempo um meio também, haja vista, que via labor, o homem teoricamente poderia realizar suas aspirações, seus sonhos, o que abordaremos alhures.

Independente da modalidade de ensino, o que se quer e se espera, é uma educação que nos conduza para o alento e para a esperança.

Temos que ter ciência, nós enquanto candidatos a cidadãos plenos, que para idealizar um projeto de transformação social, no interior da estrutura capitalista por meio da educação, significa assumir radicalmente (e aqui, radicalmente, quer dizer tomarmos o homem pela sua raiz), a organização de estratégias de sua concretização. A educação na perspectiva da inclusão, é parte significativa desse processo estratégico.

Esperamos que tudo que foi discutido sirva para contribuir para a evolução educacional menos excludente para os trabalhadores com deficiência visual.

Opinamos, baseado no que a história tem nos ensinado, que o debate, a reflexão e a pesquisa, auxiliam enormemente para instrumentalização do povo. E neste caso, para a desnaturalização do poderio do capital sobre a educação.

Sabemos, naturalmente, que não existe uma verdade acabada. Neste sentido, todos os filósofos citados neste trabalho, não apontam por meio de suas teorias, soluções fáceis ou mágicas objetivas, para os problemas sociais, mas conseguiram por meio de suas reflexões, identificar e demonstrar os meandros e as particularidades da superestrutura organizacional na qual estamos submersos, e que muitas vezes não nos damos conta.

Insistimos sim, no pensamento marxista, que se fundamenta na práxis transformadora. É possível mudar. Mas acima de tudo, é preciso querer mudar. Essa mudança só se refletirá positivamente, quando o desejo de buscar o novo e melhor, florescer no interior da coletividade.

Resumidamente, o trabalhador com deficiência visual, ancora no Polo Industrial de Manaus com escolarização média, sem muita qualificação e sem

experiência em uma atividade definida. Ao se posicionarem sobre o assunto, os entrevistados ratificam a afirmativa que o mais importante para as empresas, é o cumprimento da cota, enquanto a escolarização fica relegada a segundo plano.

No terceiro capítulo, diante das narrativas dos sujeitos entrevistados, observamos que nos espaços produtivos das fábricas do setor eletroeletrônico do PIM, a inserção dos trabalhadores com deficiência, não ocorre de forma semelhante à dos demais trabalhadores sem deficiência, mas restritamente para cumprimento da cota.

Qualquer distinção entre os trabalhadores com deficiência visual e os demais funcionários, afasta as empresas do processo de inclusão laboral, propriamente dito. Privilégios não coadunam com a inclusão. Estamos falando de atuação igualitária. Direitos e deveres devem ser compartilhados por todos os funcionários, estendendo-se esse compartilhamento, a respeito mútuo, valorização dos profissionais por meio do reconhecimento pelo seu trabalho, bem como as oportunidades.

A pesquisa também revelou que os trabalhadores com deficiência visual não participam das discussões ou outras situações pertinentes às atividades das linhas de produção das fábricas, obstaculizando seu desenvolvimento e ascensão profissional.

O que causa indignação ainda são os casos recorrentes de preconceito. Comprovamos, por meio desse estudo, que não existe inclusão de trabalhadores com deficiência visual nas empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus. O referido setor, ainda se encontra no estágio da integração, ou seja, o trabalhador tem que se adaptar às condições de trabalho da empresa.

Entendemos que a inclusão não será uma realidade em sua completude, enquanto não ocorrer uma profunda transformação cultural de forma ampla e efetiva em relação à pessoa com deficiência. Mas não somente em relação às pessoas com deficiência, mas também na forma de produção de riqueza, e fazê-la circular e alcançar a vida de todos.

O homem do nosso tempo, busca naturalmente o trabalho. Mas de que trabalho estamos buscando e estamos falando? Trabalho que enobrece ou que aliena? Que proporciona felicidade ou angústia? Todos os trabalhadores têm a oportunidade de escolher sua atividade laboral que lhe apraz?

Por mais que o trabalho enobreça o homem, tornando-o livre, belo e seguro, ainda assim não se pode dizer que a maioria das pessoas camponeses e operários, mas também gerentes e executivos, tenham (enquanto trabalha) uma cara alegre (DE MASE, 2001, p. 23).

Se todo indivíduo precisa trabalhar para sobreviver, mas nem todos os trabalhadores têm satisfação plena no exercício de seu trabalho, certamente, algo está faltando na prática do labor.

De Mase (2001) faz referência a um apólogo, que ilustra muito bem os vínculos entre empregado e empregador na atual conjuntura econômica: “Toda manhã, na África, uma gazela desperta. Sabe que deverá correr mais depressa do que o leão ou será morta. Toda manhã, na África, um leão desperta. Sabe que deverá correr mais do que a gazela ou morrerá de fome. Quando o sol surge, não importa se você é um leão ou uma gazela: é melhor que comece a correr”.

Não vemos nada de edificante no texto anterior. Só reproduz apenas a barbárie própria do capitalismo, da guerra de todos contra todos, que as empresas banalizaram com o nome de competitividade, a nível planetário. “não por acaso, a metáfora tem como cenário a floresta africana e feras como protagonistas” (DE MASE, 2001, p. 23).

Enquanto existir desigualdades de classe, de forma acentuada e perversa, não podemos vislumbrar a justiça social, e a beleza da democracia. A desigualdade social, está estreitamente relacionada com a concentração de renda, e esta por sua vez, não coaduna com a sabedoria de uma sociedade igualitária.

Em resumo, averiguamos que, apesar de toda evolução do arsenal jurídico brasileiro, que busca alcançar a garantia dos direitos das pessoas com deficiência ao trabalho e à educação, bem como às práticas desenvolvidas no interior das escolas, esperava-se que tivessem a potencialidade de causar evolução no processo de inclusão social desses atores societários. Entretanto, pouca coisa se alterou, o que atribuímos à alienação e à precarização das relações de trabalho, vinculando cidadania ao consumo, por meio da atividade produtiva remunerada.

Gostaríamos de vislumbrar um futuro mais tranquilo. No entanto, diante das perspectivas que se apresentam, o campo laborativo para as pessoas com deficiência de um modo geral, não nos permite ser otimista. “O mercado de

trabalho é implacável: num dos pratos da balança vão se empilhando os desocupados à cata de emprego; do outro prato da balança vão sumindo os postos de trabalho disponíveis [...] as mulheres, no passado excluídas das ocupações remuneradas, também querem trabalhar; querem trabalhar, também, muitos deficientes, com a ajuda de novas próteses; querem trabalhar, ainda, os anciãos, uma vez que a vida se prolongou e os deixa com boa saúde até poucos meses antes de morrer” (DE MASE, 2001, p. 12)

Alia-se a esse cenário, ainda, o aumento crescente de trabalhadores mais escolarizados e qualificados, bem como, o crescente aumento da população brasileira, enquanto os postos de trabalho avançam mais lento que o número de trabalhadores postulantes.

Devemos lembrar ainda que, recentemente, o Congresso Nacional Brasileiro esteve as voltas com a reforma trabalhista, que segundo o argumento de quem a defende, modernizaria o mercado de trabalho no país, mas penaliza e precariza as relações de trabalho, favorecendo apenas o empregador e fragilizando a garantia de emprego do trabalhador.

Considerando que as pessoas com deficiência visual não estão no topo da pirâmide da escolarização e da qualificação, as possibilidades de adquirir uma vaga no mercado de trabalho, vão se reduzindo.

As fábricas do Polo Industrial de Manaus seguem os interesses do grande capital mundial. Nesse sentido, o bom acolhimento das pessoas com deficiência visual nos postos de trabalho não é prioridade no processo de contratação.

Não se discute que a legislação brasileira de promoção do acesso ao trabalho das pessoas com deficiência tem o seu avanço. No entanto, existe uma grande lacuna entre o que se encontra escrito no papel e a realidade. Em face de inúmeras dificuldades para a contratação dos sujeitos sociais com deficiência, nos parece que a legislação não consegue dialogar com as empresas, que são as detentoras maiores das vagas de emprego.

Os empregadores não podem ficar de fora das discussões acerca do tema. Devem ser ouvidos e convidados a colaborar com o processo inclusivo no trabalho.

Se com 3 (três) décadas da Lei n. 8.213/91 (lei de cotas) no Brasil, ainda não alcançamos resultados que nos levem a comemorar, é chegada a hora de

avaliarmos seus resultados e sua implementação, o que o faremos em uma outra oportunidade, pelo fato do tema não compor o foco de nossa pesquisa.

Com o paradigma da inclusão, as pessoas com deficiência visual vislumbram por meio do trabalho, a satisfação de todas as suas necessidades. É o que podemos chamar de o fetiche do trabalho.

É compreensível que os referidos atores sociais considerem que, por meio da atividade produtiva, possam alcançar suas realizações profissionais e pessoais, considerando que vivemos em uma sociedade capitalista, seduzida pelos apelos midiáticos ao consumo, vinculando este ao sentido de sucesso e bem-estar.

Se por um lado, o paradigma da inclusão deixa transparecer que as pessoas com deficiência aos poucos estão conquistando sua alforria dos grilhões dos processos sociais, políticos e históricos da exclusão, por outro lado, perdem sua liberdade, à medida que, sem alternativa, abraçam as regras impostas pelo capitalismo.

A exemplo de qualquer um outro trabalhador, os trabalhadores com deficiência visual também veem o seu tempo roubado. Apesar de todo avanço tecnológico nos setores produtivos, em pleno século XXI, a tecnologia deveria existir para que o homem tivesse tempo para o ócio criativo, para o deleite da vida, do tempo livre. O que impede que tenhamos um tempo livre?

Em resposta, podemos dizer que é a necessidade do capital da superexploração da mais-valia. [...] e a maior corrupção que há, e que é inerente ao sistema, é a existência do salário do trabalhador [...] o salário mínimo extrai do empregado o trabalho, e permite que o empregador roube a força de produção que é do homem, para o acrescentar de sua riqueza material.

Comungamos do pensamento que a tecnologia não é um mal, nem um mal necessário, pois o problema não está na máquina, nem está no trabalho, pois este tem um caráter ontológico, está no processo de organização temporal para produção. A máquina não foi capaz de reduzir o tempo de esforço dispendido pelo homem contemporâneo, na execução de tarefas impostas.

Diante de todas essas reflexões, está confirmada a tese do ex-presidente americano John Adams, que em pleno século XVIII, mais precisamente em 1786 augurava: “Devo estudar a política e a guerra, de modo que os meus filhos tenham a possibilidade de estudar matemática, filosofia, navegação, comércio e

agricultura, para poder assegurar aos seus filhos a possibilidade de estudar pintura, poesia, música e [...] a cerâmica”.

Concluimos que a luta pela felicidade ainda não foi vencida. Juntamente com a erradicação da fome no mundo, o ócio produtor para o deleite da existência humana, são os grandes desafios da humanidade no século XXI.

No que tange ao público alvo dessa pesquisa, queremos sim, que a inclusão laboral da pessoa com deficiência visual seja efetivada. Mas uma inclusão sem máscaras, sem fazer de contas, sem preconceito, sem discriminação, sem vilipêndio de direitos e sem a barbárie da espoliação. Que o trabalhador com deficiência visual seja inserido com dignidade, decência e qualidade de vida.

Por ora, os trâmites não se dão por findos, mas fazemos uma pausa, para posteriores estudos. Assim, “[...] a gente se encontra pra uma outra folia”, lembrando a letra da música “agonia”, de Osvaldo Montenegro.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- AGLIETTA, M. **Régulation et crisis du capitalisme**. Paris, Calmann - Lévy, 1976.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- ALTVATER, E. et al. **Von Wirtschaftswunder zur Wirtschaftskrise: Ökonomie und Politik in der Bundesrepublik Deutschland**. Berlin, 1979.
- AMARAL, L. A. Sobre crocodilo e avestruzes. In AQUINO, Julio R. Groppa (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola**. São Paulo: Summus, 1995.
- AMAZONAS. **Constituição do Estado do Amazonas**. Júlio Cezar Lima Brandão, Manaus, 1989.
- ANCIÃES, A. W. da F. (Coord.). **Avaliação da Zona Franca de Manaus – Subsídios para formulação de uma política tecnológica**. Brasília, CNPq/CAT, 1980.
- ANJOS, I. R. S. dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva**. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 1981.
- ARAÚJO, N. Y. B. **O milagre dos manauaras: Zona Franca de Manaus**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1985.
- ARAÚJO, J. P.; SCHMIDT, A. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: A visão de empresas e instituições educacionais na cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 12 n. 2, p. 241-254, 2006.
- AZEVEDO, J. M. L. de.; AGUIAR, M. A. da S. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (Orgs.) **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil 1991 a 1997**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- AZEVEDO, S. de; TRADES, A. A. P. **Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva**. Ciências sociais hoje, São Paulo, 1991.

BANDEIRA, M. **Cartéis e desnacionalização**: a experiência brasileira – 1964 a 1974. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BARBOSA, M. G. L. **As políticas educacionais da secretaria estadual de educação do estado de Rondônia (1998-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

BATISTA, C. P. **Política pública de inclusão**: atendimento de educandos com deficiência visual no município de Manaus/AM. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade federal do Amazonas – UFAM. Manaus, AM, 2015.

BATISTA, C. P. e MATOS, M. A. de S. Os trabalhadores com deficiência visual no Polo Industrial de Manaus: caminhos metodológicos para descortinar a realidade. Artigo. In: (Org.) MATOS, M. A. de S. **Metodologia, educação especial e inclusão**: veredas da inclusão no contexto da globalização. Manaus, EDUA, 2017.

BATISTA, C. P. e MATOS, M. A. de S. Os trabalhadores com deficiência no Polo Industrial de Manaus: andaime teórico. Artigo. In: (Org.) MATOS, M. A. de S. **Pesquisa em educação e inclusão**: fundamentos teóricos na contextura da globalização. Manaus, EDUA, 2017.

BECKER, B. K. Giopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**. v. 19, n. 53, 2005.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. 5 ed, São Paulo, Cortez, 2011.

BENCHIMOL, S. **Manual de introdução à Amazônia**. Manaus: Universidade do Amazonas: Associação Comercial do Amazonas: Federação das Indústrias do Amazonas, 1996.

BOCCARA, Paul (org.). **Le Capitalisme monopoliste d'État**. Paris, Éd. Sociales, 1976.

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BONFIM, R.; BOTELHO, L. **Zona Franca de Manaus** – Condicionantes do futuro. Manaus: Editora Valer, 2009.

BORGES, Altamiro. Efeitos da microeletrônica no mundo do trabalho. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 25, p. 54 - 60, 1992.

BOTELHO, A. J. **Redesenho o projeto ZFM** – Um estado de alerta. Manaus: Valer, 2006.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.

BRASIL. **Lei 3173, de 06 de junho de 1957**. Revogado pelo Decreto Lei 288, de 1967. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1957.

_____. **Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1966.

_____. **Decreto-lei 291, de 28 de fevereiro de 1967**. Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências. Brasília, DF. Senado Federal, 1967.

_____. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília, DF: 1989.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. **Lei 8.213, de 08 de janeiro de 1991**. Previdência Social. Brasília, DF: 1991.

_____. **Decreto 783, de 25 de março de 1993**. Fixa o processo produtivo básico para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus e dá outras providências. Brasília, DF. Senado Federal, 1993.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

_____. **Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF: 1999.

_____. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 2000.

_____. **Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. **Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, DF: 2004.

_____. **A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. Ed., Brasília: MTE, SIT, 2007.

_____. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

_____. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. Secretaria de Direitos Humanos, Brasília, 2010.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. 4. ed. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

_____. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 2012.

BRITO, R. M. de. **Caminhos metodológicos do processo de pesquisa e de construção de conhecimento**. Editora da Universidade Federal do Amazonas-EDUA Manaus, 2016.

BUENO, J. G. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BUENO, R. **As cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização – A história da economia brasileira**. 1ª Edição, Porto Alegre, RS, 2012.

CABRAL, B. **Zona Franca de Manaus**. Senado Federal, Brasília, 1996.

CÂMARA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. In: Castro, C. L. F. de; Gontijo, C. R. B.; Amabile, A. E. de N. (Orgs.) Bar, Barbacena, 2012.

CARDOZO, M. J. Pires. **A reforma do ensino médio e a formação dos trabalhadores: a ideologia da empregabilidade**. 2007. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil.

CARVALHO, A. P. de; GRISSON, Diller. **Manual do secretariado executivo**. São Paulo: D’Livros 2002.

CARVALHO, A. R. A educação das pessoas com deficiência no capitalismo: a segregação dos elementos perturbadores da ordem burguesa. **Revista HISTEDBR**. On-line Número 12-Dez/2003.

CARVALHO, H. C. B. **Germinal, a selva, capitães da areia e terra de ninguém:** um diálogo necessário. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Manaus, 2012.

CASTELLO BRANCO, Roderick Cabral. **Polo industrial ecológico de Manaus:** uma proposta para o alcance da sustentabilidade. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

COLARES, M. L. I. S. **As políticas educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002).** Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, Campinas, 2005.

CORREA, S. **ZFM – História, mitos e realidade.** Manaus: Gráfica Vitória Régia, 2002.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo:** uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COSTA, Gerline Maciel Almeida da. **Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE):** ações para a inclusão em instituição de ensino profissional do estado de Pernambuco - Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas. Orientadora; Neiza de Lourdes Frederico Fumes. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011.

COSTA, M. C. C. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1986.

COSTA, V. A. da. **A formação na perspectiva da teoria crítica da sociedade:** a experiência dos trabalhadores deficientes visuais do serviço federal de processamento de dados. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

COSTA, V. B. da C.; RODRIGUES, V.R. Adaptação curricular e flexibilização na avaliação: alguns dilemas da inclusão. **Ciclo Revista** (revista eletrônica). Goiânia, 2018.

D'ALMEIDA, C. G. **Zona Franca:** de onde para onde. Manaus: Comissão de Patrimônio, 1982.

D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiências dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** número 19, ano 7. junho de 1992.

Declaração de Salamanca. Unesco. **De princípios, políticas e práticas educativas especiais.** Brasília, CORDE, 1997.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade.** Brasília, Paralelo 15, 2007.

_____. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: Lancman, S., Sznelwar, L. I. (Orgs.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2008.

DELEUZE, G.; BARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Pál Bart. São Paulo: Escuta, 1998.

DE MASI, D. **O futuro do trabalho-Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2001.

DIAS, R. **Planejamento do turismo do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

D'ISEP, C. F. M. **Direito ambiental econômico e a ISSO 14. 000**: análise jurídica do modelo de gestão ambiental e certificação ISSO 14. 001. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DORE, R. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Caderno Cedes**, vol. 26, n. 70. p. 329-352, 2006.

DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ESTEVES NETO, Hildebrando. **Preconceito e contato intergrupar**: um estudo dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades especiais. Tese (Doutorado) - UFPB-IFMT. João Pessoa, 2014.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, Eduardo N.; Marcio Henrique (Orgs.) **Neoliberalismo y sectores dominantes**: Tendencias globales y experiencias nacionales. Clacso, Buenos Aires. Agosto 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, S. A. **O deficiente e o mercado de trabalho**: uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2015.

FREITAS PINTO, E. R. **Como se produzem as Zonas Francas**. Trabalho apresentado no Seminário “Amazônia Sobre a Divisão Internacional do Trabalho”. Belém: NAEA/UEPA. Set 1986.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho-Ensinar e aprender com sentido**. Associação pró-ensino superior. Novo Hamburgo, RS, 2003.

GARCIA, E. **Zona Franca de Manaus**: história, conquista e desafios. Manaus: Suframa, 2004.

GENTILI, Pablo. "Adeus à escola pública - A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias". In: Gentili, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão** - A crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 228-252.

GLEESON, B. **Geographies of disability**. London: Routledge, 1999.

GÖDKE, F. **A inclusão excludente dos trabalhadores com deficiência nos processos produtivos industriais**. Curitiba: UFPR, 2010. Tese (Doutorado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2010.

GOMES, V. P. **Instrumentos de Políticas e Gestão nas Atividades do Polo Industrial de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental). Universidade Estadual do Amazonas – UEA, Manaus, 2009.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia crítica**: Alternativas de mudanças. 62 ed. Ver. Ampl. Porto Alegre: EDIDUCRS, 2009.

HALL, A. L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

Harvey, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRSCH, Fred. **Social limits to growth**. Prefácio de Tibor Scitovsky. Londres, Routledge, 1978 (2.^a edição), 228p.

HOBBS, T. **Leviatã**. Martin Claret, São Paulo, 2006.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Revista Cadernos CEDES**. Campinas: UNICAMP, n. 55, p. 30-41, 2001.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1986.

IANNI, O. **A Luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

JOHN ADAMS. 1786. Disponível em: <https://books.google.com.br/books> Acesso em: 03 de julho de 2019

JUSTAMAND, M. **Neoliberalismo**: a máscara atual do capital. Alexia Cultural, São Paulo, 2017.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu** - Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, A. Z. **O ensino médio agora é para vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. v. 21, n.70, Ed. Soc, 2000, p. 15-39.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas: Autores Associados, 2003.

LARA, R. F. A gestão de pessoas e o desafio da inclusão das pessoas com deficiência: uma visão antropológica da deficiência. **Revista Capital Científico**. v. 11, n. 3, 7.-10, 2013.

LEAL, D. A. **Direitos e processos diferenciados de territorialização**: os conflitos pelo uso recursos naturais no rio Madeira (1861- 1932). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus, 2013.

LEMOS, C. de. **Formação e práxis do professor cego com baixa visão de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2008.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: UCITEC, 1983.

LIMA, D. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Novos cadernos do Naea, v 2n., 1999. 2p

LOCKE, J. **Carta acerca da tolerância**: segundo tratado sobre governo; ensaio acerca do entendimento humano. Tradução de Anoar Aiex e Jacy Monteiro. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

LOPES, G. G. V. **A inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho**: a efetividade das leis brasileiras. São Paulo: LTR, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. et al. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. Cadernos do CEDES, Campinas, V. 29, n. 77, p. 81-97, 2009.

LOWI, T. **“American business, public policy, case studies and Political Theory”**, World Politics, 16: 677-715. 1964.

_____. **“Four Systems of Policy, Politics, and Choice”**. Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.

MACHADO, L. R. de S. **Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora**. Coletânea CBE. São Paulo: Papiros, 1992.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MANTOAN, M. T. E. Prieto, R. G., ARANTES V. Amorin (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**, 1 ed., São Paulo: Summus, 2006. (1ª. Parte).

MARTINS, A. J. F. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisa com crianças apresentada na Anped. In: Martins Filho, Altino José; Prado, Patrícia Dias (orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MARX, C. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 1844.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I: volume II**. Tradução de Reginaldo Sant`Anna. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O Capital**. V. II, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I: volume I**. Tradução de Reginaldo Sant`Anna. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira de Oliveira e Silva. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATOS, M. A. de S. **Cidadania, Diversidade e Educação Inclusiva: Um Diálogo Entre a Teoria e a Prática na Rede Pública Municipal de Manaus**. (Tese Doutorado) Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2008.

_____. SOUZA, D. B.; OLIVEIRA, J. P. de. Acessibilidade e educação infantil: o processo de inclusão do público-alvo da educação especial em Manaus/AM. Artigo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 760744 rpa, 2019.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 1995.

MEIRELLES FILHO, J. C. S. **O impacto da Zona franca de Manaus em nossas vidas**. O Eco Amazônia, São Paulo, 02 – 10. 2012.

MELLO, N. B. de. **Desenvolvimento industrial e desenvolvimento regional**: o caso da Zona Franca de Manaus. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1993.

MENDES, Chico. **Entrevista com Chico Mendes**. Disponível em: <http://www.amanakaa.org/rodrig.htm>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018

MENDES, A. N. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método, pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007

MENDES, J. A. **A crise amazônica e a borracha**. Manaus: Editora Valer, 2004.

MENDONÇA, M. B. de. **O Processo de Decisão Política e a Zona Franca de Manaus**. Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILIBAND, Ralph. The capitalist state: Reply o Poulantzas. **New Left Review**, n. 59, p. 53-60, 1970.

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-tem/> Acesso em: 21 jan. 2019

MITTLER, T. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**: livro I. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MONTEIRO, A. L.; BERTAGNI, R. FI de S. **Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais**: conceito, processos de conhecimento e execução e suas questões polêmicas. 2. Ed. Atual, São Paulo: Saraiva, 2000.

MOOG, V. **O ciclo do ouro negro**: impressões da Amazônia. Rio Grande do Sul: GLOBO, 1936.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papyrus, 2010

MOURÃO, A. R. B. **A fábrica como espaço educativo**. Scotercci Editora, São Paulo, SP, 2006.

MUNIZ, J. **Dilma garante a prorrogação da ZFM**. Jornal do Comércio, Manaus, 23 mar. 2011.

NASCIMENTO, Eliane de Souza; MIRANDA, Therezinha Guimarães. **Educação e profissionalização das pessoas com deficiência**. In: VII SEMINÁRIO DO TRABALHO, 2010, Marília: UNESPE. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/elianesouzanascimentoetheresinhamiranda.pdf>> . Acesso em: 21 jan. 2018.

NASCIMENTO, Franclin Costa do; FLORINDO, Girlane Maria Ferreira; SILVA, Neide Samico da. **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, F. S. **Dicionário de políticas públicas**. In: (Orgs.) Castro, C. L. F. de; Gontijo, C. R. B.; Amabile, A. E. de N. Barbacena: Eduemg, 2012.

NICÁCIO, R. M. **O impacto da Zona franca sobre a qualidade de vida da população de Manaus**. Brasília: ESAF, 1982.

NIETZSCHE, Friedrich Assim falava Zaratustra. **Um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

NUGENT, S. Whither O Campesinato? Historical Peasantries of Brazilian Amazonia. *Journal of Peasant Studies*. V. 29, n ¾, 2002.

NUNES, L. R. D. O. de D; NUNES SOBRINHO, F. de P. Acessibilidade. In: BATISTA, C.; CAIADO, K. R. N.; JESUS, T. N. de. (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre, Mediação, 2008.

OCDE. Manual de Frascati: **Metodologia proposta para a definição da investigação e desenvolvimento experimental**. Ed. Em português, 2007.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista** (The fiscal crisis of the state). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 264 p.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Convenção interamericana para eliminação de todas formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**, Guatemala, 1999.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. 2006. Disponível em: www.oit.org/brasília Acesso em: 20 jan. 2018

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Filosofia da educação**: reflexões e debates. Petrópolis, RJ: vozes, 2012.

OLIVEIRA, Jacqueline Moreira de; ARAÚJO, José Newton Garcia de; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line**, São Paulo, v.6, n.1, maio 2006.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional na Zona Franca de Manaus**. Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

_____. **Reestruturação produtiva e qualificação profissional na Zona Franca de Manaus**. Editora da Universidade Federal do Amazonas-EDUA. Manaus, 2013.

Organização das Nações Unidas - ONU. **Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência**. Tradução de: Mansa do Nascimento Taro. São Paulo: CVI-na/ate, 1996. 49 p.

PACHECO, D. de S. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus, 2013.

PADILHA, A. M. L. O discurso da Inclusão Social e Escolar: o sim e o não. In: JESUS, D. M. de. et al. (org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisas**. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 135 - 144.

PASSERINO, L. Apontamentos para uma reflexão sobre a função social das tecnologias no processo educativo. **Revista Texto Digital**, Florianópolis, agosto de 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/14338>. Acesso em: 16 dez. 2010.

_____. **Solassist**: Biblioteca Virtual de Soluções Assistivas. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência (pp.24-135). São Paulo: Edusp, 1984.

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo, LTR, 2000.

PEREIRA, A. C. C. **Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e o movimento da cultura organizacional**: análise multifacetada de uma organização. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação (Mestrado em

Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

_____. **Processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho:** a apropriação da solução assistiva no contexto das organizações Brasil-Espanha. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRS, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, A.C. C.; RODRIGUES, G.; PASSERINO, L. M. **“Dê-me um ponto de apoio e eu moverei o mundo”:** A importância da tecnologia assistiva na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. In: Symposium Internacional Discapacidade: imaginar, criar, inovar con computadoras, 2010, Montevideo.

PEREIRA, A. C. C.; PASSERINO, L. M. Um estudo sobre o perfil dos empregados com deficiência em uma organização. **Revista brasileira de educação especial.** Piracicaba, SP. Vol. 18, n. 2 (abr./jun. 2012), p. 245-264, 2012.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** São Paulo, Cortez, 1992.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. Manuel. **Recherche en sciences sociales.** Paris: Du-nod, 1995.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

REIS, A. C. **O seringal e o seringueiro.** 2. Ed., Revista Manaus, Edua, Governo do Estado do Amazonas, 1997.

REIS, J. G. **O surdo e o mercado de trabalho na cidade de Manaus.** Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus, 2006.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **A complexidade da rede urbana Amazônica:** três dimensões de análise. 1998. 335f. Tese (Doutorado em Ciências) – Rio de Janeiro: Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIESER, Richard. **Special Inclusive education or special educational needs.** In: Education, equality and human right. London: Routledge, 2002.

RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; MOURÃO, R.R.. **Valoração e Instrumentos econômicos Aplicados ao Meio Ambiente:** Alternativas para Proteger a Amazônia. Manaus: Instituto Piatam, 2008. 178p.

RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; MOTA, José Aroudo; MACHADO, José Alberto da Costa (Orgs.). **Instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia**: a experiência do Pólo Industrial de Manaus. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2009. Co-Editora: PIATAM.

ROSA, V.F. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola**: uma visão a partir da implantação da ação TECNEP na Rede Federal de Educação Tecnológica. 2011.137f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2011.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**, 2009.

SAAD, S. N. **Preparando o caminho da inclusão**: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. São Paulo, Vetor, 2003. 304 p.

SALAZAR, J. P. **O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis**: estudo de um grupo de operários. São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 1992.

SANTOS, Breno Augusto dos. Recursos minerais da Amazônia. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16, n. 45, pág. 123-152, agosto de 2002.

SANTOS, F. J. dos. **História do Amazonas**. 3º. Ano ensino Médio, Manaus- AM: Editora Novo Tempo, 1994.

SANTOS, M. P. dos. **Formação de professores no contexto da inclusão**. Publicado em anais do II Congresso Internacional do Ines e VIII Seminário Nacional do Ines: Surdez e escolaridade: desafios e reflexões. Setembro de 2003.

_____. **Dialogando sobre inclusão em educação**: contando casos e (des)casos. Editora CRV, Curitiba, Brasil, 2013.

SARTRE, J. P. **Reflexões sobre o racismo**. J. Guinsburg (Trad.). 6. Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. WVA Rio de Janeiro, Editora e Distribuidora Ltda, 2006a.

_____. **Terminologia da Deficiência** (entrevista concedida ao site Em Foco/2006b), postado em 1 de março de 2010. Fonte: <<http://www.centrinho.usp.br/emfocoindex.html>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2018.

_____. **Nada Sobre Nós, Sem Nós**: Da integração à inclusão-parte 1. Revista Nacional de Reabilitação, Ano X, nº 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.

SASSEN, S. **The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow.** Cambridge (Uk)/ New York (USA), Cambridge University Press, 1988.

SAVIANI, D. **O trabalho como espaço educativo frente às novas tecnologias.** 1994.

_____. **Empresabilidade:** como as empresas devem agir para manter seus quadros com alta taxa de empregabilidade. São Paulo: Makron books, 1997.

_____. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação:** por uma outra política educacional. 3ª. Ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 152-165, 2007.

SCHWARZ, A.; HUBER, J. **População com deficiência no Brasil:** percepções e fatos. 2006. FEBRABAN. Disponível em <http://www.mte.gov.br/observatorio/deficiencia_estudos.asp>. Acesso em: 17 de fev. 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERÁFICO, J ; SERÁFICO, M. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 19, n. 54, mai./ ago. 2005.

SERRA, J. ZPEs no Brasil: fora de tempo e de lugar. **Revista de Economia Política**, vol. 8, no. 4, outubro - dezembro/ 1988.

SERRANO, Cláudia Aparecida. **Desenvolvimento de competências no contexto da diversidade nas organizações...** 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2007.

SILVA, C. L. da. **Políticas públicas e desenvolvimento local.** (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, D. E. P.; OLAVE, M. E. L.; SOUSA, K. A. **Entraves logísticos:** uma visão do setor eletroeletrônico no Polo Industrial de Manaus. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 30, 2010, São Carlos, São Carlos, 2010.

SILVA, M. C. da. **O país do Amazonas.** Manaus: Universidade do Amazonas, 1996.

_____. **Metamorfoses da Amazônia.** Campinas. Unicamp. Tese de Doutorado, 1997.

SILVA, O. M. da. **Da epopeia ignorada.** 1986.

SILVA, R. A. da. **A efetivação do direito ao trabalho por meio da implantação do Polo Industrial de Manaus**. Pouso Alegre: FDSM, 2013.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. Campinas, SP: Autores associados, 1994.

Sobre Karl Marx – **Sabedoria política**. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/produtos/marx/karl>) Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

SOUSA, Carlos Henrique Gomes. **Pessoa com deficiência intelectual: desafios para inclusão nas empresas de grande porte do Pólo Industrial de Manaus/AM**. 2011. 140 f. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: revisão da literatura – Sociologias, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, D. P. de. **Políticas públicas e a visibilidade da pessoa com deficiência**: estudo de caso do Projeto Curupira. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus, 2014.

SUFRAMA. **Superintendência da Zona Franca de Manaus**. Disponível em: <http://www.suframa.org.com.br> Acesso em: 21 jan 2018

_____. Página eletrônica: <<http://www.suframa.gov.br/>>. Acessada em 20/06/2016.

_____. disponível em: www.suframa.gov.br/suframa_publicacoes_s Acesso em: 13 de maio de 2017.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11 n. 2, p. 273-294, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-6538200500020008. Acesso em: 21 de jan de 2018.

TEIXEIRA, C. C. **O aviamento e o barracão na sociedade do seringal** (Estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia). São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1980.

TEPERINO, Maria Paula (coord.). **Comentários à legislação federal aplicável às pessoas portadoras de deficiência**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

TOM BOTTOMORÉ. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1988.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. (Volume I). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

UPIAS – UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION. **Fundamental principles of disability**. London: UPIAS, 1976.

URRY, J. Mobile Sociology. **British Journal of Sociology**, v. 51, n. 1, January/March 2000 (1990), pp. 185- 203.

VALVERDE, O. **O problema florestal brasileiro**. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 1. Ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

VIEIRA, M. **Estado e miséria no Brasil: de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez. 1987.

VIGOLO, Â. **Um olhar sobre as representações das pessoas com necessidades especiais e o mundo do trabalho**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Monografia (Especialização em Educação Especial). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

VYGOTSKY, L. S. Enfoque psicológico da educação pelo trabalho. In: VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WRIGHT, B. A. **Physical disability: A psychological approach**. New York: Harper & Brothers, 1960.

ZONA FRANCA - Disponível em: <https://www12senado.leg.br/.../guia de economia> Acesso em; 13 de jan. de 2018

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Roteiro de entrevista com o(a) presidente da ADVAM

1. O(a) Sr.(a) acredita que a inclusão laboral das pessoas com deficiência visual já é uma realidade? Sim. Não. Por quê?
2. Qual a fonte de recrutamento, seleção e encaminhamento mais utilizado pela ADVAM, para inserir seus associados nas empresas do PIM??
3. O(a) Sr.(a) acredita que os critérios de seleção são aplicados de forma adequada?
4. Qual a escolarização média dos trabalhadores encaminhados para o PIM?
5. A ADVAM incentiva a escolarização e a qualificação profissional de seus associados?
6. Qual tem sido o impacto da escolarização para a inserção dos associados no setor produtivo do PIM? Tem sido positivo?
7. Como tem sido a aceitação de deficientes visuais por parte das empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus?
8. As empresas do Polo Industrial de Manaus têm dado preferência por alguma deficiência especificamente?
9. A ADVAM tem observado casos de preconceito e discriminação nos postos de trabalho? (em caso positivo) O que as empresas deveriam fazer para evitar tais práticas por parte de chefes e colegas?
10. Qual o tempo médio de permanência de trabalhadores com deficiência visual nas empresas?
11. O(a) Sr.(a) acredita que a contratação de monolares pode contribuir para a não admissão de deficientes visuais com até 30% de visão?
12. Já houve casos de promoção de deficientes visuais nas empresas do PIM?
13. Que atitudes o(a) Sr.(a) acredita que deveriam ser adotadas pelas empresas para facilitar a contratação de pessoas com deficiência visual?
14. O(a) Sr.(a) Está satisfeita com as leis de amparo e incentivo ao emprego formal para as pessoas com deficiência? Recomendaria alguma alteração?

APÊNDICE 2: Roteiro de entrevista com os trabalhadores**Identificação**

Nome:

Grau da deficiência: Cego(a) () Baixa visão ()

Idade:

Sexo: masculino () feminino ()

Escolaridade: fundamental () médio () superior ()

Local de trabalho:

Turno:

Tempo de serviço:

Cargo:

Horário de trabalho:

Vínculo empregatício: Contratado direto () Terceirizado ()

1. Como o(a) Sr.(a) foi encaminhado(a) para a empresa?
2. O(A) Sr.(a) enfrentou alguma dificuldade para ser inserido(a) no mercado de trabalho? Qual?
3. Quais as dificuldades enfrentadas para alcançar sua escolarização?
4. Como se deu sua qualificação profissional? Na própria empresa, ou em alguma instituição de ensino profissionalizante?
5. O(A) Sr.(a) acredita que as pessoas com deficiência visual têm mais dificuldade de serem admitidas que outras pessoas com outras deficiências? Por quê?
6. Como o(a) Sr.(a) se sente trabalhando na empresa?
7. O(A) Sr.(a) já recebeu alguma promoção no trabalho?
8. Como é seu relacionamento com seus colegas e chefes?
9. O(A) Sr.(a) já foi vítima de preconceito ou discriminação na empresa, pelo fato de ter deficiência visual?
10. Como é a acessibilidade na empresa/local de trabalho?
11. O(A) Sr.(a) participa de cursos e palestras oferecidos pela empresa?
12. Qual o motivo da saída do seu último emprego?
13. O(A) Sr.(a) mudaria alguma coisa na lei de cota para facilitar a sua implementação?
14. O(A) Sr.(a) acredita que só foi admitido(a) somente por obrigatoriedade da lei?

APÊNDICE 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**UFAM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o(a) Sr(a) para participar, de forma voluntária, do Projeto de Pesquisa intitulado **“Política pública de inclusão: os trabalhadores com deficiência visual no Polo Industrial de Manaus-AM”**. O presente estudo é orientado pela Profa. Dra. Maria Almerinda de Souza Matos, com participação efetiva do Doutorando em Educação Claudenilson Pereira Batista. O objetivo geral deste estudo é analisar o processo de inserção dos trabalhadores com deficiência visual em empresas do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus – PIM, ao lume da legislação de amparo e incentivo ao ingresso no mercado de trabalho, na contextura da inclusão, tendo a educação como suporte. É um estudo cujos resultados, poderão contribuir para a melhor se posicionarem no ranking de resultados escolares. É uma pesquisa que pode contribuir para: 1) *Valorização profissional dos sujeitos em tela – a pesquisa valoriza a voz dos trabalhadores sobre suas experiências e vislumbres em suas atividades exercidas na empresa;* 2) *Aproximação das relações entre universidade e setor privado;* 3) *Produção acadêmica teórica com dados da realidade prática local disponível à todos que manifestarem o interesse em acessarem a tese.* Para que isso seja possível, assim como o alcance dos objetivos dessa pesquisa, faz-se necessário sua participação na entrevista sobre o tema.

Todas as despesas serão de responsabilidade do pesquisador, que é discente do curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE – UFAM. Afirmamos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Quanto aos possíveis riscos resultantes de sua participação, antecipamos que, se houver, em algum momento da entrevista, a sensação de constrangimento ou desconforto, estaremos disponíveis para ouvir e atender em suas necessidades. Tentaremos deixar o mais confortável possível, criando um clima agradável, empático e de colaboração. Além disso, o(a) Sr.(a) dispõe de plena liberdade para aderir ou não à pesquisa, bem como para desistir da mesma a qualquer momento, sem nenhum tipo de ônus.

Esclarecemos que, havendo necessidade, prestaremos atendimento integral, sem nenhum ônus para os participantes, encaminhando, se eles assim desejarem, aos serviços de assistência que forem necessários para cada caso, pelo tempo que for necessário, na

Universidade Federal do Amazonas. Em caso de desconforto, problemas psicológicos ou sociais, o senhor(a) poderá ser encaminhado(a) para o atendimento nos laboratórios de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Se houver problemas físicos de saúde, podemos encaminhá-lo(a) para o Hospital Universitário da Universidade do Federal do Amazonas. Nos responsabilizamos por acompanhar o tratamento até o final.

Salientamos que, apesar de a pesquisa ser realizada no horário e ambiente de trabalho, caso haja, em qualquer fase, alguma despesa (transporte, alimentação ou outra que surgir, conforme Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3.g) em decorrência da pesquisa que incida na participação dos sujeitos e seu(s) acompanhante(s), se houver, estes serão ressarcidos integralmente, conforme Resolução CNS nº 446 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Art.19 § 2º.

Os participantes também terão assegurados o direito de indenização e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa, caso venha a ocorrer, conforme Resolução CNS nº 446 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Art.19, § 2º.

Esclarecemos que: 1º) o(a) senhor(a) pode aceitar ou não participar; 2º) caso aceite, não sofrerá ônus ou recompensa financeira por participação na pesquisa; 3º) em todos os textos que escrevermos, o nome da empresa, dos trabalhadores e o seu serão mantidos em sigilo; 4º) não haverá nenhum tipo de prejuízo no caso de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento; 5º) estamos disponíveis para tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa; 6º) o(a) senhor(a) apenas assinará esse documento quando tiver entendido o que lhe explicamos.

Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com os pesquisadores pelos telefones: (92) 99160-9887, (92) 99122-1613 ou pelos e-mails: batista.claudio@outlook.com, profalmerinda@hotmail.com ou pelo endereço: Av. General Rodrigo Otávio, nº 3000 – Coroado / Setor Norte. Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ou no Comitê de Ética da UFAM – Escola de Enfermagem de Manaus – Sala 07 – Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM. Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004 / (92) 99171-2496. E-mail: cep@ufam.edu.br – cep.ufam@gmail.com.

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo duas vias deste documento assinado, sendo uma retida pelo pesquisador responsável e a outra fica em minha posse para guardar.

Assinatura do participante

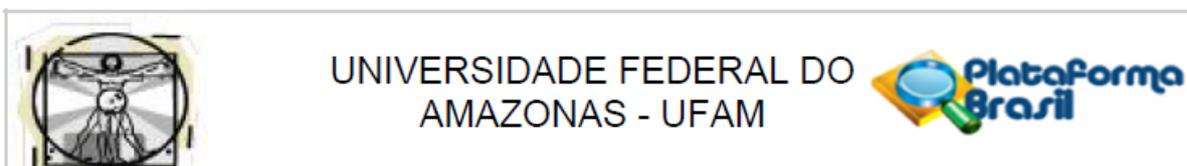
Data

Pesquisador Responsável

Data

ANEXOS

ANEXO 1: Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO: OS TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS-AM

Pesquisador: CLAUDENILSON PEREIRA BATISTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09939519.7.0000.5020

Instituição Proponente: FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED / UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.238.219

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, somos de parecer pela APROVAÇÃO do projeto, pois o pesquisador cumpriu integralmente com as determinações da Resolução 466/12 no que concerne aos termos de apresentação obrigatória, acima, mencionados. Este Comitê se fundamenta pela Resolução 466/12, Resolução 510 e Norma Operacional 001/CNS para emitir parecer sobre os aspectos éticos nos protocolos de pesquisa submetidos na Plataforma Brasil.

ANEXO 2: Termo de Anuência da Instituição Coparticipante



ADVAM
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO AMAZONAS

Insc. C.N.P.J. 15.803.628/0001-38 fundada em 11 de outubro de 1986
Considerada de Utilidade Pública pelo Decreto Estadual Nº 11.533 de 25.11.88
Rua F. 16, Nº 37 - Conj. Promorar Dom Bosco - Alvorada II - Fone/Fax: (92) 3238-2477 / 3656-6727
C.E.P. 69042-160 Manaus Amazonas

site: www.advam.org.br

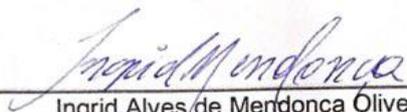
Email: advam.amazonas@gmail.com

TERMO DE ANUÊNCIA

Pelo presente, a Associação dos Deficientes Visuais do Amazonas – ADVAM, sediada à Rua E16 Nº 37A Conjunto Promorar Dom Bosco, Bairro: Alvorada II, CEP 69042-160, **autoriza o pesquisador Claudenilson Pereira Batista**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a realizar o projeto de pesquisa intitulado **“Política pública de inclusão: os trabalhadores com deficiência visual no Polo Industrial de Manaus-AM”**, a ser realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria Almerinda de Souza Matos.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/2012 e Resolução CNS 510/2016. A instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos envolvidos, dispondo de infraestrutura necessária para isso.

Manaus, 08 de março de 2019.



Ingrid Alves de Mendonça Oliveira
Presidente da ADVAM

RECIBO
Nº 00000000000000000000
DATA: 08/03/2019
HORARIO: 14:30
LOCAL: MANAUS - AM

ANEXO 3: Fotos das Carteiras de Trabalho dos Sujeitos Participantes da Pesquisa

CONTRATO DE TRABALHO

Empregado : RICARDO RUY LIMA DE SOUZA
 Empregador : TECHNICOLOR BRASIL MIDIA E ENTRET LTDA
 C.N.P.J : 02773531/0001-42
 Endereço : AV MAX TEIXEIRA, 2319
 Cargo : MONTADOR
 Admissão : 03/05/2018
 Registro : 214543
 Salário : 1161,00 *** um mil, cento e sessenta e um reais.

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA
 OCLAYARA BARREZ
 SUPERVISORA DE M
 MANAUS AM

DATA DE SAÍDA: 06 MAIO DE 2019

COM. DISPENSA CD Nº

07

CONTRATO DE TRABALHO

EMPRESA: 11.283.356/0082-87
 ENDEREÇO: PHILCO ELETRONICOS S/A
 Rua Palmeiras do Mirtil, Nº 287
 Bairro: Gilberto Mesquita
 CEP: 69.075-215
 MUNICÍPIO: Manaus AM

DATA DE ADMISSÃO: 18 de Abril de 2017
 REGISTRO: 39481-5
 REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA: R\$ 1.269,97

OCLAYARA BARREZ
 SUPERVISORA DE M
 MANAUS AM

DATA DE SAÍDA: 06 MAIO DE 2019

COM. DISPENSA CD Nº

07

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: MICROSERVICE - MICROSERVIÇOS E REPARAÇÕES TÉCNICAS DA AMAZÔNIA LTDA
 C/MF: 04.000.012.0001-00
 Rua: São José - Coronado
 Município: Manaus - AM
 Esp. do estabelecimento: MANUTENÇÃO
 Cargo: AUXÍLIO DE PRODUÇÃO III
 CBO nº: 91901001
 Data admissão: 07 de Abril de 1997
 Registro nº: 202
 Remuneração especificada: R\$ 1.269,97 (UM MIL E DUZENTOS E SEIS CENTAVOS) FÁSICO MILHENS

MICROSERVICE - MICROSERVIÇOS E REPARAÇÕES TÉCNICAS DA AMAZÔNIA LTDA
 12121 - ANTONIO LUCIO MACHADO DA SILVA
 Empregador: Dunorte Distrib. de Prod. de Cons. LTDA
 CNPJ: 84.466.424/0001-30
 Endereço: AV DO TURISMO 3727
 Município: Manaus Estado AM
 Atividade: Comercio Alacalista de Prod. de Higiene, Limpeza e Conservação domiciliar
 Cargo: APRENDIZ CBO 411008
 Admissão: 01/07/2013
 Ficha: 12121
 Remuneração: 330.0000

DATA DE SAÍDA: 06 MAIO DE 2019

COM. DISPENSA CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregado : NILSON RUBENS DE SOUZA CAMPOS JUNIOR
 Empregador : TECHNICOLOR BRASIL MIDIA E ENTRET LTDA
 C.N.P.J : 02773531/0001-42
 Endereço : AV MAX TEIXEIRA, 2319
 Cargo : TESTADOR JR
 Admissão : 06/06/2019
 Registro : 222331
 Salário : 1340,71 *** Hum mil, trezentos e quarenta reais e setenta e um centavos.

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA